

## EM MEMÓRIA DE DOM PEDRO II

Tarcísio Taborda

“Serenos aguardarei em meu jazigo A justiça de Deus na voz da História”

Pedro de Alcântara

Na madrugada que seguiu ao 15 de novembro de 1889, Dom Pedro II e a Família Imperial, banidos do Brasil, embarcaram, na calada da noite, a bordo do “Alagoas”, com destino à Europa.

Esse embarque, apressado e as escondidas, não era para impedir que o Imperador deposto congregasse seus seguidores para uma reação, mas era o temor de que o Exército, a Armada e o Povo, em cujo nome um grupo de republicanos e militares havia proclamado a República, despertassem da estupefação em que se achavam e impedissem a expulsão de seu Monarca.

Afinal, o que afirmou o Ministro Aristides Lobo- “O Povo assistiu bestializado à Proclamação da República”, era uma verdade que nesse mesmo dia se repetia por todo o Brasil, registrado por aqueles que deixaram memória do acontecimento.

Quando no amanhecer de 16 de novembro tudo se consumara, as poucas e raras reações, como a de Santa Catarina, a do Maranhão, a do Pará, a do Rio de Janeiro, a de Pernambuco e a da Bahia, e algumas mais modestas em outros recantos anônimos, não tinham representação e as Províncias, por suas Assembleias Provinciais, e os Municípios, por suas Câmaras Municipais, iam aceitando o novo regime como um fato acabado, contra o qual nada havia para ser feito.

Assumida a República pela Nação, Dom Pedro II, já como Dom Pedro de Alcântara, instalado na Europa, fraternizava com seus familiares as penas daqueles dias, retomava o curso de seus contatos com intelectuais e pensadores, dava continuidade as suas leituras e estudos, se angustiava com as dificuldades que o Brasil ia vivendo, mas se mantinha distante dos que imaginavam uma restauração.

Sendo sempre um longe-presente da Pátria, que em nenhum momento esquecia, e da qual sempre aspirava notícias, Dom Pedro de Alcântara pela última vez descançou sua cabeça no travesseiro de terra do Brasil nas primeiras horas do dia 5 de dezembro de 1891. Há cem anos.

---

Discurso do Dr. Tarcísio Taborda em Sessão Solene no IHGRGS, alusiva ao 1º Centenário do falecimento de Dom Pedro II, realizada em 04 de dezembro de 1991.

Foram suas palavras nas últimas horas de lucidez: “Nunca me esqueci do Brasil, morro pensando nele”(A Morte no Exílio p.10).

Tinha, então, 66 anos e 3 dias de idade. Havia 2 anos e 20 dias que perdera o trono do Brasil, que ocupara durante 49 anos, 3 meses e 23 dias.

Ascendera a esse trono, criança de 14 anos, tímido, continuando a ser “aquele menino calado, de olhar incerto e irrequieto, de gestos lentos, que ouvia muito e quase não falava, paciente e obediente, mas no fundo, talvez, emperrado e em certas e pequenas coisas mesmo voluntarioso. Não se abria completamente a ninguém, talvez nem mesmo às suas irmãs. Nada provocava uma expansão maior do seu temperamento”, conforme observa Heitor Lyra, um dos seus mais preciosos biógrafos (Vol. 1º — p. 142). E citando correspondência do Ministro Daíser a Meternich, continuava “ocupa-se de ler as petições e os jornais, mas não comunica a quem quer que seja nem o seu pensamento sobre as primeiras, nem a sua opinião sobre o conteúdo dos últimos. É em geral muito reservado (idem-idem). E o Ministro francês Saint-Georges, dizia: “É impossível conhecer-lhe o pensamento íntimo, os terrores que lhe perseguiram a infância, tendo feito da dissimulação um instinto da sua natureza, e dado ao seu olhar, que ele move em todos os sentidos, qualquer coisa de intranquilo, confirmado pelo seu acanhamento e a dificuldade de encontrar uma frase, uma simples palavra, tanto nos atos públicos como nos particulares, para responder às pessoas que não são de sua intimidade” (idem-idem).

“Embora fosse todos os dias à cidade à cavalo, não tinha nenhum gosto pela equitação, as viagens e os exercícios corporais, o que são uma necessidade nesse período da existência” conforme observava ainda Saint-Georges. (idem-idem).

Mas o tempo fê-lo diferente, não só tornando muito cedo a sua fisionomia bastante envelhecida, mas, especialmente fazendo desaparecer o ar tímido, enriquecendo a sua personalidade, consolidada pelos estudos que o tornavam apto não só a interpelar os seus ministros, como a fazer observações em seus relatórios e sugestões em seus projetos de governo. Era um rei que governava, posto que nada perdia de vistas e a tudo cobrava, para ver atingidos os objetivos que esperava.

Manteve, contudo, sempre a mesma frugalidade no trato com as pessoas, a ponto de muitas vezes deixá-las desconsertadas. Nunca tomou e nem deu intimidades a quem quer que seja.

Até os 20 anos, não viajara além das cercanias do Rio de Janeiro. Em seu itinerário estavam apenas as excursões a Santa Cruz, onde havia a Fazenda Imperial, a Sepetiba e a Correias, e o mais distante percurso fora até a Fazenda Taquara, onde estivera durante alguns dias após seu casamento.

O vasto Império do Brasil, lhe era desconhecido. Assim, quando o Gabinete entendeu que seria conveniente que iniciasse viagens pelo país, desejou começar esse programa pelo extremo sul. Tal escolha causou enorme balbúrdia no seio dos ministros e do próprio parlamento. Logo o Rio Grande do Sul, mal saindo de dez anos de sublevação; impregnado e ainda não cicatrizado das idéias re-



publicanas, não confiável pelo alardeado espírito separatista de sua gente; era pouco indicado a ser o território para essa primeira experiência de diálogo do jovem Monarca com seus súditos. Imaginativa-se o grande risco de expor sua inexperiência a um contato com gente que lhe poderia causar aborrecimentos.

Dom Pedro II, contudo, não demonstrava apenas o seu contumaz voluntarismo, mas sobretudo, o seu profundo senso político, já que uma visita à Província recém-pacificada, significava a inexistência de qualquer reserva para com os rio-grandenses a quem dedicava especial afeição, pelos seus estudos da História da formação nacional. Além do mais, seu pai também estivera no Rio Grande do Sul, e assim, iniciaria o contato direto com o Brasil, pelo ponto, em que mais se bateram os luso-brasileiros; e onde o Império tinha suas fronteiras mais sensíveis.

O então Barão de Caxias, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, e agente de sua pacificação, não fora, também, estranho a essa escolha. E tão logo ficou definida a visita, cuidou dos preparativos que lhe cabiam.

Terminada a Revolução Farroupilha e reorganizado o Exército na Província, coube a Manuel Luis Osório, tenente-coronel, acampar com uma das Brigadas, no Passo do Acampamento, sobre o Pirai, no Município de Bagé, onde, além da ação política que desenvolvia junto a seus amigos, organizou o seu 2º Regimento de Cavalaria com, tal eficiência, disciplina e garbo, que chamou a atenção do Presidente da Província que por isso o designou para fazer a Guarda de Honra ao Imperador visitante. Eram cavaleiros de primeira qualidade, e todo o regimento montava em cavalos brancos o que causava a maior admiração.

Em 30 de outubro de 1845, Caxias oficiou a Osório determinando que fosse se postar no Passo de São Lourenço, sobre o Rio Jacuí, ao sul de Cachoeira, para esperar o viajante, dizendo então: “Vossa Senhoria deve regular as suas marchas de maneira que até o dia 20 de novembro esteja no ponto indicado, pois o HOMEM tem apenas 20 anos de idade e pode teimar em querer sair para o campo mais cedo do que eu tenciono; a nossa marcha não excederá São Gabriel” (Fernando Luiz Osório-História do General Osório — 1º vol. — p. 424)

Dom Pedro II, com a Imperatriz Tereza Cristina-Maria de Bourbon, e o séquito constituído pelo Bispo do Rio de Janeiro, Conde de Irajá, além do Ministro José Carlos Pereira de Almeida Torres, 2º Visconde de Macaé, chefe do Gabinete, e mais gente do paço. Zarpou a bordo da fragata “Constituição”, comandada por Tamandaré, em 6 de outubro, chegando a Santa Catarina, onde se demoraram todo o mês. Depois seguiram para o Rio Grande do Sul, desembarcando a 10 de novembro em São José do Norte, daí para Rio Grande e depois Porto Alegre. A 7 de dezembro, D. Pedro II foi a Viamão, assinalando nessa oportunidade a visita paterna ocorrida 20 anos antes da mesma data. Vai a São Leopoldo, Triunfo, Santo Amaro e celebra em Rio Pardo o ano novo de 1846. No dia de Reis segue para a campanha, indo a Cachoeira e a São Gabriel, regressando a Rio Pardo e daí a Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, onde empreende o regresso para a Corte.

A estada no Rio Grande do Sul foi um sucesso. Em Porto Alegre inaugurou o Colégio Santa Teresa para meninas órfãs. Em cada localidade um acontecimento inesperado.

Apesar do Encarregado dos Negócios da Áustria Rechberg ter alardeado “que nenhum dos chefes do antigo partido revoltado apresentou-se até agora para prestar submissão ao seu Augusto Soberano; afastaram-se mesmo dos lugares onde devia passar Sua Majestade O Imperador” (H. Lyra — ob. cit. — vol. 1 — p. 284), isso não foi uma verdade inteira. Ninguém foi ao encontro de D. Pedro para prestar submissão, isso sim, mas Bento Gonçalves da Silva teve com ele, a 10 de dezembro, uma entrevista reservada, quando ambos conversaram longamente, “o caudilho acabando, o imperador iniciando a vida”, no dizer poético do autor de “O Rei Filósofo” (Pedro Calmon — ob. cit. — p. 105)

Em Rio Pardo, o alvoroço foi grande. A Câmara “mandou compor as ruas por onde passaria a comitiva imperial, da praia até a casa do tenente-coronel Manoel Pedroso de Albuquerque, transformada em Palácio, mandando calçar a rua da Ladeira com pedras tiradas das ruínas dos quartéis da Fortaleza”, conforme narra De Paranhos Antunes (História de Rio Pardo — p. 50).

Aí, depois do Te-Deum previsto pelo cerimonial, houve festas diárias e todas as noites se iluminavam as casas. O Imperador embarcou para Cachoeira no dia 6, deixando na “Fronteira Invicta” a Imperatriz e suas aias e a rua daquele sobrado feito Palácio, recebeu o nome de Rua da Imperatriz (idem-idem).

Cachoeira também se engalanou e festejou o Monarca, durante os cinco dias de sua permanência. Daí, a cavalo, com o 2º Regimento, de Osório, trazendo os mais distintos filhos de Bagé, foi a São Gabriel.

Conta Osório Santana Figueiredo (São Gabriel Desde o Princípio — p. 57) que foi “recebido com ruidosas manifestações populares, com muitas festas e saraus familiares”.

Hospedado no amplo sobrado de Francisco José de Carvalho, construído em 1826, pela opulência de seu rebanho, fez D. Pedro diversas saídas para a campanha, inclusive a Estância da Caiera, onde assistiu, impressionado, muitas lides do campo, inclusive gineteadas e domas.

Na promissora São Gabriel, cujo “Te-Deum” de boas vindas foi cantado na Igreja do Galo, viu com admiração a coragem daquele povo e sua fé, iniciando a construção de um templo majestoso, e de seu bolso ajudou com dois contos de réis.

Regressando a Rio Pardo, volta para Porto Alegre e viaja para Pelotas, onde a aristocracia da zona Sul celebra a memorável visita. Em Rio Grande embarca com destino a São Paulo.

Passara no Rio Grande do Sul, entre os seus adversários de há um ano, sessenta dias, sentindo em todos os momentos as manifestações de carinho e apreço, mas em nenhum instante percebeu o confronto ou a submissão. Aprendeu nesses dois meses, uma lição viva de democracia, de independência, de convivência harmônica entre o Poder e o Povo.

O aprendizado que teve dos gaúchos foi um exemplo, que transmitiu, depois, ao longo de todo o seu reinado, e se consubstanciava no dia-a-dia do seu trato com a coisa pública.

Se o casamento e a paternidade lhe tinham sido degraus de ascensão e enriquecimento de sua personalidade, como assinalavam os “mexeriqueiros” diplomatas estrangeiros em suas mensagens a seus soberanos, a viagem ao Rio Grande do Sul, foi um degrau de grande significado que lhe serviu durante toda sua vida.

Na formal “Fala do Trono”, na abertura da Assembléia Geral, em 3 de maio de 1846, assim sintetizou D. Pedro II essa viagem: “Conforme vos declarei na fala de encerramento da sessão passada, visitei as províncias de Santa Catarina, S. Pedro do Rio Grande e São Paulo. As demonstrações que me deram todas estas províncias de sua adesão à minha imperial pessoa e família, e a constituição política do império, penhoraram a minha gratidão. O progresso que elas apresentam, na civilização e na indústria, e os recursos de que a natureza as dotou, afiançam o rápido desenvolvimento de sua prosperidade” (Falas do Trono — p. 249).

Em 1826 D. Pedro I esteve no Rio Grande do Sul, na intenção de marchar para as linhas de frente no combate aos invasores platinos; em 1846/47, D. Pedro II veio para confraternizar com os rio-grandenses, saídos de uma guerra civil contra o Império. Deixava uma corte aterrorizada com a escolha de ponto tão vulnerável do Brasil para o primeiro encontro com os seus súditos, mas trazia o interesse em conhecer a magia dessa gente que terçara armas durante dez anos, sem nenhuma vacilação e aceitara discutir a pacificação, sem a submissão dos fracos e vencidos.

Mais três lustros e volta D. Pedro ao Rio Grande do Sul, numa viagem igual a de seu pai: contribuir com a força moral de sua presença à animação de uma luta externa.

Se antes vira a beleza dos nossos campos floridos pela primavera e sofrera as agruras de verão sufocante e tivera os refrigerios dos temporais de janeiro, nesta enfrentaria o frio da travessia da Lagoa dos Patos, com pampeano sopranado e depois, nas nossas coxilhas sofreria os guascaços do minuano e as chuvas geladas de agosto.

Mas se da primeira vez tudo era novidade ao olhar atento e à mente indagadora de um jovem sedento de saber, agora a preocupação e a tensão eram as companhias com que contava, ante à invasão inimiga ao território pátrio.

Na “Fala do Trono”, à abertura da Assembléia Geral, em 3 de maio de 1866, assim resume sua viagem: “Invadida a Província do Rio Grande do Sul por forças paraguaias, julguei ser meu dever seguir para ali a fim de animar com minha presença e meu exemplo a defesa da integridade do Império. Meus muito prezados genros me acompanharam movidos de iguais sentimentos. O rendimento de Uruguaiana, inutilizando as forças invasoras, tornou desnecessária a continuação de minha presença naquela Província” (Falas do Tronco — p. 363).

Viajando no “Santa Maria”, escoltado por dois outros barcos cheios de tropa, constituíam a comitiva imperial o seu genro Duque de Saxe, o Marquês de Caixias, o General Francisco Xavier Calmon da Silva, depois Barão de Itapagipe, o General Henrique de Beaurepaire Rohan, o Almirante de Lamare, o médico imperial Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles, o Ministro da Guerra Angelo Ferraz, depois Barão de Uruguaiana, além de uma dúzia de secretários e empregados.

Desembarcados em Rio Grande, em fins de julho de 1865 vão a Porto Alegre, daí a Rio Pardo, Cachoeira e Caçapava. Nas três primeiras localidades, após as formalidades de recepção, visita a quartéis e hospitais, tratavam logo de prosseguir, posto que havia pressa em chegar a Uruguaiana. É, contudo, em Caçapava que D. Pedro e sua comitiva mais se demoram. A inclemência do inverno, a escassez de cavalos, os passos difíceis de serem vadeados, faz com que a demora na antiga capital republicana se alongue por vários dias. A rotina das visitas, nunca se interrompeu nesses dias. Aí os encontra o Conde d’Eu, que chegando da Europa quando seu sogro já estava no sul, veio a seu encontro em grande pressa.

A cavalo, em carretilhas e com a carga em carretas de bois, a imperial comitiva se arrastava pelas serranias caçapavanas e pelas coxilhas que se desdobravam entre São Gabriel, os campos de batalha do Passo do Rosário, Alegrete e, finalmente Uruguaiana. Haviām transcorrido 50 dias de viagem sob torrenciais chuvas, muito vento e um terrível frio.

Mitre, o chefe argentino, Flores, o chefe uruguaio, Caldwell, o Conde de Porto Alegre e Tamandaré, os chefes brasileiros o esperavam sitiando a cidade. Estigarribia já estava vencido faltando concretizar-se a tomada da praça e quando essa operação começou a se desenrolar veio a rendição, com a preocupação de que fosse sob a proteção do Imperador do Brasil.

Vencido o inimigo paraguaio, nessa sua arremetida contra o território nacional, outro momento significativo foi vivido por D. Pedro, entre os rio-grandenses: o pedido formal de desculpas da Rainha Victória, na famosa “Questão Christie”. Em verdade, nesse caso o Imperador, pessoalmente tomara a si o dever de exigir a reparação. Não aceitou mediadores. Não concordou com temporização. Desgostou muitos inglesistas que o cercavam, mas não quis nunca que a política de panos quentes esquecesse os incidentes provocados pelo agente britânico. Assim, esse momento foi uma vitória sua, mais do que uma conquista dos gabinetes.

A sua famosa obstinação permitiu que se resolvesse a grave crise, nos termos em que a pusera desde o início.

A rendição dos paraguaios em Uruguaiana e a solução do caso inglês, eram, assim, novos lauréis que recebia no Rio Grande do Sul e acrescentava às glórias de sua coroa.

Superado esse momento difícil da guerra, inicia-se a volta à Corte, não sem antes visitar Itaqui e São Borja, onde assistiu os estragos provocados pelos paraguaios em sua marcha em território brasileiro.

Depois, Alegrete, Santana do Livramento, Ponche Verde, Bagé, Candiota, Pelotas e Rio Grande são os marcos dessa viagem de regresso.

Toda a região fronteira é palmilhada, toda a campanha gaúcha é sentida. Nesses meses que vão de julho a novembro D. Pedro assimilou o churrasco e o chimarrão que era a bebida das esperas, como dizia, pois nas paradas necessárias e nas obrigadas pela inclemência do tempo ou a perda dos cavalos, era o chimarrão que lhe substituíra os livros com os quais antes entretinha essas horas.

Em seu diário narra o Conde d'Eu o que eram essas vicissitudes, e o que representava o chimarrão, que a início bebera enojado, mas que ao depois lhe era o retempero e o repouso.

Em todos os lugares por onde passou, deixou D. Pedro II a marca da sua solidariedade, de seu espírito cristão, de seu interesse pela educação e pela saúde de seu povo. Em nenhum lugar deixou de ir à aula pública ou particular que encontrasse, de visitar o quartel e de estar no hospital ao pé de cada doente, para indagar dos cuidados que recebia e dos meios que contaria no futuro.

Estávamos em guerra, ma ele se preocupava com a paz.

Essa preocupação com a paz e o bem-estar de seus súditos é que criava constrangimentos entre os seus ministros aos quais cobrava, resultados, ao mostrar interesse em ver medidas apropriadas para os males que detectava.

Não esteve nunca ausente do governo, embora seu papel constitucional não fosse o de governar.

O seu interesse pelo progresso, se registra neste interessante detalhe de seu programa para o Brasil:

Talvez influenciado pelas leituras de Júlio Verne, em sua "Fé de Ofício", narra os cuidados com as comunicações entre os diferentes pontos do Brasil, tão longínquos, e afirma "oxalá pudesse a navegação por balões aerostáticos tudo dispensar e, elevando-se bem alto, assim como a submarina aprofundando-se bastante, nos livrassem ambos das viagens sob tempestade". E depois, às vésperas de sua morte, essa mesma preocupação, manifesta em carta ao Visconde de Tau-nay: "Vou estudar com Picard, da Academia de Ciências, novos processos matemáticos. Que progressos nas aplicações. Já determinamos o ponto do navio com um erro máximo de 200 metros. Vejo quase resolvida a nevegação aérea e submarina" (Pedro II — págs. 207 e 239).

Homem de estudo, voltado para os problemas econômicos e sociais de sua época, era sempre um simples, que se adequava ao lugar onde estivesse. Nunca a pompa majestática, mas a serenidade e a simplicidade dos homens de Estado, que sabem e temem o Poder.

Gaúcho enquanto andou por nossas coxilhas, vestindo o poncho preto forrado de vermelho, apenas com os galões dourados que o distinguiam dos outros,

coberto com o chapéu de feltro e abas largas, montando os arreios amaciados de pelegos, saboreando o churrasco no espeto e sorvendo o chimarrão de passahora, esse foi o Imperador que andou pelo Rio Grande do Sul a que tanto apreciava, em suas manifestações reservadas.

Celebrando-o na data do centenário de sua morte, com essas evocações de suas passagens pelo Rio Grande do Sul, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul o reverencia ouvindo “a justiça de Deus que se faz na voz da História”.

## EM MEMÓRIA DE LINDOLFO COLLOR

Carlos de Souza Moraes

Decorridos cem anos do nascimento de Lindolfo Leopoldo Boekel Collor, tem-se hoje melhores perspectivas de se analisar a sua personalidade de homem de governo, de estadista até, de sociólogo, de analista político, de intérprete arguto de certa época de um mundo agitado, maltratado e de um Brasil ferido, buscando afanosamente, desesperadamente, o seu estuário tranqüilo de trabalho e desenvolvimento.

Collor amanheceu maduro. Desde que abriu os olhos para a vida e entrou em contato com o seu povo, sentiu, percebeu que teria longa caminhada a empreender e não menor tarefa a realizar para compreender as mazelas, as inquietações, as disputas e os sofrimentos de um povo desarvorado ainda, sem rumos seguros para o seu porvir, e ainda, sem estrutura em sua organização política e administrativa que se esboça agora, é uma população com alto grau de analfabetos e sem equacionamento social e educacional devido. Sem dúvida, visualizou logo que, se quisesse servir o seu país, como era seu profundo desejo teria que lutar muito, enfrentando a incompreensão e despeito de uns, o anacronismo vigente e, sobretudo, e desgraçadamente, o personalismo e o fisiologismo, com os seus apetites mesquinhos e incontrolados.

O que impressiona em sua personalidade é o amadurecimento de sua capacidade intrínseca de agir e de compreender, com profundo discernimento, as questões que se apresentavam às observações e pesquisas que realizava. Tinha, por certo, o espírito de analista debruçado sobre o mapa de nossas necessidades, de nossos erros e de nossas possibilidades para aferir o grau de repercussão que tinham na vida nacional e procurar equacionar as soluções.

Era, realmente, possuidor de uma inteligência de elevado quilate, legado maior que Deus lhe alcançou, e uma cultura surpreendente e invejável. Todas as vezes em que teve de se manifestar, em discursos, conferências, prefácios, exposições de motivos, pareceres deixou a marca da devoção à causa pública, de respeito à liberdade, por cuja conquista era intransigente, e de sensibilidade aguda pela sorte das classes menos favorecidas, o que foi apanágio de carreira política e razão de seu maior empenho no Ministério do Trabalho.

Onde pôde ele buscar, em tão pouco tempo de vida, elementos, com que iluminava e fazia tão cheias de vibração, de acertos e de conteúdo tudo o que fazia? Em alguns de seus trabalhos escritos, observa-se e sente-se a interferência

do sociólogo, do filósofo que ele encarnava, com poder de análise e decisão surpreendentes.

Atente-se para o fato de, apenas com 19 anos, no verdor da idade, um provinciano como ele, tendo vivido até então no interior do Rio Grande, numa cidade pequena, de vida pacata, como São Leopoldo, sem qualquer trepidação intensa de vida comercial ou industrial ao tempo de sua infância e juventude, passando por pequeno estágio na redação do jornal, o Dever, de Bagé, galgar a posição de redator-chefe de um dos maiores jornais da época, O País, do Rio de Janeiro, para lhe atribuir qualidades excepcionais de entendimento, cultura e amadurecimento.

Deveria ter feito um bom curso de humanidades, e tido excelentes professores. Não sei se apenas estas circunstâncias de que gozam e gozaram tantos outros estudantes para formação de seu intelecto, bastariam para armar o estudante em condições de projetar-se como se projetou ao longo de sua curta existência. Sem dúvida, ele foi uma inteligência privilegiada, o seu talento ilustrou e engrandeceu o Rio Grande. Tudo que fez foi bem feito, bem ordenado, com substâncias e luzes de uma mentalidade de brilhantes e raras virtudes.

Leiam-se os discursos que pronunciou por ocasião da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e de sua posse como presidente da Academia de Letras do Rio Grande do Sul. Bela lição de história e um encanto de prosa, que ele sabia fazer, como um dos melhores escritores rio-grandenses. Não lhe faltava correção gramatical, elegância e justeza de vocábulos em sempre bem-elaborados períodos. Acredito, pelo que deixou escrito, fora ele um estudioso do vernáculo. Os clássicos lhe eram familiares e o interesse que demonstrou pela vida e obra do grande purista e sempre lembrado Camilo Castelo Branco, cuja personalidade o havia empolgado e lhe merecera a tentativa de dedicar-lhe estudo alentado. Pelo menos, na entrevista à “Diretrizes”, manifestou os dias e, por certo noites, que a sedução por Camilo lhe roubara.

Deixa o torrão natal e levado por Alcides Maya, que, com certeza se impressionara pela mocidade estuante e inclinação para o jornalismo que Lindolfo Collor demonstrara, para a redação do grande jornal O País. Firma-se desde logo como jornalista de merecimento, chegando, com menos de 20 anos, a impressionar de tal maneira colegas destacados de imprensa, como João do Rio e Abner Mourão que não se contêm — coisa rara, ainda hoje — e lhe dedicam editoriais elogiosos e consagradores. Era um profissional importante e moço já aureolado da imprensa carioca, posição que só se conquista depois de muitos anos de luta e traga o conquistador consigo qualidades invulgares de inteligência, cultura, maturidade e acentuado poder de observação.

Não demorou senão alguns meses em sua estréia, entrevistando os luminares das letras cariocas, entre os quais Coelho Neto, Bilac, Alberto de Oliveira, Eduardo Vitoriano, Oscar Guanabarro, Barbosa Rodrigues, Itália Fausta, João Barbalho e muitos outros, para aproximar-se, por acaso, de Felix Pacheco, diretor do Jornal do Comércio, que apreciou conhecê-lo e teceu-lhe encomiásticos



elogios pelo seu ingresso na imprensa do Rio, vaticinando-lhe brilhante carreira, pois qualidades para tanto não lhe faltavam, como demonstravam suas entrevistas.

A projeção política de Lindolfo Collor adveio, sem dúvida, de sua atividade jornalística, que continuou durante o ostracismo, que lhe oportunizou esplêndidas reportagens relativas ao conflito mundial, de profunda repercussão no país. O conceito de grande analista internacional lhe trouxe novos louros. Era um nome que transcendia os limites do Brasil.

O renome alcançado no Rio no período que, ali, permaneceu, de 1911 a 1919, despertou interesse de Borges de Medeiros, que acabou lhe confiando a direção da Federação, órgão oficial do Partido Republicano Riograndense e onde Júlio de Castilhos fizera durante anos a tribuna de suas pregações políticas que constituíram admirável apostolado cívico, até hoje valorizado pelo tempo.

O regresso ao Rio Grande lhe tornou a vida mais intensa. Empenhou-se fundamentalmente na vida partidária de seu Estado e o conceito cultural que o marcara no Congresso Nacional provocaria sua convocação para outros importantes e relevantes encargos. Ainda na Câmara dos Deputados, como integrante da Comissão de Relações Exteriores, foi relator do Convênio de Montevidéu, de que fora autor, demonstrando cultura de direito internacional, o que não se esperava de quem não era diplomado em direito.

O parecer apresentado impressionou profundamente, a ponto de haver quem dissesse que faria “jus ao título de grande internacionalista”.

Quando participava da Câmara escreveu, no O País, vários artigos em defesa do plano de reforma monetária do presidente Washington Luiz, revelando também conhecimento sobre finanças.

Tinha-se de admitir que Lindolfo Collor possuía saber fora do comum e se interrogava onde fora ele buscar espaço de tempo para adquirir tantos conhecimentos, quando era certo que vivia sempre escrevendo para vários jornais e fazendo política partidária que lhe deveriam absorver todos os lazes. Confesso que não encontrei ainda explicação para esse fenômeno.

Vianna Moog, amigo íntimo, em mais de uma passagem do que escreveu a seu respeito, proclama essa peregrina virtude e de que sempre tivera a impressão, impressão que nunca o abandonou, de estar na presença de um autêntico grande homem.

Participando ativamente da vida política rio-grandense convivendo com Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Flores da Cunha e tantos outros expressivos líderes, não fugiu dos movimentos em que se preparou a Revolução de 1930 e foi até destacado, por seus reconhecidos e proclamados méritos, para redigir o “Manifesto da Aliança Liberal”, que advogou, entre outras reivindicações, o voto secreto e uma série de conquistas sociais que integrariam futuramente a legislação trabalhista, como aviso prévio, proteção à mulher gestante e ao menor.

O “Manifesto” é obra importantíssima na evolução da vida política do país, produto da inteligência e da sensibilidade pelos problemas mais explosivos e gra-

ves que diziam respeito ao equilíbrio social e à reorganização nacional. Collor conquistou mais respeito e admiração pela sua capacidade intelectual e vivência da conjuntura política do país.

O período que antecedeu à Revolução de 1930, como vimos foi de intensa atividade de Lindolfo Collor, que cada vez mais ia demonstrando sua familiaridade com as questões que agitavam o país e já era acatado como jornalista de primeira grandeza e um escritor de raros méritos, segundo um dos seus biógrafos: “A Revolução vitoriosa — refere Américo Palha — revelou o estadista — o maior estadista saído das lutas memoráveis que determinavam aquele movimento de reação nacional contra o ambiente político que se desmoralizava com o abuso do estado de sítio e da prática da fraude eleitoral. A campanha da Aliança Liberal culminada pela Revolução era a democracia procurando curar os próprios males, era a democracia lutando contra os erros dos homens, para restaurar a pureza dos seus princípios. Por isso, Lindolfo Collor a ela se entregou, dando-lhe a soma de todas as suas energias cívicas, o calor do seu entusiasmo, a sinceridade dos seus ideais”.

Vitoriosa a Revolução de Outubro, Collor é nomeado Ministro do Trabalho, contra a expectativa de alguns líderes do movimento revolucionário, que entendiam que ele devia ocupar posto de mais relevo, de mais saliência no governo e condizente com o seu valor cultural e expressão já internacional, desejavam-lhe o Ministério da Fazenda, do Exterior ou da Justiça. Jamais para um posto que se criara e que nem estrutura tinha.

Alude Vianna Moog a seu encontro com Collor logo após à instalação do governo, e pergunta-lhe:

“Então, que há, seu Collor? Quais são as últimas? Ou as últimas continuam a ser as penúltimas?

— Que que há? Aqui onde me vê, você está falando com o Ministro do Trabalho.

Disse isso de polegares a distenderam os elásticos dos suspensórios numa pose que repete anos mais tarde, como já vimos de certo modo, repetiria em São Leopoldo, ao comunicar-me sua condição de proprietário na terra natal.

— Ministro do Trabalho?!!!

— Ministro do Trabalho. O Getúlio acaba de assinar o decreto.

Francamente, com essa eu não contava. Em lugar de exultar, com a notícia, entristeci-me. Nem sei como consegui ocultar o meu desapontamento. Estava decepcionado além de toda a medida. Caído das nuvens, o que, em todo o caso, segundo dizem, é sempre melhor do que cair de um segundo ou terceiro andar. Aquela foi a primeira grande decepção, que me trouxe a Revolução de 30. Imaginava para Collor o Ministério do Exterior ou o Ministério da Fazenda, ou mesmo o da Justiça. Em qualquer dos três ele não estava deslocado. Para o exterior havia a circunstância de haver sido enviado a Buenos Aires, pela própria Revolução, a fim de pleitear o reconhecimento do estado de beligerância, e também

para a compra de armamento. Além do que, contava a seu favor o magistral desempenho que sempre dera às suas missões diplomáticas.

E que dizer então do renome que conquistara como internacionalista com o seu magistral parecer sobre o “Convênio de Montevidéu”?

Para Ministro da Fazenda, — prossegue Vianna Moog — ninguém certamente naquela conjuntura possuía melhores credenciais. Era para quem Getúlio Vargas, líder de sua bancada antes de nomeado Ministro da Pasta e após recusar a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, por não entender de finanças, enviava os assuntos concernentes ao setor. Portanto, tudo indica que o Ministro da Fazenda de Getúlio Vargas devia ser mesmo Lindolfo Collor e não outro. Enfim, Ministro da Fazenda ou do Exterior, de Justiça ou da Agricultura, embaixador em Washington, Buenos Aires ou Paris, o essencial que lhe dessem uma posição à altura de sua soberba atuação. Mas, francamente, jogá-lo para o Ministério do Trabalho era subestimá-lo demais. Não, não dava para compreender.”

E aduz o admirável autor de “Um Rio Imita o Reno...,” não se conformando com o modesto bocado com que o novo governo galardoava o grande líder revolucionário:

“Então o meu amigo fora o redator do monumental manifesto dirigido à Nação Brasileira pela Aliança Liberal na Grande Convenção de 20 de setembro de 1929, batalhava em todas as frentes como jornalista e deputado, abalara o país por ocasião do assassinato de João Pessoa, com incendiária interpelação que tão decisivamente concorreu para o desencadeamento da Revolução de Outubro de 30 “Presidente da República, o que fizeste do Presidente da Paraíba?” para, alfin y alcabo, lhe oferecerem uma vaga na diretoria do antigo Ministério da Justiça, rotulado de Ministério do Trabalho! Assim também era demais. E o pior não era que oferecessem a Collor tão medíocre compensação; o pior era vê-lo aceitá-lo de braços abertos e feliz. Ou estaria simplesmente simulando felicidade? Não, não era simulação. Era um contentamento tão real quanto o do almocreve das “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, que ao agradecer a regateada gratificação que lhe atirou Brás Cubas por lhe ter salvo a vida, quando o jumento quase o jogou ao abismo, denotou em seguida tanto contentamento que o nosso inefável Brás Cubas, egoísta e regateador, chegou a desconfiar de haver dado demais.”

Sua permanência à frente do Ministério do Trabalho foi curta. Durou apenas quatorze meses.

O empastelamento do “Diário Carioca”, do jornalista José Eduardo Macedo Soares, por ter acenado com convocação de uma Constituinte, abalou a opinião pública e levou Collor a pedir demissão, em caráter irrevogável, do cargo de ministro, pois sempre e reiteradamente se manifestara contra o arbítrio, a prepotência. Em carta dirigida ao Chefe da Nação relembra suas pregações na tribuna parlamentar e na imprensa, para justificar as razões de seu gesto. Logo após, engaja-se na revolução constitucionalista em 1932. E com a derrota dos revolu-

cionários, é preso no interior do Rio Grande integrando o grupo gaúcho de Borges de Medeiros, que, aqui, sustentava aquele movimento. Levado para Uruguaiana, homizia-se em Buenos Aires, onde continua a luta pelos postulados de liberdade e democracia por que sempre esteve impregnado e tudo empreendia para defendê-los, com decisão. Foi o primeiro exílio de Collor. Promulgada a Constituição de 1934, retorna ao país. Em 1936, torna-se Secretário de Finanças, e, em 1937, participa da fundação do Partido Republicano Castilhistas. Atribuindo-se-lhe envolvimento no levante comunista no Rio, foi preso novamente e conservado incomunicável durante todo ano. O governo, pelo seu prestígio, temia sua influência em novas manifestações, o que o levou ao segundo exílio na Europa, o mais prolongado, após a instalação do Estado Novo. Muitos de seus companheiros do movimento constitucionalista e de sua pregação democrática nos jornais do Rio voltaram a prestigiar a ditadura instalada por Getúlio Vargas. Mas ele continuou na sua posição de vigília permanente e impenetrável aos regimes de força, não se dobrou recusando-se a ser representante diplomático de um governo de excessão em Venezuela.

A sua estada na Europa coincidiu com os preparativos da segunda guerra mundial. Com acuidade peculiar de grande analista político, escreveu séries de artigos em que estudou e criticou o movimento nazista, analisando as consequências que se preparavam contra a paz e a incolumidade de numerosos países do Velho Mundo. Suas mensagens, bem fundamentadas, para os jornais do Rio impressionaram vivamente e constituem, hoje, reunidas em dois volumes e sob os títulos “Europa 1939” e “Sinal dos Tempos”, repositório sério e valioso para estudo e exame de uma época excepcional para a vida e desenvolvimento das nações. Uma grande lição de história como profunda advertência para aqueles que, como Lindolfo Collor, sempre advogaram o primado da liberdade e a resistência a todas doutrinas e movimentos de força contra a democracia.

Ele não se cansava de lembrar e advertir. Numa homenagem que amigos lhe prestaram certa vez, ponderou, com a ênfase de sempre: “Somos, existimos, pensamos, realizamos o nosso destino enquanto Deus aprouver assim. Depois, poderemos ser apenas uma lembrança entre os homens, memória que perdurará no respeito das gerações ou no apróbio dos tempos, que refulgirá, como exemplo dos porvindouros ou se apagará com os últimos ruídos de nossos passos sobre a terra”.

O livro “Europa 1939” nos deixa — sem dúvida — forte impressão da capacidade de analista político de que era portador Lindolfo Collor. Para bem aqú-latar de sua invulgar inteligência, talvez seja mais adequado dizer surpreendente, que o distingüia no meio jornalístico do Rio, deve-se analisar o seu passado, a sua mocidade quando se sabe que não freqüentou universidade. A leitura de trabalhos que elaborou, tanto na vida política, na Câmara de Deputados como participando de comissões técnicas no exterior, em missões diplomáticas importantes e de relevo, desperta admiração e respeito, tal a forma escrita, tal o seu conteúdo. É difícil acreditar-se pudesse ele quase como autodidata, ter absorvi-

do conhecimentos de direito, de economia, de sociologia e filosofia, apenas através de leituras e estudos conjunturalmente, o que lhe teriam exigido, por certo, o máximo aproveitamento das horas consagradas à pesquisa, a interpretações, dentro de regime severo de atenção em suas elucubrações. Não se sabe que método de trabalho e de estudo adotado para possibilitar-lhe os pareceres apresentados às comissões especializadas de que participava, as exposições de motivos com que apresentava seus projetos de lei, através dos quais fora constituindo e integrando nossa legislação trabalhista. Em cada um desses trabalhos, notam-se a segurança e a propriedade de linguagem de que se servia, além da clareza e profundidade de conceitos expendidos. Lindolfo Collor sempre foi, e sem dúvida e antes de tudo, um intelectual brilhante, de facilidade invulgar de raciocínio, de poder de interpretação incomum e com apreciável senso de oportunidade nos debates e nos exames das mais variadas questões submetidas à sua apreciação e sagacidade. Quando se lêem as crônicas provindas da Europa, onde vencia um de seus exílios, ao delinear-se as transformações que haveriam de nos levar à segunda guerra mundial, tem-se a impressão de que ele estava, já em face de atuações anteriores, destinado a altos patamares da vida pública, tinha porte, cultura, experiência e inteligência para ser nosso Ministro do Exterior, ou Ministro da Fazenda ou da Justiça, como imaginara Vianna Moog. Não foi conduzido a nenhum desses Ministérios, para ser nomeado Ministro do Trabalho, o elaborador da legislação que assegurou, ao país, tranqüilidade nas relações do trabalho entre empresários e trabalhadores, estes constituindo uma porção de nossa população sofrida e que estava a merecer a tutela do governo, através de leis que lhe garantissem um mínimo de segurança e meios de sobrevivência que elevassem o conceito de nosso país na proteção ao assalariado. Quando se esperava ver Lindolfo Collor, pela sua atuação destacada na formação da Aliança Liberal que nos levou à Revolução de 1930, num dos postos mais salientes do novo governo, para bem premiar-lhe os serviços à causa das transformações operadas, ele se sente ufano e sobremaneira bem aquinhoado num ministério para cuja constituição e projeção ele se sentia capaz e distinguido. E realmente, Collor esteve à altura do cometimento. E demonstrou que estava preparado para o desafio que a Revolução lhe propusera e que poderia contribuir deveras em melhor preparar o país para os novos tempos que haveriam de vir. Até hoje, muitas das leis protetoras ainda estão em vigor numa demonstração de que estava atento às perspectivas do tempo e das provocações sociais que eclodiam. Ele previra o que viria e nos ameaçaria e advertiu o chefe da nação, ao anunciar que: “Nesta hora de profundas transformações no mundo social, uma revolução que não forjassem e formulasse novas regras de direito seria um movimento retrógrado e absurdo em face da humanidade”.

A formação cultural de Lindolfo Collor, quase na base do autodidatismo — o que é impressionante e reveladora de seu intelecto de escol — e sobretudo sua invejável e comprovada inteligência lhe proporcionavam condições para examinar e tratar sem delongas qualquer tema. Ele tinha extraordinário poder de com-

preender e conceber. Daí por que pôde realizar obra duradoura, em campos só reservados aos iniciados, doutos ou encanecidos no estudo. Para nós ele foi um fenômeno, partindo do fato de não ter freqüentado institutos de altos estudos que lhe pudessem assegurar preparação intelectual ordenada e superior.

A política roubou do Rio Grande respeitável historiador e escritor, qualidades reveladas em suas manifestações por escrito.

Desde cedo, pelas lutas e vicissitudes por que passou o Rio Grande para integrar-se na federação e conquistar um lugar ao sol, após refregas rudes que pararam o desenvolvimento da província, mas serviriam para despertar seu sentimento cívico e criar para a sua gente elevado senso político, que acabou colocando nosso Estado dentro do contexto nacional, como líder mais politizado da federação, — foi buscar o legendário Garibaldi, como herói de seu valioso estudo “Garibaldi e a Guerra dos Farrapos”, que veio preencher um claro na historiografia, de vez que não possuíamos ainda trabalho tão alentado. Não foi obra de improvisação. Ele pesquisou bastante e foi buscar nas melhores fontes existentes o material com que homenageou o herói de dois mundos e ilustrou deverás a história dos farrapos. Para engrandecer o esforço de Lindolfo Collor, na feitura da obra, basta ler-se a bibliografia de que se serviu para escrevê-la, com a colaboração de sua filha Leda Collor de Mello, que foi, para ele, “colaboradora insuperável”, segundo fez questão de deixar estampado, no livro.

A realização da memória histórica constituiu também um derivativo em suas preocupações, uma fuga do ambiente em que vivia, da insensibilidade e mediocridade e a proposta de viver um pouco do passado, justificando: “Um dia, cansado dos panoramas atuais, eu também resolvi, na modéstia das minhas possibilidades, viajar pelo passado. Como era natural, escolhi para meta de minha excursão aquele trecho do tempo que mais me fascinasse pela grandeza dos cenários, pelo porte moral dos homens, pelo ambiente, desambição das multidões. Nenhum período se me afigurava mais indicado para tal viagem do que a Revolução de 35. Desde a minha mais remota formação mental, tudo ali me parecia verdadeiramente fora da medida comum das possibilidades humanas.

Dez anos de luta contra as armas do Império Centralista, pelo ideal da República e da Federação! Um província talada, sacrificada, arruinada, quase por amor do princípio de autonomia local! Uma plêiade de homens que tudo abandonaram — a tranquilidade do lar, o bem-estar econômico, o normal desdobramento das suas atividades — em holocausto das suas convicções políticas!”

Era também uma mensagem de desabafo contra a prepotência que ele sempre invectivou e combateu, ansiando pela liberdade!

Nesse alentado volume, de quase quatrocentas páginas, Collor nos galardoa com magnífica página literária e histórica que merece ser lida, através da qual ele confirma suas qualidades de escritor e estilista.

Polígrafo, ele também percorreu os meandros da diplomacia, deixando vários trabalhos, entre eles a série de artigos, estampados na imprensa carioca, versando sob o título “O Brasil e a Liga das Nações”, a pretensão de o Brasil partici-

par, em caráter permanente do Conselho de Segurança da Liga das Nações, por indicação do Chile.

Estuda as contrariedades opostas por alguns países e defende largamente essa pretensão, que acabou não vingando.

Pela mesma época, é submetido ao exame da Câmara dos Deputados, o Convênio de Montevideo, tendo sido Lindolfo Collor designado relator.

Tratando-se de questão em que os problemas diplomáticos e jurídicos mais se faziam sentir, ele não abdica da honrosa designação, o que demonstrava o conceito que adquirira de seus pares. Não era diplomata nem jurista. Todavia sua cultura, e o trato dos assuntos de que ia tratar asseguravam o seu desempenho, que mereceu integral aprovação e a admiração e respeito de seus colegas.

O exame sociológico que realiza da região fronteira, entre Brasil e Uruguai, e etnológico das populações circundantes é merecedor de leitura para todos quantos estudam a acomodação e desenvolvimento dos núcleos populacionais que viviam atropelados e permanentemente vinculados às guerrilhas, aos movimentos revolucionários que trouxeram as fronteiras de ambas nações sempre preocupadas. Em qualquer movimento de revolução que explodia no Uruguai era certa a invasão de nossa linha demarcatória, com todos os problemas de engajamento de pessoal, moradores nas cercanias, nos contingentes revolucionários, com roubo de gado e mortes.

Era velho problema que sempre desafiou a argúcia de nossos homens de governo, com o propósito de encontrar uma solução, que nunca chegou a positivar-se.

Em seu parecer, Collor entendia que o problema capital era a inadaptação das populações uruguaias e brasileiras às lutas intestinas, das forças beligerantes que se digladiavam, por qualquer motivo, mas sempre com fundamento na fome de poder e de dominação.

A situação de disputas e domínio era um mal da América do Sul. E Collor acentuava, em seu longo e substancioso aparecer, que “o que se passou no Rio da Prata pode ser observado, sem diferenças sensíveis, nos outros países sul-americanos. Bolívar, o libertador de cinco países, vencedor dos exércitos espanhóis, foi vencido pelo caudilhismo. As querelas de generais ambiciosos e caciques civis, mais ou menos bárbaros, deixaram-no, mais de uma vez, desiludido da obra formidável que empreendera. Ninguém melhor do que Bolívar previra que a mashorca seria, por mais de um século, a moléstia do continente. As desordens barbarescas, de motivos secundários e cansadas pela simples ambição de poder, os montoneros, força em ação do caudilhismo egolátrico, destruidor e negativista, tiveram a sua profecia genial nas memórias e proclamações do Libertador.”

O estudo dessa fase, tão nossa conhecida e que tantas preocupações trouxeram para os dois governos limítrofes, é objeto de minucioso estudo, merecedor de relembrar, sempre escudado em atos governamentais. Ali, sente-se o conhecimento de Lindolfo Collor do problema, ao apreciar as condições mesológicas



e a formação etnológica dos núcleos populacionais sempre envolvidos nos conflitos.

Collor, como era de seu feitio de analista arguto, estudou o convênio firmado entre o Brasil e Uruguai, submetido à aprovação da Câmara, quando se sentia, como sempre ocorrera, a necessidade de serem vencidos os obstáculos que se interpunham para firmar-se um acordo definitivo assegurando a tranqüilidade das populações fronteiriças. Tivemos ainda dificuldades que emergiram da Revolução de 93 e da 923, as mais recentes, e vivemos, ainda no princípio do segundo quartel deste século, mais uma agitação de grave e profunda significação no Rio Grande do Sul.

“Tratados e convenções anteriores — acentuou Collor — infelizmente caídos no olvido, estavam a traçar o caminho que devia ser trilhado agora...”

Lindoldo Collor, que percorrera, em poucos anos, carreira vertiginosa, agitada e brilhante, pois que morrera aos 52 anos, poderia ter ainda servido muito o Brasil, em razão de suas qualidades de estadista, que chegaram a ser proclamadas e se sentiam de seus pronunciamentos substanciosos e de sua segura atuação na solução dos encargos que lhe foram atribuídos.

E não imaginaria, em sua infância e juventude tranqüilas e cheias de idealismo que o destino o levaria a altos patamares da vida pública, onde conquistaria respeito e admiração, além de projeção internacional.

“Ainda rapazote — lembra sua filha — começou buscando realização espiritual no seminário Presbiteriano na cidade de Rio Grande, mas cedo verificou ser outra sua vocação. Voltou ao laicato e dedicou-se a fazer dos seus princípios “idealidades militantes”, como diria mais tarde: passava as horas de lazer ensinando o Evangelho na Cidade Baixa e na Cadeia Pública, em Porto Alegre, acompanhando o pastor e sua igreja em pequenas viagens missionárias aos municípios vizinhos, ou escrevendo artigos e poesias no “Estandarte Cristão”, órgão da Igreja Episcopal, impregnados de sólida fé e de crepitante ardor cristão de que estava embebido”.

Mais tarde torna-se professor de português na Associação Cristã de Moços, o que lhe assegurou, com certeza, domínio do vernáculo e aperfeiçoamento do estilo.

Isso ocorreu nos anos de 1906 e 1907.

Transfere-se, em 1909, para Bagé, onde passa a envolver-se novamente com jornal, participando da redação do semanário “O Dever”, de Adolfo Dupont, mais tarde deputado estadual, iniciando-se, praticamente, ali, a sua carreira jornalística em que colheria louros como um dos mais destacados jornalistas que atuavam na imprensa carioca, quando passou a atuar no “O País” e no “Jornal do Comércio”, além de outros. Era sem dúvida um vitorioso, de que poderia se ufanar, pois desfrutava de respeitável prestígio, ao lado de aureolados e encaenecidos colegas no jornalismo.

A sua projeção na vida intelectual do Rio se fizera sentir, a ponto de candidatar-se sem consegui-la, a uma vaga na Academia Brasileira de Letras.



O seu prestígio se elevou mais e lhe garantiu a participação nos conciliábulos da política do Rio Grande, ao lado dos destacados e futuros articuladores da Revolução de Outubro de 1930.

Esses acontecimentos ensinaram-lhe novas perspectivas em sua carreira política, sendo eleito, em 1924, para deputado estadual e sucessivamente, para dois mandatos na Câmara dos Deputados, onde se abriram novos horizontes para a sua curiosidade intelectual e aprimoramento de sua cultura, pois, aí, participou de várias e importantes comissões, que lhe valeram respeito e consideração.

Não obstante os encargos e preocupações que sempre o acompanharam em sua caminhada, mesmo quando ensaiava os primeiros passos, sobrou tempo, na mocidade, para devaneios poéticos e publicar livros de poesias como "Poema dos Matizes", em 1909, e "Elogios e Símbolos", em 1913.

Além da publicação de "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos", Lindolfo Collor trouxe para as letras rio-grandenses significativa contribuição, representada pelo estudo "A Literatura do Rio Grande do Sul", publicada no volume XVIII, da valiosa e importante Biblioteca Internacional de Obras Célebres, que deveria ter sido lançada antes de 1920. A publicação não assinala a data de impressão.

A acolhida de seu trabalho pela aludida obra cuja direção estivera sob a égide de escritores de renome internacional, constituiu, por certo, para Lindolfo Collor, reconhecimento de seus méritos, que já haviam ultrapassado os limites do Brasil.

Releva notar que esse estudo fora o primeiro a ser tentado no Rio Grande do Sul. Foi trabalho pioneiro, que lhe marcava um privilégio. Só, mais tarde, em 1924, editado pela Livraria Globo, aparece a História da Literatura do Rio Grande do Sul, de João Pinto da Silva. Duraria mais alguns anos para que o historiador Souza Docca publicasse, na obra "Terra Farroupilha", aparecida em 1937, "O Desenvolvimento Intelectual do Rio Grande do Sul". E, em 1956, integrando a Coleção Província, da Editora Globo, Guilhermino Cesar nos brinda com a substanciosa "A História da Literatura do Rio Grande do Sul".

Sr. Presidente,  
Meus Senhores,  
Minhas Senhoras,

Aí, está uma imagem — por certo pálida por falta de maior engenho do orador — de nosso homenageado, que nasceu humilde, mas soube, por esforço próprio projetar-se como um dos mais nobres e eminentes filhos do Brasil, que ele serviu com dedicação, devoção e sem tibieza de caráter, ilustrando e iluminando todos os caminhos que perlustrou.

O nosso Instituto procura, com esta solenidade, homenageá-lo e reverenciar sua memória, no centenário de seu nascimento, como que acendendo uma pira votiva para relembra-lo sempre o seu passado de trabalho e de idealismo construtivos.

Ele bem mereceu de nossa terra, que soube dignificar e pela qual se sacrificou!

(Solenidade realizada na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 28.11.1992.)

## 1828, LAS "FUERZAS SECRETAS" Y LA CAMPAÑA DE LAS MISIONES

Alfonso Fernandez Cabrelli \*

Desde el viejo tiempo colonial la comarca que se extiende del Río Pardo al Paraná, en especial la que hermana a los gauchos orientales con los gauchos riograndenses tuvo una historia común forjada entre abrazos y pujas, desazones y esperanzas; avatares propios de la vida de quienes se estaban acomodando en un territorio cuyas fronteras políticas tardaban en ser definitivamente delineadas.

Una hermandad ejemplar, un permanente reatarse de lazos familiares y sociales, de afectos e intereses y unas comunes aspiraciones libertarias, civilistas, republicanas.

Afortunadamente esa historia común, que en el caso de los hermanos riograndenses comienza, digamos que oficialmente, en 1680 con la fundación de la Colonia del Sacramento, no fue una historia de conquista y opresión, sino movimiento incesante de gentes que se encontraban en los lindes indefinidos de los imperios coloniales, gentes que pugnaban por hacer pie y adelantar sobre un territorio sin poseedores, donde no imperaban jurisdicciones legales y cuyos ocupantes precarios se esforzaban por sobrevivir y afincarse sin preocuparse, en general, por las decisiones políticas de las respectivas cortes europeas.

Después, en los días de los combates por la primera independencia, ¡cuántos riograndenses se jugaron con Artigas!

Desde Asencio, en pagos de Soriano, donde Pedro Viera encabezó, el 28 de Febrero de 1811, al gauchaje y la indiada de la "admirable alarma", hasta el Este limítrofe donde capitanearon huestes patriotas Leonardo Oliveira y los Araujo, directos descendientes de portugueses allí afincados y también al Norte, en Belén, donde Pintos Carneiro, jefe de orientales, se jugó y ganó enfrentando a los invasores lusitanos. Esto para nombrar sólo a los más connotados capitanes artiguistas de 1811.

Y para mencionar un sólo ejemplo del eficaz apoyo colectivo brindado por los riograndenses a la empresa artiguista bastará recordar lo ocurrido en mayo de 1811 en oportunidad de la toma de San José por los recién insurgidos patriotas, hecho que el comandante español rendido atribuyó al empuje combinado de

---

\* Membro correspondente do IHGRS

orientales y “muchos soldados riograndenses...que fueron los que más vivamente pelearon”(1).

Y de ahí en adelante igualmente juntos en todos los capítulos de las luchas por la consolidación de las patrias.

Cómo sino, podemos explicarnos los episodios casi misteriosos de Rincón, Sarandí, Paso del Rosario y la misma campaña de las Misiones, si no tenemos en cuenta aquellos antiguos lazos de fraternidad y compañerismo, cuando no familiares, y los comunes sentimientos libertarios, civilistas y republicanos que alentaban nuestros pueblos y practicaban sus caudillos?

Recordemos que la invasión de 1811 como la de 1816 que culminó con la fugaz Cisplatina, fueron consecuencia de decisiones de una política europea trasladada a Río de Janeiro junto con la Corte Lusitana; política de absorción contra la que conspiraron los dirigentes riograndenses como surge de las advertencias que en marzo de 1823 hiciera el consul del imperio en Buenos Aires, Antonio Manuel Correa da Cámara, en mensaje dirigido al Gobierno Provisorio de Río Grande, cuyo texto conoceremos más adelante.

Esa historia se continuó a través de múltiples e intrincados sucesos en los tiempos agitados de nuestras revoluciones, y de la revolución farroupilha cuando encontramos a los hermanos Fontoura, — Paulino y Sebastián —, asociados en Guleguaychú con el caudillo lavallejista Lucas Moreno en un negocio saladeril cobertura de intensos trámites conspirativos, al propio Lavalleja y sus gentes enarbolando la bandera roja de los farrapos y a doña Ana Monterroso junto al cura Caldas, en busca de apoyo unas veces, prestandolo otras tantas, a Bento Gonçalves quién también era un poco oriental dada su larga permanencia en los pagos melenses y al oriental Manuel Ruedas predicando en Porto Alegre, desde su *Recopilador*, la doctrina republicana.

El propio don José Benito Monterroso, -el ex-fraile arrebatado y jacobino, leal ex-secretario de su primo Artigas-, que había estado en Río Grande en 1836, en el epicentro de los hechos revolucionarios, era consultado en 1837 por los republicanos gaúchos Catáneo García de Saa y José M. de Lima sobre la forma de redactar las patentes de corso (necesarias para los corsarios farroupilhas) “*con todas las explicaciones que fueran necesarias*”(2).

Eso y mucho más de que dan cuenta los innumerables documentos que se guardan en nuestros archivos, y todo ello desconocido o no estudiado o simplemente deformado, porque la leyenda sustituyó a la realidad histórica.

En esta última situación debemos colocar al acontecimiento que motiva este trabajo. En efecto, sobre la campaña de las Misiones llevada a cabo en 1828 por don Frutos Rivera, si bien se han escrito numerosos y detallados relatos de lo sucedido y se han valorado sus resultados, no ha existido igual preocupación por encontrar explicación razonable del éxito fulmineo de la empresa riverista. La leyenda, la exaltación de las cualidades casi mágicas, de las genialidades del caudillo, ocuparon el lugar de una realidad no suficientemente estudiada. Trataré

aquí, con el apoyo de documentos fehacientes y testimonios calificados, de introducir un poco de luz en esa parte del cuadro histórico.

### **ALGUNOS ANTECEDENTES INMEDIATOS**

A cargo de Rivera, y por propio ofrecimiento, quedó, luego de la batalla de Sarandí, la tarea de perseguir a los jefes riograndenses: Bentos Manuel, Bento Gonçalves y Bonifacio Isas (Calderón). Don Frutos lo hizo a su manera; conversando río por medio con Bento Gonçalves al que propuso terminar la guerra recordándole "sus principios liberales", "a lo que aquel respondió que él era uno de los que más deseaba la paz, que ojalá estuviera en sus manos, pero que él nada podía hacer y sí, sólo el señor Bentos Manuel."

Poco más duró el diálogo y cada cual siguió por su lado; poco después Bentos Manuel licenciaba a su tropa (3).

Días más tarde los generales riograndenses Barreto y Abreu se comunicaban con Rivera por intermedio del Tte. Cnel. José Rodríguez Barbosa, quien tenía estancias en territorio oriental. Servando Gómez fue encargado por don Frutos para que junto con Rodríguez Barbosa, llevara "comunicaciones para los generales Abreu y Barreto invitándolos a sacudir el yugo del Imperio y ser ellos los instrumentos de la libertad de su país(4)". El 24 de agosto de 1826 "a la tarde, llegaron comunicaciones de Servando Gómez y del Tte. Cnel. José Rodríguez, de Salto". El día 29 "Llegó don Servando Gómez de vuelta de su comisión cerca de los generales Abreu y Barreto. Estos, según las comunicaciones oficiales y explicaciones verbales con el dicho señor Capitán Gómez, parecían inclinados a una transacción que sirviese de base para la grande obra de la libertad del Brasil; más por sí solos decían no poder hacerlo y sobre todo tenían para consultar el voto de sus provincias"(5).

José Brito del Pino, que fungía entonces como Ayudante de Rivera, agrega en su Diario de Campaña que el 21 de diciembre de aquel año Rivera insistió con sus tanteos y proposiciones a los jefes riograndenses; "Se escribió secretamente a don Bonifacio Isas y al Gral. Sebastian Barreto Pereira Pintos sobre hacer la revolución en Brasil"(6).

Queda así demostrado como, desde 1826, sino desde antes, las conversaciones entre Rivera y los jefes riograndenses se referían a una común preocupación: "la grande obra de la libertad" de los respectivos países, y es significativa la apelación que hace Rivera a "los principios liberales" que profesaba Bento Gonçalves, cuya pertenencia a la Institución Masónica es cosa probada.

Esas relaciones prosiguieron y los porteños, que buscaban un pretexto para anular a los caudillos orientales (Rivera y Lavalleja), aprovecharon la oportunidad de haber interceptado alguna de esas comunicaciones, para declarar traidor a don Frutos y desatar contra él tenaz persecución que pudo eludir merced a la ayuda que le fue prestada por Juan Manuel de Rosas y Estanislao López.

Y así llegamos al tiempo en que se va desarrollar la campaña por la conquista de las antiguas Misiones orientales.

## **“FUERZAS SECRETAS” FACILITAN LA EMPRESA**

“El descontento general de todas las Provincias del Brasil se había aumentado especialmente. Un gran partido secreto y poderoso formaban los Masones, aunque en otras partes profesaban estos con mezclarse en política.”

Esto se escribió en enero de 1822 en el periódico porteño *El Argos* de Buenos Aires, refiriéndose a las actividades desplegadas en el Brasil por los masones constitucionalistas y republicanos que preparaban la independencia y la instauración de un régimen constitucional en aquella colonia lusitana, (y conste que los redactores de la publicación aludida eran miembros de la recién constituida logia masónica *La Aurora*). “La masonaria y las fuerzas secretas de la revolución” tituló el historiador riograndense Morivalde Calvet Fagundes un libro suyo que se refiere al mismo tema<sup>(7)</sup>. Por eso me pareció adecuado utilizar ese calificativo para aludir a las fuerzas que en Río Grande operaron desde 1827 en favor de los planes de Rivera.

La verdad es que, además de los apoyos que para llevar adelante su proyecto (aprobado por el gobernador Dorrego, quien revela que la operación a iniciarse debía extenderse hasta Río Pardo) <sup>(8)</sup> recibió don Frutos de los federales de las Provincias Unidas, “fuerzas secretas” fueron las que trabajaron en su favor desde el momento en que el caudillo oriental se decidió a preparar su exitosa aventura.

En efecto, obligado Rivera a alejarse de Buenos Aires ante los riesgos que para su libertad y su vida representaban los decretos dictados por el gobierno unitario, contando con la ayuda de los federales bonaerenses, el caudillo oriental pudo llegar a Santa Fe donde fue bien acogido por el gobernador Estanislao Lopez.

Puede suponerse que, ya a poco de su salida de Buenos Aires, conocida la victoria de las armas de las provincias Unidas en Ituzaingó, Rivera comenzó a alentar el propósito de llevar adelante la que sería su extraordinaria aventura.

Lo cierto es que en julio de 1827, el consul del Imperio Brasileiro en Asunción, don Antonio Manuel Correa da Cámara, ya estaba enterado de los preparativos que realizaba don Frutos con vistas a su expedición misionera. Importa decidir que Correa da Cámara, en 1822-23, había actuado en Buenos Aires con el mismo cargo y que entonces, en su correspondencia con las autoridades de Río, enviaba minuciosos informes acerca de las actividades de los masones republicanos brasileiros radicados en la capital porteña: Manuel Rodrigues Ferreira y Joaquim Gonçalves Ledo, -este último alto jerarca de la Institución Fraternal y uno de los fundadores, en 1822, del Gran Oriente del Brasil. Las noticias de

Correa da Câmara se referían principalmente a las relaciones que aquellos personajes mantenían con las logias montevidéanas y porteñas que trabajaban por la independencia y con las logias republicanas de Río de Janeiro y Río Grande del Sur <sup>(9)</sup>. Más tarde, en 1839, ya instaurada la república Farroupilha, Correa da Câmara, el furibundo antirepublicano y antimason, ocupó el cargo de Encargado Especial y Ministro Plenipotenciario en Asunción, representando esta vez a las autoridades farroupilhas <sup>(10)</sup> y luego, en 1840, fue miembro de la Asamblea General Constituyente de la república de Piratíní <sup>(11)</sup>.

Volviendo a Rivera y a sus preparativos, en diciembre lo encontramos en la capital bonaerense como delegados de los gobernadores de Santa Fe y Entre Ríos discutiendo con Dorrego los detalles del proyecto misionero.

Los financistas de Rivera fueron en esa oportunidad, como en el caso de la campaña del año 25, personajes bonaerenses interesados en beneficiarse con las arreadas de ganado que en tales casos eran cosa corriente realizaran los vendedores. Ley basada en la costumbre, derecho consuetudinario en estos territorios de frontera. Eso mismo habían hecho los portugueses en 1811 y en 1816 en la Banda Oriental, eso terminaban de hacer en Río Grande, después de Ituzaingó, Alvear y sus subordinados. Según las noticias que nos proporciona Manuel Peyrredon (enviado por Dorrego a las Misiones para vigilar a Rivera) en sus "Apuntes Históricos," fueron Mariano Gainza, Mr. Razquin, Blas Despouy, Pedro Espinosa y Mariano Escalada, los principales prestamistas.

En el caso de Escalada, teniente Coronel, "de linaje ilustre", descendiente de "héroes y patricios", según la noticia que de él nos proporciona R. Yaven <sup>(13)</sup> "había sufrido entonces un fuerte quebranto en sus especulaciones comerciales, el que se propone contrarrestar con la extracción de ganados en los territorios que Rivera iba a quitar a los imperiales. Con tal motivo permaneció en aquella zona hasta el final de la guerra con el Brasil." En nuestros archivos se encuentran pruebas documentales de la intervención del "ilustre" militar como "banquero" de la expedición riverista; se trata de una serie de "letras de cambio" u órdenes de pago, expedidas por Rivera a favor de distintas personas, seguramente abastecedores de armas y vestuarios para la expedición proyectada. Esos papeles eran "pagaderos en plata u oro sellado o su equivalente en papel moneda, pagando las onzas al precio corriente de plaza en el día de la fecha", figura en ellas como girador don Mariano Escalada y eran pagaderos "en la ciudad de Buenos Aires" <sup>(14)</sup>.

Esos papeles tienen fechas anteriores a la carta a que hace referencia Yaven en sus biografías, de modo que la relación del caudillo oriental con el prestamista de "linaje ilustre", debió haberse iniciado muy poco después, sino antes, de la salida de Rivera de la capital porteña.

Por cierto, y valga como anécdota, que la campaña de Misiones también dió lugar a otro tipo de contratos, además de los de préstamos de dinero; en efecto, se guarda en el Archivo General de la Nación el original de un acuerdo celebrado el 13 de setiembre de 1828 entre don Manuel Chopitea, chileno, y don



Fructuoso Rivera por el que éste se compromete a “entregar en el término de dos meses” “tres mil cabezas de ganado vacuno de un año para arriba” a “catorce reales” por cabeza<sup>(15)</sup>.

No es preciso entrar aquí en detalles acerca de los rápidos éxitos obtenidos por don Frutos en territorio misionero, sí importa conocer la información que nos permitirá penetrar en las causas reales, -algunas, menos conocidas, que facilitaron aquella campaña, iniciada y culminada casi sin pérdidas humanas por “cuatrocientos hombres bien montados aunque mal armados” según el historiador Antonio Díaz <sup>(16)</sup>.

La aventura de Rivera se inició en febrero de 1828 cuando pasó de Entre Ríos a Mercedes. Sin embargo, como dije, mucho antes, en julio de 1827, Correa da Cámara, ahora consul imperial en Asunción, se había enterado de los proyectos del caudillo pues el 27 de ese mes y año, lo advertía a sus jerarcas cariocas asegurando que el consul porteño en San Borja, Leandro Artayeta, yerno del mason republicano riograndense Teniente Palmeiro, personaje este que (más adelante) durante el período de la República Farroupilha ejerció el cargo de colector en San Gabriel <sup>(17)</sup>-, había proporcionado a don Frutos amplios informes sobre la situación político-militar y social de las Misiones, información ésta que, según otra carta suya del 21 de diciembre, habían completado “*las logias masonicas*”<sup>(18)</sup>.

Antes de seguir refiriéndome a los sustanciosos informes de Correa da Cámara, es preciso reconocer que si por su obvio antimasonismo, cargaba las tintas y subrayaba con pasión algunos aspectos para él negativos de la conducta de los sectarios o “hijos de la viuda”, en lo esencial era muy exacto tanto en la evaluación de las circunstancias, como en la determinación de los protagonistas. Para corroborarlo transcribiré algunos párrafos del informe remitido a la Corte Imperial, en oportunidad de los sucesos que estudiamos, por el gobernador brasileiro en las Misiones, Brigadier Salvador José Maciel. Allí con un lenguaje menos directo y agresivo que el utilizado por el diplomático imperial, se deslizan sospechas sobre la existencia de conexiones entre el jefe oriental y jerarcas militares riograndenses, relaciones que ya conocemos, entre las cuales la de más importancia: la mantenida con Sebastian Barreto Pereira Pinto. Esto decía el gobernador Maciel: “Lo más danoso en la invasión de Misiones es el de ser hecha por um hombre que conoce a casi todos los militares de la Provincia y el caracter de sus habitantes, lo que facilita de una manera increíble todos sus proyectos. Para colmo de desgracias los últimos estan divididos en opiniones”<sup>(19)</sup>.

Alfredo Varela agrega esta esclarecedora apostilla: “Maciel cargaba de propósito los colores del cuadro sombrío. Además de sus naturales complicaciones, otras eran sistemáticamente introducidas. Todo convence de que existió previa preparación a casera a efectos de que dicha incursión fuera coronada por el éxito”.

Seguidamente, para avalar tales afirmaciones, transcribe los párrafos más significativos de un informe de da Cámara, entre los cuales estos extraídos del oficio del 21 de diciembre de 1827: “Sóbranme razones para asegurar que el

gobierno de Buenos Aires se servirá de la masonería para seducir a varios habitantes de Misiones... proposiciones de igual naturaleza han sido hechas en el distrito de Lages y Curityba, el autor principal de esta maquinación en Lages es el capitán Manuel Caballero, aunque con poco fruto en lo que respecta a esta última zona. "Grandsire y un culto y disfrazado fraile francés se distinguían en estos trabajos según en predicho diplomático.

El capitán Caballero era, según da Cámara, un activo masón republicano que "hacia uma campaña de los elementos de guerra movilizados por los agentes del emperador." Varela afirma que "los pasos de este oficial continentista, más tarde militante "farroupilha", como los de sus otros "hermanos" estaban relacionados con lo programado desde Buenos Aires, planes de los que Alvear se había aprovechado con perfecto conocimiento "en su campaña riograndense. Rivera, como ya sabemos, había trabajado antes que los porteños en procura de estrechar relaciones y comprometer a los jefes gaúchos en sus planes políticos, por eso en 1827 y 1828 pudo aprovecharse de aquellas realciones y lo hizo con el éxito conocido.

En 1827 se pudo comprobar la veracidad de las noticias que da Cámara remitía a Río y las anteriores, cuando a raíz de la derrota de Itú denunciara que la milicia "estaba invadida de espíritu jacobinista y demagógico." Entonces había logrado que fueran retirados de la provincia varios militares "reconocidos amigos y aliados de Fructuoso Aivera y obtenido el alejamiento de Grandsire "de la vecindad del alto Uruguay"(20).

Un año más tarde, regresados los denunciados al territorio riograndense "debido a influencias movidas por la poderosa masonería y los clubes secretos," lo asegura Varela, resultaron, con sus trabajos de apoyo "factor decisivo para que pudiera cumplirse la hazaña del caudillo oriental"(21).

La sagacidad y penetración de da Cámara y el fondo de objetividad de sus adjetivados informes quedaron confirmados, asimismo, por el relato de un espía colocado por Lecor (el Barón de la Laguna había sido puesto al frente de las operaciones militares en Río Grande luego del desastre de Paso del Rosario o Ituzaingó) en el campamento de Rivera, ya en plena campaña misionera. Ese espía comunica a su mandante que habían llegado al campamento dos personas que, en un principio despertaron la desconfianza de don Frutos, pero que luego de que aquellos hablaran aparte con su hermano (en realidad su sobrino) Bernabé "... fueron muy estimados y respetados hasta su despedida; cuyos hombres, según corrió la noticia, venían mandados por un hacendado que vive en las Puntas de Candiota, llamado Juan Antonio Martins, trayendo dinero para don Frutos y le otrecieron 30.000 pesos más para el pago de sus tropas... además de asegurarle que estaba pronto."

Es preciso agregar que estos Martins ya habían sido acusados por da Cámara en oportunidad de la derrota imperial en Ituzaingó (Paso del Rosario) de "haber arrojado la máscara masónica y colaborar con el enemigo."

"1.500 esclavos de la Viuda (hijos de la Viuda" se llaman así mismos los

masones) abandonaron el campo de batalha sin quemar la pólvora traicionando vergonzosamente a la nación y al Príncipe”(22).

Pero ya al comienzo de la campaña riograndense de Alvear habían ocurrido situaciones parecidas que facilitaron aquella empresa empresa, de ello daba cuenta da Cámara en estos términos: “El torrente de deserciones se había iniciado con la del célebre miserable Alejandro Luiz “que se unió al enemigo en San Gabriel en compañía de un negro llamado Pedro, oficial de Henriquez, y de algún otro bandido de aquella población. Además, varios vecinos de aquella localidad se presentaron a Alvear en compañía de cinco oficiales: don Francisco Rocha y un hijo, los alferez Machado, Jerónimo y Araújo” “ofereciendo unos y otros sus servicios a fin de contribuir para que se formase una república de este Continente”(23).

Esto ocurría en 1826 y, precisamente, Alfredo Varela en sus pesquisas encaminadas a recoger testimonios de los protagonistas de la epopeya farroupilha, aún sobrevivientes en 1895, recibe Manoel Alves da Silva Caldeira una extensa declaración en la que leemos: “Debeis saber que desde 1826 trabajábase en Brasil por la forma de gobierno republicano...”(24).

Prosiguiendo con el examen de la correspondencia en da Cámara informa-ba a sus jerarcas de Río acerca de lo ocurrido en oportunidad de la derrota de Ituzaingó, encontramos la referida mención a los Martins: “Y a esto se llama libertad constitucional, pero yo la llamo pérfida doctrina del bandalismo masónico... En fin han tirado la máscara masónica los Sebastianes Pintos, los Alejandro Luizes, padre e hijo, los Martins, los Tavares, los Lopez, los Felix Serpas, Manuel Joaquin, Jeromitos y toda la letanía de los hijos de la letanía de los hijos de la viuda meretriz y ladrona de esta muy leal y fidelísima Provincia...”(25).

Como podemos apreciar desde bastante antes de la aventura riverista estaba ya pronto el ambiente riograndense para una empresa libertaria y, por supuesto don Frutos lo sabía, había contribuido a ello y de ello recibió provecho.

Y bien, cuando don Alfredo Varela nos hace conocer los términos del informe de Venancio, el espía colocado por Lecor cerca del fogón de don Frutos, afirma que lo transcribe “sin quitar ni poner” y agrega: “Simultaneamente se tenía conocimiento de existir en Porto Alegre un centro social con quien el enemigo se correspondía o podía corresponderse” y luego de los reveses de Ituzain-gó y Misiones se realizó una investigación pero que “todo quedó en la nada debido a la amplitud de la conjura y a la importancia social y política de los implicados”.

Todo lo que venimos de conocer resulta contribución valiosa para ilustrarnos sobre las causas profundas del éxito fulmineo obtenido por Rivera en su expedición misionara de 1828; para permitírnos conocer algo de lo mucho que sin duda aportaron a la empresa quienes formaban parte de aquellas “fuerzas secretas” que integraron tantos patriotas riograndenses: ya fuera los que estaban encuadrados en las logias masónicas republicanas, como aquellos que lo hacían en función de decisiones individuales, impulsados todos ellos por el mismo espíritu

libertario y republicano que, más allá de lo que pudiera referirse a sus humanas debilidades, motivó el impulso de los combatientes orientales.

Finalmente, lo documentado en este trabajo viene a demostrar, también, la justeza y validez del temprano alerta contenido en el mensaje que el 3 de marzo de 1823, dirigiera desde Buenos Aires al Gobierno Provisorio de Río Grande el consul imperial don Antonio Manuel Correa da Câmara, documento al que aludí al comienzo de este trabajo y que, como punto final, creo oportuno reproducir aquí:

“Razón poderosa me ponen el deber de dirigirme pura y exclusivamente a V. E. para participar que me consta que Joaquín Gonçalves Ledo (recorde-mos: era éste personaje importante jerarca masónico, fundador, en 1822, del Gran Oriente del Brasil; exilado en Buenos Aires debido a las persecuciones de que lo había hecho víctima en Río su competidor político Bonifacio de Andrade) a quien sorprendí en una conferencia nocturna que tuvo con enemigos del Brasil en Buenos Aires, aseguró que los carbonarios cuentan puestos en Río de Janeiro con una activa cooperación de parte de un miembro de ese gobierno conocido por el nombre de Chico de la Botica, para incendiar la Provincia de Río Grande y separarla de la obediencia del Emperador al tiempo que se fuese desenvolviendo en al Cisplatina el espíritu de revuelta que acabaría por expulsar de aquel territorio a las fuerzas imperiales.”

Tan temprano y tan activas se mostraron las “fuerzas secretas”, que tantas manifestaciones de eficacia darían de ahí en adelante en los diversos episodios de nuestra historia común.

Notas:

- (1) Alfredo Varela, *Revoluções Cisplatinas*, Livraria Chardron, Porto, 1915. T.I., p. 111.
- (2) Archivo del Gral. Lavalleja años 1836-37. Publicación del Archivo Gral. de la Nación. Montevideo. 1946. Docs. 1767 y 1772.
- (3) Revista Histórica, Publicación del Archivo y Museo Histórico Nacional, Montevideo, 1910. José Brito del Pino, *Diario de la Guerra del Brasil*, No. 6, p. 788.
- (4) Ibidem, No. 7, p. 45.
- (5) Ibidem, No. 7, p. 47.
- (6) Ibidem, No. 7, p. 60.
- (7) Morivalde Calvet Fagundes, *A Maçonaria e as forças secretas da Revolução*, Editora Aurora, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- (8) Revista Histórica, Montevideo, No. 20, p. 431. En comunicación del Gobernador Dorrego al General en Jefe del Ejército de Operaciones en la Banda Oriental, informándole de la expedición sobre Misiones, se dice: “... la empresa de que se trata no sólo impondrá al enemigo por el mero hecho de la ocupación de los pueblos, sino también por que va a ser amenazado el Río Pardo, según se le ha prevenido al que ha de dirigirla...”.
- (9) Alfonso Fernandez Cabrelli, *Presencia Masónica en la Cisplatina*, Edic. América Una, Montevideo, 1986, pp. 48-50.
- (10) *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, 1978, Vol. 3. CV. 1006, p. 277.
- (11) Ibidem, Vol. 4, CV. 2344, p. 137.
- (12) Revista Histórica, No. 19, Alberto Palomeque, El General Rivera y la Campaña de Misiones, p. 33.
- (13) R. Yaven, *Biografías argentinas y sudamericanas*, Bs. As. 1938.
- (14) Museo Histórico Nacional, Bib. Pablo Blanco Acevedo, T. 314. Docs. 128, 129, 133 y otros.
- (15) A.G.N. Montevideo, Caja 6, Carp. 4, N° 11.
- (16) Antonio Díaz, *História político-militar de las Repúblicas de Plata*, p. 149.
- (17) *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Vol. 3, C.V. 622, 792, 1613 y 1632.
- (18) Alfredo Varela, *Duas Grandes Intrigas*, T.II, p. 115.
- (19) Oficio del 28 de julio de 1828, cita Alfredo Varela, opus citado, T.II, p. 117.
- (20) Oficio del 5 de julio de 1827, cita Varela, opus citado.
- (21) Alfredo Varela, ibidem, T.II, Nota 9 al Capítulo X, p. 527.
- (22) Alfredo Varela, ibidem, T.II, p. 102.
- (23) Ibidem, T.II, Nota 19, p. 520.
- (24) Ibidem, T.II, p. 107.
- (25) *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Vol. 5, C.V. 3098, p. 333.
- (26) Varela, opus citado, T.II, p. 104.
- (27) Varela, opus citado, T.I, pp. 600-601.

## SAUDAÇÃO AO PROF. DR. ARNO ALVAREZ KERN

Luis Alberto Cibils

Reune-se hoje este Instituto, diante também de seus convidados, para recepcionar como Membro Efetivo o Prof. Dr. Arno Alvarez Kern.

Nascido em Santo Ângelo, em maio de 1940, tirou no Colégio Sinodal, em São Leopoldo, o Curso Ginásial e parte do Colegial Clássico, sendo este concluído no C. Júlio de Castilhos, em 1959.

Na então Faculdade de Filosofia da UFRGS, tornou-se licenciado em História, em 1965.

Madrugou em seu aperfeiçoamento cultural e científico. Na UNISINOS, com o jesuíta Dr. Pedro Inacio Schitz, fez em 1966, o Curso "Introdução à Arqueologia" e "Arqueologia de Campo", em 1967.

Em Paranaguá, na UF do Paraná, conclui em 1973, o Curso "Técnicas Arqueológicas Aplicáveis a Sítios Pré-cerâmicos".

Na PUC/RS, no mesmo ano, conclui o "Curso de Especialização em Cultura Espanhola nos séculos XVIII e XIX através dos textos", com distinção. Em 1974, na mesma Universidade, obtém Certificado de Pós-graduação em sensu lato: Especialização em História da Cultura. Nessa Instituição, em 1979, obtém Mestrado em História, com dissertação "A organização política das Missões da Província Jesuítica do Paraguai".

Além mares procura ampliar sua formação profissional. Em Paris, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, cursando "Arqueologia: Métodos", conquista "Diploma de Estudos Aprofundados", em 1978. Em 1981, na mesma Escola, defende a tese "O Pré-cerâmico do Planalto Sul-brasileiro".

Dois anos depois, na Universidade de São Paulo, revalida o "Diploma de Doutor de Terceiro Ciclo". Em Paris, na Escola já referida, em 1988, realiza "Curso de Pós-doutorado" e "Arqueologia Histórica".

Realizou vários estágios no Exterior: Laboratórios de Arqueologia em 1977/78, no BEMA; de 1977 a 79, no Sítio Arqueológico de Bourg St. Andéol; em 1980 no Sítio Arqueológico de Pincevent: Escavação arqueológica e trabalho de laboratório.

No Magistério superior, na UFRGS, em 1969, foi admitido como Auxiliar de Ensino; Assistente em 1978; Adjunto, quatro anos após e, por fim, em 1984, tornou-se Professor Titular, sendo todas essas investiduras, por concurso.

Durante todo esse tempo tem lecionado História da Antiguidade, Pré-História Geral e Brasileira, História Medieval e, bem assim, Arqueologia, na graduação e mestrado. A par dessas atividades docentes, foi por diversas vezes membro de Colegiados e Chefe do Departamento de História.

Tem desempenhado atividades docentes também no setor privado: UNISINOS, FAPA, PUC/RS, Universidade de Passo Fundo e Faculdades Integradas de Santa Ângelo. No magistério de grau médio exerceu atividades em inúmeros estabelecimentos, desde 1965.

Sua produção intelectual é vasta. Até o ano passado, possuía relacionados 63 trabalhos nacionais e dois internacionais, entre eles 5 livros, 6 fascículos e 39 artigos publicados em várias revistas, afora outros, ainda não publicados.

Ministrou 13 Cursos, tomou parte de em 49 Simpósios e Seminários, proferiu 98 conferências e fez 92 comunicações em Congressos, Simpósios e Seminários, no Brasil e no exterior. Realizou inúmeras pesquisas. É Oficial de Artilharia da Reserva 2.

Entre tantos trabalhos publicados devemos destacar aqueles que dizem mais de perto com o Rio Grande do Sul. Por isso, alinhamos:

- “Missões uma utopia política” em 1982;
- “Tendências Atuais da Ciência histórica”, 1982;
- “Variáveis para a definição e a caracterização das Tradições Pré-cerâmicas de Humaitá e Umbú” — 1982;
- “Paleopaisagens e o povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul”, 1982;
- “Projeto arqueológico do litoral setentrional do Rio Grande do Sul: o sítio arqueológico de Itapeva”, 1985;
- “Problemas teóricos-metodológicos relativos à análise do processo histórico missioneiro”;
- “Sondagens do sítio arqueológico de Xangrilá”;
- “A Importância da pesquisa arqueológica na Universidade”, em 1985;
- “Arqueologia Histórica Missioneira”;
- “Pescadores-coletores pré-históricos do litoral do Rio Grande do Sul”;
- “Arqueologia Histórica, a História e os Trinta Povos das Missões”;
- “Escavações arqueológicas na Missão Jesuítico-Guarani de São Lourenço” e outros.

Senhor Professor,

Sua obra é vasta e especializada, dispensando neste momento exame aprofundado. Entretanto não podemos fugir a tecer alguns comentários sobre seu livro: “Missões: Uma Utopia Política”.

É uma obra que se fazia necessária. Está baseada em fontes impressas até o momento de sua publicação, porém, enriquecida com o exame de inúmeros documentos até não comentados e que lhe permitiram outra visão à análise crítica de sua pesquisa.

Procurou demonstrar a necessidade do uso adequado da documentação e dos conceitos. Mostrou como as diversas correntes que estudaram o tema minimizam os aspectos religiosos e a situação política da época.

Sustenta que o estudo das missões jesuíticas não constituem apenas fatos históricos, mas igualmente uma “questão de mitos” a serem estudados, procurando conhecer a complexidade da organização, onde devem ser revisados conceitos simplistas, aprofundando e reformulando interpretações.

Na região platina, no limite dos impérios portugueses e espanhol, explica como nasceram no séc. XVII as missões religiosas. No meio dos conflitos com bandeirantes e encomenderos, surgiram os Trítos Povos. Depois da instalação da Província Jesuítica do Paraguai, em 1609, começam a ser instaladas as missões junto aos Guaranis, indo rumo ao Guaíra, Itatim e Tapes.

Com a implantação da Colônia do Sacramento (1680), diante do crescimento demográfico e a proteção das áreas ganaderas e de erva-mate, as missões estenderam-se à margem esquerda do rio Uruguai. Aí fundaram-se sete povoações missioneiras até 1707, expandindo-se desde os vales dos rios Negro, Jaguarão, e Jucuí e os campos de Vacaria ao sul e ao leste, chegando até o salto das 7 Quedas, ao norte.

Evidencia que essa expansão implicou em um processo de integração de algumas áreas da cultura dos Guaranis, das instituições espanholas e da Igreja, no fenômeno típico de fronteiras, processando-se aculturação progressiva. Os regimes políticos, espanhol e português, tiveram influência na formação das instituições locais e no processo histórico da política missioneira.

Nesse estudo aborda três níveis:

- 1º: a integração do plano político com o religioso;
- 2º: as relações entre o plano político e o social;
- 3º: as relações entre o plano político e o econômico.

Prefere o termo organização política no sentido de associação com objetivos definidos.

Dá preferência clara às instituições locais missioneiras, salientando as ações sociais de lideranças, administração dos negócios públicos e segurança interna e externa.

Senhor Professor,

Com seu ingresso nesta Casa estamos iniciando um novo período. Estamos escolhendo, dentro da cultura rio-grandense, expoentes do conhecimento histórico e geográfico, aliado a uma expressão de mocidade operosa que muito contribuirá na consecução dos objetivos deste Instituto.

Seja feliz em suas novas realizações.

(18.7.90)

## **SEGUNDA PARTE**



**RELATÓRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO RIO GRANDE DO SUL  
1990 — 1992**

Sede: Rua Riachuelo, 1317 — 90010-271 — Porto Alegre/RS — BRASIL  
Telefone: (051) 224-3760

**SESSÕES SOLENES:**

- 06/agosto/1990 — Septuagésimo (70) aniversário da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do RGS (05/agosto/1920)  
Orador: Sérgio da Costa Franco
- 06/agosto/1990 — Posse da nova Diretoria eleita para o biênio 1990/92:  
Presidente: Luis Alberto Cibils  
1.º Vice-Presidente: Earle Diniz Macarthy Moreira  
2.º Vice-Presidente: Riograndino da Costa e Silva  
Tesoureiro-Geral: Lothar Francisco Hessel  
Tesoureiro: Paulo Xavier  
Secretário-Geral: Hélio Moro Mariente  
Secretário: Moacyr Flores  
Responsável pela Biblioteca: Sérgio da Costa Franco  
Orador: Tarcisio Antônio Costa Taborda
- 19/setembro/90 — Tema: Rossetti e a Imprensa Farroupilha  
Orador: Francisco Riopardense de Macedo
- 28/novembro/90 — Tema: Lindolfo Collor, Político e Intelectual  
Orador: Carlos de Souza Moraes
- 12/dezembro/90 — Posse do Membro Efetivo Dr. Fernando O. M. O'Donnell  
Tema: Alguns Textos Políticos da Transição Institucional do Rio Grande do Sul (1887-1893)  
Saudação: Hélio Moro Mariente
- 15/maio/1991 — Tema: O Arquivo Histórico da Companhia de Jesus e sua importância  
Orador: Arthur Rabuske
- 10/julho/1991 — Tema: A Constituição Estadual de 1891  
Orador: Sérgio da Costa Franco

- 28/agosto/1991 — Tema: O Positivismo e a República Brasileira  
Orador: Mozart Pereira Soares
- 18/setembro/1991 — Tema: Novos Aspectos do Hino Rio-Grandense  
Orador: Francisco Riopardense de Macedo
- 04/dezembro/1991 — Tema: Dom Pedro II — Centenário de Falecimento (1825-1891)  
Orador: Tarcisio Antônio Costa Taborda
- 22/abril/1992 — Tema: Tiradentes: Precursor do Sonho Republicano  
Orador: Sérgio da Costa Franco
- 27/maio/1992 — Tema: A Descoberta e Conquista Hispano-Americana: Seus Sentidos Transcendentes, em voga no Século XVI  
Orador: Arthur Rabuske
- 24/junho/1992 — Dante de Laytano. Acolhendo, por unanimidade, a proposta do consócio Raphael Copstein, foi realizada homenagem ao Decano desta Casa. Foi entregue ao homenageado uma placa de bronze com os dizeres: “O Intituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul resolve assinalar o meio século de atividade exemplar do eminente consócio Prof. Dr. Dante de Laytano em favor da agremiação e da cultura rio-grandense, que soube ilustrar e engrandecer. Porto Alegre, 24 de junho de 1992”. A saudação, em nome do Instituto, foi feita pelo Dr. Carlos de Souza Moraes.
- 08/julho/1992 — Sessão Solene de Posse do Dr. Braz Augusto Aquino Brancato, Membro Efetivo do IHGRGS, cujo título da comunicação foi: “Dom Pedro I: Um “Messias” na Europa”. A saudação foi feita pelo consócio Earle Diniz Macarthy Moreira.
- 05/agosto/1992 — O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no transcurso dos seus 72 anos de existência ininterrupta, realizou os seguintes eventos que tiveram lugar em sua sede social, salão nobre, no dia de seu natalício 5 de agosto:
- 16h — Palestra do Historiador e Membro Efetivo deste Instituto, Cel. Moacyr Domingues, tendo por título: “O Rio Grande antes de Silva Pais”;
- 17h — Posse da Diretoria eleita para Biênio 1992/94:  
Presidente: Luis Alberto Cibils  
1º Vice-Presidente: Earle Diniz Macarthy Moreira  
2º Vice-Presidente: Francisco Riopardense de Macedo

Tesoureiro-Geral: Lothar Francisco Hessel  
 Tesoureiro: Paulo Xavier  
 Secretário-Geral: Moacyr Flores  
 Secretário: Braz Augusto Aquino Brancato  
 Responsável pela Biblioteca: Sérgio da Costa Franco  
 Orador: Tarcísio Antônio Costa Taborda  
 Conselho Fiscal: Carlos Reverbel  
 Carlos de Souza Moraes  
 Moacyr Domingues

17h30min — Entronização de Placa do acervo Bibliográfico  
 — “Biblioteca Thomaz Carlos Duarte” —, no acesso principal do acervo deste Instituto. O consócio Tarcísio A. Costa Taborda fez o elogio ao saudoso Administrador-Geral e Membro Benemérito desta Casa. O agradecimento, pela Família, foi pronunciado pelo Dr. Luiz Antônio Oliveira Duarte.

#### **SESSÕES DE ASSEMBLÉIA GERAL:**

|                  |                  |               |
|------------------|------------------|---------------|
| 07/novembro/1991 | 12/dezembro/1990 |               |
| 20/março/1991    | 03/abril/1991    | 03/julho/1991 |
| 06/novembro/1991 | 04/dezembro/1991 |               |
| 18/março/1992    | 1º/abril/1992    | 06/maio/1992  |
| 03/junho/1992    | 08/julho/1992    | 15/julho/1992 |

#### **SESSÕES DE DIRETORIA:**

|                  |                  |                  |
|------------------|------------------|------------------|
| 05/setembro/1990 | 07/novembro/1990 | 12/dezembro/1990 |
| 20/março/1991    | 05/junho/1991    | 03/julho/1991    |
| 05/agosto/1991   | 06/novembro/1991 | 04/dezembro/1991 |
| 18/março/1992    | 1º/abril/1992    | 06/maio/1992     |
| 03/junho/1992    |                  |                  |

#### **EVENTOS:**

14/setembro/1990 — Acordo firmado com a CORAG, para edição anual da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS.  
 18/setembro/1990 — Constituintes de 1891(RS) — A Profª Mila Cauduro fez doação ao IHGRGS de quadro onde estão retratados os Constituintes do RGS (1891). Neste quadro, que pertenceu ao seu pai, está retratado seu avô João Pinto da Fonseca Guimarães.  
 15/outubro/1990 — “Travessa Araújo Ribeiro” (Rua dos Cataventos) — O IHGRGS oficiou à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e à Câmara Municipal de POA, com referência à sua dis-

cordância pela mudança de tão antiga denominação, que homenageia ilustre rio-grandense, apresentando, para isto, as razões de seu posicionamento, embasado na História da Cidade.

- 26/março/1991 — Assinatura do “Termo de Outorga e Aceitação de Auxílio”, conforme solicitação junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS).
- 1º/abril/1991 — Brigada Militar. Termo de transferência de busto de “Júlio de Castilhos”, confeccionado em bronze.
- 22/abril/1991 — Compra de microcomputador, configuração completa, IBM-PC compatível.
- 26/abril/1991 — Atendendo pedido da Secretaria de Estado da Cultura — RS, foi encaminhado relação de “Datas Marcantes Históricas-1991”.
- 20/maio/1991 — Aquisição do software “Microsis”, para gerenciamento de Biblioteca, junto ao CNPq.
- 11/junho/1991 — Atendendo pedido da Secretaria de Estado da Cultura — RS, sobre “Nomes de Figuras Negras Ilustres-RS”.
- 11/junho/1991 — Atendendo solicitação extra-oficial da SEC-RS, sobre “Projeto de Reorganização e Reativação do Parque General Bento Gonçalves da Silva”.
- 13/junho/1991 — Recebimento do nº 127 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS, conforme “Convênio de Cooperação Técnica” com a Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG).
- 03/julho/1991 — Prof. Moarcí Matheus Sempé eleito Membro Correspondente de São Leopoldo-RS.
- 04/julho/1991 — Aquisição de periférico para microcomputador, denominado “digitalizador de textos e imagens”.
- 07/julho/1991 — Expediente encaminhado à Sra. Maria de Lourdes Oliveira Duarte, esposa do Administrador deste Instituto Thomas Carlos Duarte, referindo a compreensão da Casa, pelo afastamento perene do funcionário, por motivos de saúde.
- 09/julho/1991 — Assinatura de “Contrato de Prestação de serviços” técnicos, do analista de sistemas de informação, Sr. Gilberto Freunscht, para desenvolvimento de software específico para gerenciamento de Arquivos de Documentação.
- 10/julho/1991 — Parecer encaminhado à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, sobre o pedido de traslado dos “restos mortais de David Canabarro”, conforme solicitação de autoridades.
- 19/julho/1991 — Recebimento de correspondência da FAPERGS (C.P.

- 114/91), encaminhando para assinatura e devolução do responsável pelo auxílio, “Termo de Aceitação, Doação e Transferência de Domínio de Material Permanente”. (Computador PC-AT).
- 21/julho/1991 — Solicitação de Auxílio Financeiro, mediante ofício, junto ao Ministério da Educação, Governo do Estado do RS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
- 24/julho/1991 — Thomaz Carlos Duarte, Administrador e Membro Benemérito, faleceu, aos 81 anos de idade.
- 09/setembro/1991 — Biblioteca do IHGRGS. O Dr. Itálico Marcon sugere seja dado o nome do Administrador Thomaz Carlos Duarte à Biblioteca.
- 27/setembro/1991 — Início do cadastramento computadorizado do Arquivo Documental Antonio Augusto Borges de Medeiros.
- 16/novembro/1991 — Lourenço Mário Prunes, Membro Efetivo, falecimento.
- 04/dezembro/1991 — Eleição de Novos Membros Efetivos: Dr. Braz Augusto Aquino Brancato, Dr. Corálio Bragança Pardo Cabeda, Dr. Gervásio Rodrigo Neves. Membro Correspondente: Dr. Hilgard O'Reilly Sternberg (Califórnia-USA).
- 04/dezembro/1991 — Conforme sugestão do Dr. Itálico Marcon, amigo desta Casa, e por acolhimento e iniciativa do Dr. Sérgio da Costa Franco, Membro Efetivo e Responsável pela Biblioteca do IHGRGS, foi aprovado, por unanimidade, em Assembleia Geral, o nome do Administrador Thomaz Carlos Duarte, como Patrono da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do RGS.
- 11/dezembro/1991 — Comando Militar do Sul. O Gen. Div. Aluísio Bolívar Budó, Comandante da 6ª D.E., fez oferta de Bandeira Nacional, conforme solicitação, ao IHGRGS.
- 20/dezembro/1991 — Término da implantação, via computador, do Arquivo Documental Antonio Augusto Borges de Medeiros (Correspondência Passiva — 12.742 docs.).
- 1º/abril/1992 — Salvatore Candido. Admissão do Historiador como Membro Correspondente do IHGRGS em Roma, Itália.
- 08/abril/1992 — “V Centenário do Descobrimento da América”. O IHGRGS solicitou ao Banco Central do Brasil, Deptº do Meio Circulante, a doação da medalha comemorativa “Encontro de Dois Mundos”. Por gentileza do Chefe adjunto daquele deptº, Sr. Antônio Carlos Mêda, foi deferido o pedido, tendo o Instituto recebido a “prova” da medalha. Recebeu, também, a Moeda Comemorativa ao “Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Ambos exemplares em prata.

- 05/junho/1992 — Dr. Lourenço Mário Prunes. Por especial deferência dos seus familiares, acatando as últimas vontades do saudoso consócio, foi entregue a Biblioteca do Dr. Prunes, composta de 2.000 livros e periódicos, para ser incorporada ao acervo bibliográfico desta Casa. Versa, principalmente, sobre os títulos de História e Geografia Geral.
- 22/julho/1992 — Carlos Reverbal fez doação ao IHGRGS de alguns documentos de Correspondência Passiva e Ativa de Joaquim Francisco de Assis Brasil (Arquivo: Pacote N-35). Fez, também, a doação para o Museu do Sodalício de um pequeno quadro contendo uma “bolacha” de roda de chopp, quando da Instalação da Fundação Eduardo Guimarães, com as assinaturas de: Augusto Mayer, Ovídio Chaves, Dámaso Rocha, Telmo Vergara, Reinaldo Moura, Cyro Martins, Mário Quintana, Alcides Maya, Ernani Fornari, Sérgio de Gouvea e Athos Damasceno Ferreira.

### **SECRETARIA:**

Correspondência Expedida: 1990-177 1991-190 1992[24jul]-75

Correspondência Recebida: 1990-257 1991-219 1992[24ju]-102

### **BIBLIOTECA/MUSEU:**

Doações: 1990 volumes: 218, Folhetos: 171, Periódicos: 375; Diversos: 387  
 1991 volumes: 240, Folhetos: 101, Periódicos: 614; Diversos: 68  
 1992[24jul.] volumes: 50, Folhetos: 7, Periódicos: 59, Diversos: 32,  
 Consulentes: 1990: 887  
 1991: 1249  
 1992[27jul.]: 525

Nota: o Cel. Alfredo Carlos Teixeira Leite, amigo desta Casa, promoveu, às suas expensas, a encadernação de vários volumes da Biblioteca do IHGRGS (Setor de Periódicos).

Museu: Alcides Maya. A Sra. Maria da Graça Sampietro Duarte fez doação de bomba de chimarrão que pertenceu a este ilustre rio-grandense, Membro Efetivo deste Instituto.

Arquivo: Em continuidade ao trabalho desenvolvido, desde 1991, pelo consócio Sérgio da Costa Franco, ocorreu a organização de 349 peças documentais de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Fundo Visconde de São Leopoldo. Fundo Marechal Câmara: o consócio Riograndino da Costa e Silva organizou, para a publicação do volume “O Marechal Câmara: Sua Vida Política” — vol. 3<sup>a</sup>, avultada documentação abrigada neste Instituto. O consócio Sérgio da Costa Franco, em continuidade ao trabalho desenvolvido, deu organização à seqüência de aproximadamente 1.000 peças documentais, referentes ao período de 1842 a 1893

O consócio Earle Diniz Macarthy Moreira deu continuidade à organização do Fundo Emílio Fernandes de Souza Docca.

Hélio Moro Mariante  
Secretário-Geral

Miguel A. de O. Duarte  
Secretário Executivo

**TERCEIRA PARTE**  
**(Documentação)**

---



### *Nota prévia:*

*Continuando o programa de divulgação do arquivo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, estampamos, neste número da Revista, documentos extraídos dos fundos documentais do Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, do Visconde de Pelotas, José Antônio Corrêa da Câmara, e do Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros.*

*Adaptamos a grafia às normas ortográficas vigentes, para facilidade de compreensão pelos pesquisadores.*

*Todas as notações estranhas ao texto original, como indicação de trechos ininteligíveis ou dilacerados, foram lançadas entre colchetes.*

*As notas de rodapé, eventualmente lançadas ao pé dos documentos, são de responsabilidade do consócio Sérgio da Costa Franco.*

---

## ARQUIVO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

Espécie: carta.

De: Araujo Porto Alegre

Para: Visconde de São Leopoldo

Procedência: Roma.-Data: 7/5/1835

IIm<sup>o</sup>. e Exmo. Senhor

Roma, 7 de maio de 1835

Respeitável Senhor. É de Roma que escrevo a V. Exa. dando-lhe uma prova de minha estima e veneração, e procurando assim fazer jus a merecer a lembrança de V. Exa., lembrança que me será grata.

Aqui tenho feito longa parada em minha peregrinação, e, confesso-lhe que arrobado pelas maravilhas d'arte, desejaria aqui ficar, se não fossem as maravilhas da natureza, que me chamam no Brasil, e que mais aprazem ao artista, pois delas recebe o pasto mental para suas criações: se consultasse o meu interesse aqui teria o meu túmulo; mas como Cidadão Brasileiro, a Pátria tem direitos sacros sobre mim; demais, conhecendo ser um dos poucos que cultivam o terreno das artes no nosso país, preparei meus braços para manejar o arado neste gênero de cultura, gênero que tanto concorre para o cúmulo da civilização, pois como V. Exa. o sabe, que as artes sendo uma expressão da humanidade, onde o pensamento a desata com toda a impetuosidade, trazem consigo a idéia predominante da época, e marcham sempre de braço dado com a filosofia do tempo, que lhes dá seu maior ou menor desenvolvimento.

Apesar da triste época em que vivemos (no Brasil), época de assilação [SIC], onde não há ponto fixo que marque a linha de nossa marcha, pois que a esmo vagamos, como a borboleta do bosque, encontrando as árvores e seguindo a direção do vento, que muda todas as horas, contudo o dever de homem me obriga a fazer aquilo que a razão dita, embora as circunstâncias contrariem.

Muito se ganha, Exmo. Sr., o estar longe: perto, confundindo-se no movimento das partes, não se pode apreciar o todo, e daqui, seguindo a direção da nossa órbita social, vê-se o quanto ela aberra das Leis do bom senso. Tenho-me revolvido e esforçado a procurar um ponto para fixar a vista, mas o turbilhão gira com tanta velocidade e com tanta variedade, que não é possível achá-lo; o que era ontem preto, é hoje branco; em fim, só a Divina Providência nos salvará do perigo, e aplacará o fogo interno que nutre o vulcão em que marchamos.

V. Exa., “nesses Elísios, quais pintou Virgílio em ócio honroso a vida deslizando”;

vai levantando monumentos à nossa deserta literatura, monumentos estes que a posteridade apreciará, quando avaliar a época em que foram feitos; pois lhe parecerá impossível que no centro da luta a imaginação repousasse em outra esfera.

Nós subimos ao cume da pirâmide da imoralidade, é necessário descermos ou baquear: jamais governo algum desatou tantas contradições: nas mais Nações, o governo é a mola real, e o povo pêndula: entre nós, os **Clubs** são a mola e o governo a pêndula, e neste vaivém, nesta celeuma confusa, surge uma voz potente, que se eleva acima de todas, a da mediocridade: o mérito pouco vale, e os empregos são a pia batismal, onde somente o padrinho tem direito de levar o afilhado.

V. Exa. me perdoará este desabafo; só, isolado em Roma, sem amizade alguma, vivendo comigo mesmo, e devorado por um amor da Pátria, não posso olhar de bom grado esses antigos Régulos que ora são médicos de Pirro; borboletas que tomam a cor da planta que as nutre, e sábios que graduam as lentes do seu telescópio, para verem sempre ao perto o objeto que lhes dá parto à cobiça.

Se eu não fosse artista, desesperava; mas arredando o pensamento do Governo, me lanço nas artes e então gozo da paz e da vida, que são entrecortadas todas as vezes que recebo notícias da Pátria.

Em poucos dias partirei para Nápoles, e de lá principiarei a voltar para o caminho do Brasil.

Rogo a V. Exa. de me recomendar saudoso à Exma. Sra. Viscondessa, às suas filhas e às Sras. suas irmãs, ao nosso amigo Rdo. Martins, e V. Exa. aceite o coração do artista, que o venera quanto o estima, e se preza ser o

de V. Exa.

amigo grato cr.<sup>o</sup> e obr.<sup>o</sup>

Araujo Porto Alegre

P.S. D. Miguel aqui vive, ora na casa, ora dando hábitos e títulos, e perseguido pelos credores, como mariposas à candeia, goza das honras reais, e há dias nomeou o patrão de uma lancha, que o conduziu a curto passeio marítimo, segundo Tenente de Marinha: é uma comédia ver os 70 quadrilheiros que o acompanharam fazerem projetos de reconquistar Portugal.

Hoje celebrou-se o officio por alma do Imperador d' Áustria, toda a Roma correu à Igreja **dell'anima** para ver a estrondosa função, que nada prestou em relação ao nosso país: Semana Santa e festas, no Rio de Janeiro, que aqui não são tão belas; ver o Papa officiar com os Cardeais não infunde respeito; a única função nobre é a bênção, da sacada da janela de S. Pedro, ao povo.

[No verso: endereçamento ao]

Ilmo. e Exmo.

Snr. Visconde de S. Leopoldo

Senador do Império

Porto Alegre.  
(Recebida a 5 de Novembro de 1835)

Espécie: carta.

De: Augusto de St. Hilaire

Para: Visconde de São Leopoldo

Procedência: lugar da França, não especificado.

Data: sem especificação de data; indicação de recebimento em 1º/Outubro/1836.

Mon cher Monsieur

J' ai reçu le duplicata de votre lettre du mois d' octobre 1834 a Montpellier ou je suis malade plus d'un an. Une alteration dans ma santé m'avait engagé à quitter Paris; je suis venu dans le midi de la France et mon état n'a fait qu'y empirer. Je regrette d'avoir suspendu mes travaux et de ne pouvoir mettre en oeuvre les matériaux si nombreux qui me restaient encore à rediger. Quatre volumes de mon voyage ont paru, mais il me restait encore bien des choses à faire ce qu'il plaira au ciel.

Avant de tomber malade, j'ai fait hommage à l' Académie des Sciendes de l'Institut d'un ou de deux volumes de vos Annaes, et je lui ai fait un rapport sur cet ouvrage.

Je souhaite, mon cher Monsieur, que vou jouissiez d'une bonne santé et vous prie d'agréer mes plus affectueuses salutations.

Auguste de St. Hilaire

### Tradução

Caro Senhor.

Recebi a duplicata de sua carta do mês de outubro de 1834 em Montpellier, onde estou doente desde mais de um ano. Uma alteração em minha saúde me tinha levado a deixar Paris; vim para o sul da França e meu estado não fez senão piorar. Lamento ter suspenso meus trabalhos e de não poder utilizar os materiais tão numerosos que me restavam ainda por redigir. Quatro volumes de minha obra apareceram, mas restavam-me ainda muitas coisas a fazer, o que agradecer ao céu.

Antes de cair doente, fiz presente à Academia de Ciências do Instituto de um, ou dois volumes de seus Anais, e lhe fiz um relatório sobre aquela obra.

Desejo, meu caro Senhor, que desfrute de uma boa saúde e lhe peço que aceite minhas mais afetuosas saudações.

Auguste de Saint Hilaire

Espécie: cópia de memorial  
Do: Senado da Câmara de Porto Alegre  
Para: o Príncipe Regente  
Porto Alegre — Data: 25.09.1804

Maço nº 2  
Doc. nº 0039

Carta dada pela Câmara desta Vila de Porto Alegre, datada de 25 de setembro de 1804, em que pediam a extinção da Alfândega desta Capitania.

Senhor

Aos pés do invulnerável trono de V.A.R. lançados os mais fiéis e amantes vassallos de todos quantos V.A.R. tem em toda a sua América, quais são os colonos do Continente do Rio Grande de São Pedro do Sul, resumidos [SIC] em massa à corporação da Câmara do mesmo Continente na denominada Vila de Porto Alegre, eles vão cheios de contentamento e de esperança de achar acolhimento e amparo na sempre indefectível, piedosa e clemente sensibilidade de V.A.R. sobre um especialíssimo objeto, qual é o que fazendo a base dos interesses e do aumento da renda pública do Estado fará igualmente felizes e livres da opressão que de presente os cerca a tantos vassallos, que improvisamente se vêem atacados pelos novos impostos de uma nova Alfândega naquela mesma Vila, e de uma Aduana no Rio Grande do São Pedro, cujos impostos na qualidade de exorbitantes se fazem por todos os princípios pesados e onerosos a uns vassallos que, tendo incontestável direito a obter a ternura e clemência de V.A.R., eles o têm ainda maior vendo-se rodeados de carunchosa indigência que circula em todo aquele país, desde que a próxima passada guerra deixou derrotados todos os seus habitantes, sem forças, estrangulado o comércio, exaurida a moeda, e debilitada absolutamente toda a substância, e para que [...] da razão e da Justiça sejam o singular apoio de suas aflições, e ao mesmo passo bem fundadas esperanças, a mesma Câmara tem por particular fortuna levar aos pés do Trono de V.A.R. a sua súplica nos seguintes pontos.

Seja-nos permitido, Augusto Príncipe e Senhor, expor na Real presença de V.A., que este território compreendido debaixo do nome de Continente do Rio Grande apenas pode contar setenta incompletos anos de povoado pelo Brigadeiro José da Silva Paes, que destacando com alguns Iates do Rio da Prata, onde se achava na Armada Real, que no ano de 1735 ali ancorava para a conquista de Montevidéo, comandada pelo Coronel do mar denominado o “Perna de pau” e pelo cavaleiro denominado “o Maltês”. Vendo aquele Brigadeiro, que a desorganização de ditos comandantes baldava a diligência de sua comissão, ele tomando o expediente de lhes pedir ditos iates com proporcionadas guarnições, e executou felizmente um desembarque a um dos lados da temível barra do Rio Grande, com [...] tropa povoou a Vila que hoje tem o mesmo nome, levando dali sessenta [...] com que fabricou uma fortaleza denominada de São Miguel, na garganta de uma serra, de cuja base nascem as principais vertentes da Lagoa de Imerim ou Mar pequeno, a qual desaguando pouco mais acima daquela Vila de Rio Grande pelo caudaloso rio de São Gonçalo, nas margens deste levantou

alguns fortes nos passos de mais risco e importância, com que coberta assim, e com outras guardas, uma espécie de península ou istmo entre a Lagoa e o mar grosso se povoou aquele lanço de terra com fazendeiros e agricultores, que no espaço de 28 anos fizeram florescer o diminuto comércio que então havia naquela Vila, para onde apenas navegavam com notável risco cinco ou seis iates, sendo em quase todo aquele tempo pouco conhecido o interior do país, e de muito pouco movimento a povoação que tinha.

Nos referidos termos acima ponderados, suscitada a guerra entre as duas coroas de Portugal e Espanha, no ano de 1762, por efeito da mesma veio a ser conquistada a Vila do Rio Grande com toda aquela sua fronteira do Sul, ou península, pelas tropas espanholas no de 1763, ficando em poder delas quatorze anos até que o Sr. Rei Dom José, Augustíssimo Avô de V.A.R., mandou reconquistar a dita Vila, cujo bem não alcançou ao referido terreno, que hoje serve de campo neutro para as duas potências, desde que assim o estabeleceu o próximo pretérito Tratado de Limites, que ainda continua para a demarcação das duas Coroas.

Em vista do referido acontecimento ficaram sem exceção perdidos, pobres e revoltados todos quantos vassallos povoavam aquela Fronteira e Vila do Rio Grande, por perderem todos os bens de que gozavam e ganhados pelos seus conquistadores, e estrangulados dias antes pelas tropas debandadas nacionais.

Govenando o Rio de Janeiro, capital do Brasil, como seu Vice-Rei, o Conde da Cunha, mandou residir um novo Governador José Custódio de Sá e Faria no interior deste país, e em um Arraial denominado a Capela de Viamão, distante desta Capital que é hoje Porto Alegre pouco mais de três léguas, onde existindo alguns anos e no mesmo Arraial os poucos magistrados de que dependiam os povos, foram estes tratando com toda a indigência a que estavam ligados de construir seus prédios, tanto urbanos como rústicos, sendo toda a escora do seu comércio uma terrestre quantidade de carretas, com que a custo inaudito cometiavam penosas viagens de sessenta léguas para a Vila de Laguna nas imediações da Ilha de Santa Catarina, transitando por desertas e desabridas praias, vencendo a passagem de caudalosos rios para conduzir ao Continente as fazendas e mais víveres da primeira necessidade; transportadas do Rio de Janeiro ao porto de Santa Catarina, e dali à predita Vila da Laguna, servindo-lhe de barra a mencionada escabrosa longitude, visto que a barra e Vila do Rio Grande ainda jaziam em poder do Rei Católico.

Nos referidos termos paravam as coisas deste infeliz Continente, quando para seu momentâneo bem veio suceder no governo o Cel. José Marcelino de Figueiredo, de presente Tenente-General neste Reino com o nome de Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda, o qual sendo enviado pelo Vice-Rei D. Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja, foi ao depois autorizado pelo Vice-Rei Marquês de Lavradio para fazer a mudança do Arraial de Viamão para o surgidouro de Porto Alegre, onde atualmente reside o Governo e magistrados, de cuja mudança se seguiram indizíveis transtornos aos povos, a quem foi indispensável aban-

donar as propriedades e aquisições, a favor das quais muito se haviam desvelado.

Começou o mencionado governo do Cel. José Marcelino de Figueiredo à sombra dos auspícios e boas intenções do Marquês do Lavradio a fazer pelo espaço de quatorze anos a época feliz desta mal aventurada Província, por quanto este foi o tempo aprovado pela Providência para a reivindicação da Barra da Vila do Rio Grande, que deu a todo o país central o intrínseco valor para as suas importações e exportações, e foi igualmente o tempo em que se começavam a povoar incultas e dilatadas campanhas, até aquele tempo tenazmente contestadas pelos Vice-Reis de Buenos Aires, a um dos quais Sr. Bertice [SIC], que veio em pessoa sobre o quartel e Fronteira do Rio Pardo, fez o referido Governador retirar assás desairosamente desvanecido da conquista que houvera empreendido.

A sobredita ponderada pretendida irrupção, suposto que pela sua desfeita e vergonhosa retirada redundasse em crédito do Estado e desassombramento do país, não deixou contudo de lhe motivar notável detrimento, porque o comércio da capital do Brasil, titubeava por alguns tempos ampliar fazendas aos negociantes deste território, vendo as funestas consequências que podiam sobrevir, os tiveram largo tempo em inação os habitantes de Porto Alegre, que até aquela quadra se conduziam como apostadamente a formosear uma povoação de novo criada, e protegida por um governo criador, a quem amava por suas belas qualidades; pararam largos tempos com suas obras, e os fazendeiros, criadores e agricultores daquelas novas aquisições da Campanha, os que escaparam ao estrago e destroço da invasão e retirada da Armada Espanhola, e igualmente da dissipação que deviam experimentar de parte das nossas tropas e partidas volantes, todos se puseram longos tempos em contínua [\*] imparcialidade; não querendo empenhar-se [SIC] na população com qualquer despesa por módica que fosse, vendo a inconstância dos sucessos, a notável largueza e abertura da Campanha, e o quando era pouco coberta e sustida pelas nossas poucas tropas para os livrar de surpresas.

Eis aqui, piedoso Príncipe e Senhor, quantos motivos têm ocorrido para atenuar e arrastar esta belíssima Província, a quem parece que o Céu apostadamente se empenhou fazer deliciosa pelo seu clima, pela sua vantajosa situação para a produção de toda a qualidade de animais e de todos os legumes, sem excetuação alguma, cortada toda de rios navegáveis que fazem a sua confluência pouco mais acima desta Vila, no principal pelos naturais chamado o “Gayba”, e deste para uma extensa lagoa de setenta léguas a fazer a barra e foz [?] do porto do Rio Grande. Mas não só estes os motivos principais da total decadência deste Continente, a mais tributária, amorosa e submissa Câmara das que compreende todo o Brasil pretende ter todo o direito para levar à majestosa presença de seu excelso Príncipe os mais qualificados motivos de esperar que V.A.R., compadecida e tocada da justa e insistente razão com que a seus reais pés implora piedade e compaixão um povo leal e amante, se digne atendê-lo e para maior merecimento espera achar na continuação [...] do flagelo de que se tem visto cercado, lenitivo de sua mágoa.

Corria o ano de 1777 quando em despique daquele general de Buenos Aires, Mr. Bertice [SIC], e da surpresa que se lhe havia feito da Vila do Rio Grande, veio da Europa em seu abono D. Pedro de Ceballos, eleito Vice-Rei do Rio da Prata e com uma armada de cento e tantas velas invadiu e conquistou a Ilha de Santa Catarina, e passando-se dali a Buenos Aires, ouvindo as forças daquele país as que de refresco conduzia à Europa se preparando uma esquadra de embarcações guerreiras para acometer a Vila do Rio Grande e pela Barra lhe introduzia juntamente por terra uma forte coluna para a reconquista a tempo que o tratado da demarcação veio por então a pôr limite ao desassossego geral, dando repouso aos povos de uma e outra monarquia e sossego porém que não foi tão apressado nem de tanta conta que não fizesse estremecer por muito tempo o manejo e comércio deste território e suas dependências, pois que só na tomada da Ilha de Santa Catarina tiveram que experimentar graves perdas muitos dos comerciantes que da Capital do Estado regressavam a este seu país, escalando por aquele porto com avultadas carregações e que para sempre perderam e indo outrossim exterminados para as longínquas províncias do sul do Rio da Prata.

Pouco mais de vinte anos gozariam do bem da paz os moradores desta Fronteira, quando a pretérita guerra de 1800 lhes veio causar males e desventuras inauditas pela tomada que os armadores franceses e espanhóis a mais de 70 embarcações carregadas de diversos portos do Brasil para este Continente e deste para os mesmos portos, o que junto ao considerável atraso que já o negócio experimentava de anos antes, na perda de oito a dez embarcações carregadas, uns por outros anos, já na entrada da Barra, já na saída, e já finalmente nas que sulcam a dimensão da predita e perigosa Lagoa, fez vacilar aos comerciantes de mais fundo, quebrar aos de medianas possibilidades e desaparecer os muitos que meramente sobre o crédito negociavam para este país e [...] vista bem se poderia calcular ver unidos todos os préditos prejuízos no decurso tão somente de 25 a esta parte em a perda iminente de mais de quinhentos mil cruzados meramente relativos aos gêneros importados e exportados, sem contar com o valor e importância dos vasos, capaz de fazer outra igual e equivalente soma.

Eis aqui, poderoso, magnífico e piedoso Príncipe Senhor, a funesta quadra e lamentável época desde a qual homens afincados aos interesses particulares, com vistas de granjear futuras honras apesar de ilaquear de um só golpe a última substância dos povos, pretendiam, como pretenderam, e o mais é que talvez ainda de presente se pretenda, conseguir a prematura Capitania neste território, com absoluta independência, apesar de se ensoparem suas idéias no mais linfado sangue de inumeráveis colonos [atenuados.?).

**[NOTA DO PUNHO DE FERNANDES PINHEIRO:]**

Os §§ que se seguem com esta nota (\*) omitiram-se na cópia para a Corte, e diz-se que por insinuações particulares do Rio de Janeiro.

(\*) Da pauta junta por certidão conhecerá V.A.R., serem posição ou tributo de maior gravame o de 12\$ rs. em cada escravo dos importados para o País, e de não menos conseqüências os dois impostos de 100 rs. em cada um al-



queire de sal, e de 50 rs. em cada um alqueire de farinha, por ser este o pão comum de que tanto depende a pobreza, que faz a maior porção dos indivíduos do Estado, aqueles do qual dependem o maior artigo do comércio do País para fabrico das carnes charqueadas que se extraem para todos os portos do Brasil, e ainda alguns da África, em cujo comércio se experimentam consideráveis perdas, pela sua corrupção, de tal sorte que repetidas vezes acontece que os carregadores, perdendo todo seu principal, ainda vêm a pagar de sua casa os fretes dos mareantes dos vasos, sendo não obstante dígno de toda contemplação ser este ramo forçoso e indispensável ao Continente por não ter absolutamente outro de que se possa valer: o dos escravos, pelas funestas conseqüências que se devem esperar do decaimento que indubitável há de experimentar nos dízimos, porquanto tendo este gênero subido de preço quase o dobro desde que principalmente se tem com ele povoado por contrabando as duzentas províncias das Índias de Espanha contra a melhor política do interesse geral de todo o Brasil, assim mesmo se tinham os colonos mostrado a necessidade de comprarem, por 180\$ ou duzentos mil réis um escravo, que antes daquelas violentas emigrações lhe custavam 90\$ rs. e 100\$ rs. cujo amodamento [SIC] porém tinha o seu maior interesse em se lhe fiar aquele escravo comumente por dois e algumas vezes por três, o que não é de presumir suceda ao diante pela palpável razão da maior carestia, de que os comboieiros por exemplo de 50 escravos têm de dar de pronto seiscentos mil réis de uma tão onerosa capitação.

\*) Seja-nos permitido, majestoso Príncipe e Senhor, chamar onerosa esta capitação e clamar, se possível é, contra ela aos pés do Real Trono de V.A. quando justamente nos lembramos que para um escravo ser importado do Rio de Janeiro para qualquer das capitanias centrais das Minas não paga mais do que 9 cruzados ou contrato das entradas, e vemos que para este escravo ser importado para este País há de carregar com 30 cruzados de tributo, sendo que este mesmo País, pela sua decadência e infância e pelas funestas results a que está exposto em razão de fronteiro, parece que devia preferir a toda equidade possível, ou para ao menos não ser mais maltrado do que a este respeito o são as sobreditas capitanias de Minas, do âmago de cujas terras se extrai o precioso ouro, diamantes e toda a mais preciosa pedraria, extraindo-se mormente deste território animais em pé, que sem reserva pagam ao erário público 25000 cruzados anuais sem contar com os avultados direitos que vão pagando na Capitania de São Paulo e nas de Minas, extraindo-se carnes secas salgadas, que não só vão pagar direitos nas Alfândegas dos Portos do Norte, mas como fica ponderado dão de resulta consideráveis prejuízos aos comerciantes dos quais inteiramente depende o aumento do Estado.

Não hesita esta Câmara em supor que pessoas cujas vistas não sejam das mais perspicazes e atiladas ou não acostumadas a balancear e formar um verdadeiro cálculo sobre as importações [...] deste País tenham dado a V.A.R., uma idéia vaga e aparente, capaz de ao primeiro golpe de vista fazer uma [expetacção?] que não admita contrariedade, mas a mesma Câmara prejudicada, persuadida que alta magnitude de V.A.R., não devia ser enganada, ela pelo modo mais

resumido leva à R. presença de V. A. as principais produções e objetos que fazem toda a base do comércio e interesse público deste território.

É esta belíssima Província por ora não cabal mas suficientemente povoada de muitos fazendeiros que em suas estâncias [...] com abundância numerável quantidade de animais vacuns e cavalares e muares, dos quais sem reserva a uma alternativa exportação anual para a Capitania de São Paulo e dali para as capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo de muitos anos a esta parte o valor intrínseco e dominante o de 12 e 16 tostões cada uma rés, o de 4\$000 rs. cada uma besta muar, e o de 16 e 20 tostões ao de cada um potro, formando, pois, uma idéia, a mais segura da divisão de ditos animais por suas respectivas [...] dízimos que no ano próximo passado foram despachadas [...] de 14 mil bestas, 6 mil potros e de 3 até 4.000 reses, que por consequência somou o valor intrínseco das bestas em 56:000\$, ou das reses em 6:000\$, o que tudo monta em 74 contos de réis, que é supor-se entrasse para o País uma semelhante quantia de dinheiro para se efetuarem as sobreditas compras seria fácil de entender que só este ramo de extração superabundaria muito para fazer circular nele uma pingue moeda, que acontece tanto pelo contrário que a maior parte daqueles tropeiros vêm a fazer suas tropas à sombra de imensos panos de algodão, de escravos adultos e viciosos, de abonos de homens estabelecidos na Capitania de São Paulo e de letras e ordens do comércio grosso do Rio de Janeiro, do qual no todo dependem os comerciais do Continente, e semelhantemente destes criadores e mais colonos.

Da mesma sorte que fica demonstrada a importação e exportação relativa à produção dos animais, igual e geralmente acontece com as carnes secas e salgadas, a que vulgarmente se chama charque, com a courama e com o trigo, cujos 3 principais artigos de comércio são inteiramente [comparativos?] ou que fica relatado a respeito da produção e extração dos animais, porquanto a numerosa quantidade de embarcações que dos diferentes portos do Brasil freqüentam esta navegação, fazem toda a sua principal importação em sal, fazenda seca e molhada e em alguns escravos, à cuja sombra fazem as cargas de suas importações em carnes, cujo ramo é sem contradição o mais vantajoso, em trigos, em couros e sebos e graxas, de cujo modo, suposto abunde o País em gêneros importados por gêneros exportados é estéril demanda porque a pouca que corre é exaurida pelas efetivas remessas, que os comerciantes do Continente fazem aos seus credores dos referidos portos do Brasil.

Tanto se tem verificado a supra dedução, que pretendendo os Vice-reis da capital do Rio de Janeiro mandar por várias vezes para este Continente somas de dinheiro para pagamento das tropas, se valerem do meio de não correr o risco do dinheiro de V.A.R., e procurar que um ou mais comissários grossos daquela cidade mandassem suas letras de ordens aos seus devedores neste território, para que exigindo estes a moeda na provedoria se consumassem os pagamentos [...] os respectivos avisos para os comissários credores levantarem da Tesouraria da Capital a soma deprecada, o que nunca pode ter o seu cabal e pretendido efeito, para voltarem as letras retrotraídas, visto que os comerciantes devedores lhes

faziam sim frente com muitos dos gêneros do principal giro do País, mas falhando com dinheiro em moeda porque fisicamente o não tinham, de cuja consequência resultou continuarem as remessas em dinheiro como dantes para pagamento das tropas deste País.

Não é de menos consequência a prova que atualmente se tira do pouco adiantamento, ou para de uma vez o dizer, do notável atraso destes comerciantes que a cada passo se perdem confundidos dos prejuízos que encontram em suas exportações, ou seja, que os líquidos que vão apurar nos portos para onde fazem giros as suas carregações são as mais das vezes nenhuns em comparação do total que neles empregaram, ou que, como as mais das vezes sucede, se perdem as carregações e os *Buques* em que as navegam, ou na carreira das 70 léguas da formidável Lagoa cheia de escolhos, ou quando bem livres dela, na temível barra do Rio Grande em saída e entrada. Este é, sublime e piedoso Príncipe e Senhor, o estado físico e atual deste território, quando na capital do mesmo nesta Vila de Porto Alegre vemos aberta improvisamente no dia 1.<sup>o</sup> de agosto do ano corrente uma casa dando sinais de Alfândega por uma mera e simples pauta, na qual se iniciam os carregados impostos com que tem de gemer o comércio e a navegação e de resto um povo inteiro; em quem absolutamente se vem a empregar a munição dos pelouros e para mais sentir, hesitado este se para um semelhante procedimento deu ou não diretamente o seu clemente Príncipe o seu tácito e pleno consentimento; o qual de nenhum modo manifestado mais do que por um mero Edital Provisional assinado unicamente pelo Governador do Continente.

Nunca os príncipes se parecem mais com Deus do que quando usam com seus fiéis e amantes vassalos de piedade; esta esperam assiduamente obter os vassalos de V.A.R., deste Continente; implorando de sua Real e natural Beneficência a total abolição da sobredita Alfândega nesta Vila e consequentemente a de um Consulado contemporâneo da mesma, criado na Vila do Rio Grande, e para que mais não subsistam uns tais Magistrados pouco proveitosos aos Reais interesses de V.A. e muito pesados e onerosos ao aflito comércio e povo, uma e outra classe de que esta Câmara é o eco; a mesma Câmara, revestida do mais humilde e amoroso acatamento expõe na Real Presença de V.A. os seus fiéis e ingênuos [...] pelo modo seguinte:

Devendo ser da intenção dos bons e fiéis vassalos desejar um fundo sólido para aumento da renda pública, que faça aumentar o Tesouro e consequentemente o Régio esplendor do seu amado Príncipe, pretende a impetrante Câmara demonstrar a V.A.R., que sendo abolida e totalmente suprimida a sobredita Alfândega nesta Vila e seu Consulado na do Rio Grande, pode V.A.R. vir desde logo a perceber rendimentos mui sólidos e nunca falíveis, anuindo e adotando os apontamentos que se seguem:

Que todas as carnes secas, salgadas, exportadas deste Continente para fora, e assim as de barril ou pipas com caldo, paguem sem reserva 40 réis de cada uma arroba, cujo imposto seja pago de pronto na Tesouraria Geral desta Junta de Arrecadação de V.A.R., concedendo-se o espaço de 9 meses aos que de pron-

to não puderem pagar, procedendo-se aos respectivos termos de fiança para pagarem na volta de suas viagens.

Que os contratos do dízimo deste Continente seja rematado [SIC] por esta Junta em separado a ramistas ou rendeiros pelas mesmas demarcações, freguesia ou distritos adotados até agora pelos contratadores *in solidum* que tem havido, de cuja desmembração e sistema resultará incomparavelmente ao rendimento público de V.A.R. um avanço que em pouco desminta o de cento por cento, impondo-se aos mesmos ramistas ou rendeiros a obrigação de proporcionalmente entrarem por conta de seus pagamentos com a farinha de guerra necessária para os Almojarifados, os quais a despendam com as respectivas praças na forma que se praticava antes de se anexar o referido contrato ao do [...] de couros e gado em pé e ao do munício. Que os sobreditos dois últimos contratos se rematem juntos igualmente por esta Junta, onde visivelmente se experimentará vantagem interessante ao sobredito rendimento público, ficando o encargo ao rematante de fazer o munício da carne.

Que sem outro algum novo subsídio mais do que o resultante, e das carnes e dos preditos apontamentos, virá a ser o rendimento público de V.A.R., o de 100:000\$000 neste Continente, o qual não só superabundará muito despesas do mesmo Continente, como dará um acrescido resíduo para as mais que extraordinariamente sejam necessárias, sendo fácil de compreender que um milhão de arrobas de carne exportadas deixará de resulta 40:000\$000 rs. Que o 5º de animais cavalares e gado em pé, extraídos para a Capitania de São Paulo, renderá uns por outros anos 10:000\$ rs. Que o contrato do dízimo rematado no Continente deixará livre do encontro da farinha de guerra 20:000\$ rs. Que o contrato do 5º do couro e do gado em pé extraído este para as [...] da Ilha de Santa Catarina renderá, livre o do munício da carne, 34:000\$ rs. Que os officios de Justiça renderão 1:000\$ rs. Que o rendimento de uma ponte no Norte da Vila de Rio Grande rende, uns por outros anos, 1:500\$ rs. Que a Estância Real do Bojuru, que se acha arrendada, rende anual... Que a Estância da Real Proteção denominada do Rincão do Carro rende 2:000\$ rs.; de cuja sorte se mostra que sem contar com o rendimento de outros arrendamentos menos interessantes, cumpridamente se achará o supracitado total de 100:000\$ rs. indicados, crescendo mais.

Que extintas assim a referida Alfândega e Consulado se pouparão à fazenda de V.A.R. tantos salários quantos são os atribuídos com os poucos indivíduos empregados e satisfeitos à custa de um comércio e povo tão dilacerados, ficando igualmente desassombrada a arriscada navegação, a quem iniquamente oprimem pesados emolumentos, dos quais nada interessa o Tesouro de V.A., e só muito se utilizam os Exatores.

Pela mesma Junta de Arrecadação da Real Fazenda de V.A., pode sem dependência de Alfândega ser cobrado o supracitado imposto das carnes, visto que pela mesma via são arrecadados todos os mais rendimentos reais deste Continente, o qual espaçando-se mais a seu favor ao menos 30 anos adotará com gosto outro qualquer imposto, do qual resulte ao rendimento público do Erário uma

considerável soma se a necessidade o exigir, e for do agrado de V.A.R. e de seus Reais Predecessores.

Muito Alto, Sublime, Poderoso Príncipe e Senhor, a corporação desta Câmara implora a clemente sensibilidade de V.A.R. a favor de um povo, a quem sobram todos os caracteres do mais refinado patriotismo, cujas provas acabam de dar não só pelo seu denodado valor na próxima passada guerra, mas pela natural liberalidade com que de mão comum suprimam com o dinheiro para as despesas urgentes, fardaram as tropas e remontaram as mesmas na Campanha, de carnes, cavalgadura e o mais necessário para a defesa do Estado, sobressaindo a tudo o darem os Pais a seus filhos voluntários para o Real Serviço, fardando-os e calçando-os na praça à sua custa.

A muito alta e preciosíssima vida de V.A.R., guarde Deus como lhe desejam os seus mais humildes, favorecidos e amorosos vassalos.

Porto Alegre em Câmara de 25 de setembro de 1804.

N.B.: O autor desta tola e asnática e indigesta conta foi Antônio José d'Alencastre.

A Câmara nesse ano de 1804 compunha-se dos Juizes ordinários.

Domingos Martins Pereira  
João Rodrigues Viana  
Vereadores  
Antônio Monteiro de Barros  
Manoel José Pinheiro  
João da Silva Ribeiro, ..... o Barriga.  
Procurador da Câmara  
José Borges d'Azevedo

[Nota:

O documento acima, nº 0039, do maço nº 2, do Fundo Visconde de São Leopoldo, corresponde à cópia de uma petição que a Câmara de Porto Alegre, em 25 de setembro de 1804, teria endereçado ao Príncipe Regente Dom João, em protesto contra a criação da Alfândega de Porto Alegre e de seu respectivo consulado em Rio Grande, pelo que representavam em sobrecarga fiscal para o comércio e a navegação do Continente de São Pedro do Rio Grande. É evidente a sua importância, pelos dados econômicos que veicula. O N.B. final, do punho do futuro Visconde de São Leopoldo, revela o desagrado com que este encanou o memorial dos camaristas, que vinha em evidente detrimento de seus interesses de Juiz da Alfândega, remunerado mediante emolumentos cobrados aos comerciantes.

S.C.F.]

Maço nº 3  
Nº 0188

Original de ofício do Capitão de Milícias João de Oliveira Lima, datado da Vila de Santo Antônio da Patrulha, 12 de agosto de 1825:

Destinatário: Visconde de São Leopoldo

Ilmo. Exmo. Sr.

Pela minuta inclusa, que tenho a honra oferecer a V. Ex.<sup>a</sup>, e suposto seja um resumo dos assentos que tive a curiosidade calcular, porém no mesmo se colhe as vantagens que se podiam conseguir em benefício da Nação, se por algum princípio se pudesse domar, ou pelo menos espantar aos gentios que ocupam uma grande parte de terrenos naquelas imediações, por onde gira um grande ramo de negócio interessante à Província, pelos tropeiros e mais viandantes que por ali passam em sobressaltos; sendo um dos lugares mais próprios para as inverna-das, ou inda mesmo pra formalizar Estâncias, suposto depende de grande despe-sa com o sal. Porém me parece será difícil conseguir esta paz, ou ainda mesmo espantá-los, pelo numeroso terreno que ocupam em duas grandes serras, que to-ma a extensão de 37 léguas de travessia, que é do passo de Santa Rita até o passo de Jacuí. Daqui para os povos de Missões já se não teme os gentios, porque se perde de todo de vista as Serras, e as Campanhas se abrem de um e outro lado de maneira que, na jornada de um dia, custa a ver uma pequena brenha.

Porém não se pode saber o efeito daquilo que se não põem [SIC] por obra; e a gente é o que faz e desfaz a guerra.

Os céus queira prosperar a V. Exa. muitos anos.

Vila de Santo Antônio da Patrulha, 12 de agosto de 1825.

Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente José Feliciano Fernandes Pinheiro.

P.D.

Os víveres que seguiu [SIC] pelo  
meu conduto deixei em Jacuhizinho,  
entregue ao Alferes Rodrigo Félix  
Martins, e já lhe envia carta  
para vendê-los, ficando ele o  
responsável pelo produto, ou  
por outro igual gênero, conforme  
a ordem de V. Exa.

João de Oliveira Lima  
Capitão de Milícias.

Maço nº 3  
Nº 0188

Memória anexa ao ofício do Capitão de Milícias João de Oliveira Lima, da-tado de Santo Antônio da Patrulha, 12/08/1825.

Memória das observações que fez o Cap. João de Oliveira Lima, nomeado em segundo comandante da expedição que seguiu para Cima da Serra e Campos de Missões, encarregado pelo Exmo. Sr. Presidente a pacificação dos índios selvagens, o qual não teve efeito pelos acontecimentos de guerra na Fronteira; porém tem a honra levar à presença do mesmo Exmo. Sr. o cálculo que observou dos lugares e povoações em todo giro de sua jornada.

Nove léguas tem da Vila de Santo Antônio da Patrulha até a Freguesia de São Francisco de Paula de Cima da Serra, a rumo de Norte. O caminho é péssimo por ser de matos e serras pedregosas e grandes pântanos. A freguesia é situada na beira da mesma Serra donde começa as campanhas. A povoação é pobríssima e faltam mantimentos, supostos tem alguns estancieiros bem estabelecidos. O clima é saudável e as [...] são belíssimas. A extensão do distrito contém de vinte [...] léguas, a rumo do N. até o rio das Antas, donde faz sua extremidade com Vacaria. O rio é opulento, corre rumo de Oeste e se entranha pela Serra que circula o mesmo Distrito, ao lado de Norte, e vai findar perto dos povos de Missões, e o dito rio é a principal vertente de Cahy e toda a extensão da Serra é ocupada de gentios. Os campos criam admiravelmente todas as qualidades de animais domésticos; porém, não comendo sal, nada nutre.

A Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria é situada a rumo do Norte, dista de São Francisco de Paula trinta léguas e a sua extremidade é a mesma Serra, por onde divide o Rio das Antas. O local é apazível pelas grandes campanhas que circula a mesma Freguesia; é fértil de excelentes águas, e o clima saudável. A povoação é pobre, porém fértil de mantimentos, e a Estrada Geral das tropas segue pelo meio da povoação. Os campos confina [SIC] pelo lado de Norte com a Serra que desce de São Paulo, seguindo a rumo do Oeste vai desfechar o Rio de Uruguai, e em toda extensão dela é povoada de imensos alojamentos de gentios, donde sai as partidas a fazer vários insultos aos moradores de ambos os distritos.

Doze léguas tem de Vacaria até o Rio de Santa Rita em rumo do Oeste, donde se vê os últimos moradores, todas as águas até este passo correm ao Sul e servem de vertentes ao Rio de Taquary; de cujo passo ao Mato Português tem nove léguas, donde já houveram vários moradores, porém foram expulsos pelos gentios.

O Mato Português tem duas léguas e confina com os Campos do Meio, o qual tem seis léguas de travessia: os campos têm excelente capacidade de plantar e criar, porém existe despovoado pela perseguição dos gentios. As águas daqui em diante correm ao norte entranhando-se pela Serra que acompanha pelo mesmo lado, vão para o Rio de Uruguai.

O mato vulgarmente chamado Castelhana tem quatro léguas, confina ao Leste com os campos do Meio, a oeste com campos de Missões. Meia légua afastada da saída do dito Mato, foi a guarda castelhana que até hoje ainda se divulga alguns vestígios, suposto que foi exterminada pelos gentios, e é o lugar mais atreito aos insultos pelos mesmos, quando passam os viandantes; além deste lugar tem



outros muitos na mesma direção desta campanha que segue para Missões, que também é perigosíssimo, porém supre a grande vigilância dos viandantes e tropeiros.

O local mais próprio para se levantar o forte é no Pinheiro Torto, por ser a travessia certa dos gentios, quando passam de uma serra para outra; porque deste lugar a serra que corre ao Norte pelos mesmos campos, e outra que corre ao Sul, fazem ponta ao mesmo campo, além de uma restinga de mato que desce do Norte pela beira do arroio que lhe dão o nome de Pinheiro Torto. As terras são belíssimas para a lavoura: os campos nutrem excelentemente aos animais, suposto que não deve faltar sal; também é fértil de belíssimas águas, as quais descambam para o Sul, e são as vertentes de Butucarahi.

Para se levantar ali uma nova povoação, é necessário trinta homens de armas para respeito da mesma; e outro maior número de trabalhadores para [...] e cultura, para o alimento dos mesmos. Nestas condições existem vários tropeiros que por ali invernam a engordar as mulas que seguem para São Paulo. Poucas léguas dista deste lugar onde existem cento e tantos moradores encostados à Serra de Butucarahi e são freguês [SIC] de Rio Pardo, que dista dobrada porção de léguas. No passo de Jacuhisinho também tem vários moradores e dista do dito lugar oito léguas, e são fregueses da Capela do Espírito Santo, que dista dezesseis léguas, e tem o passo do Jacuhi, que é difícil a passagem em tempo de inverno; o dito rio descamba ao Sul, sendo a principal vertente do Jacuhi.

A paragem chamada Lagoão tem vários moradores [...] ao dito lugar do dos Porongos duas léguas afastado [...] alguns estancieiros, porém poucos gados criam pela grande extração de sal que despendem. Cinco léguas tem do Lagoão até a Capela do Espírito Santo, cuja capela está situada a Oeste: é pouco povoada de moradores, suposto tenha muita comodidade, porém falta quem a povoe. Deste lugar segue a estrada para a guarda de São Martinho, ao mesmo rumo de Oeste.

A Guarda está situada na entrada da Serra, é povoada de muitos moradores, de homens [...] com várias casas de negócio, dista da Capela do Espírito Santo vinte léguas, com vários moradores entremeio.

Desta povoação segue a estrada para o Acampamento de Santa Maria, a rumo de S. e tem quatro léguas. O caminho da Serra é péssimo pela áspera descida, e pântanos. Em [...] da Serra, encontra-se um grande campestre, povoado de vários moradores.

O Acampamento de Santa Maria é situado em frente da mesma Serra, o local é agradável e a população não é pequena, as casas são arruadas em boa ordem; o comércio é freqüente pelos efeitos que se conduzem para Cima da Serra, até a Capela do Espírito Santo. A estrada geral que segue para o Alegrete passa entremeio da dita Capela.

Deste Acampamento segue a estrada para a Vila da Cachoeira e terá vinte e uma léguas, com imensos moradores entremeio e várias estâncias de gados e animais, e não se despende sal para a nutrição dos mesmos, e o mesmo aconte-



ce em toda a extensão das Campanhas que confina [SIC] com Montividéo e o Uruguai.

A Vila da Cachoeira está situada na margem do Rio de Jacuhi a Oeste e o Rio de Butucarahi ao Leste; duas léguas afastado da povoação, juntando-se ambos, passam pela frente de Rio Pardo, e dista de uma Vila à outra dez léguas.

A Vila de Rio Pardo está situada nas margens de dois rios [....] Rio Pardo a Oeste, e Jacuhi [...] ao Sul. O estabelecimento [....] a população, porém com pouca ordem as ruas que o desfaformoseiam.

Desta Vila à capital de Porto Alegre tem trinta léguas de navegação, ficando entremeio duas freguesias — Santo Amaro e Freguesia Nova do Triunfo, ambas ao Norte, e situadas nas margens do rio. Esta navegação é agradável, pelos numeroso [SIC] moradores que existem em suas margens, além de vários charqueadores que freqüentam aquele ramo de comércio.

Fim da [....]

**FUNDO: VISCONDE DE PELOTAS (José Antônio Corrêa da Câmara)  
CORRESPONDÊNCIA PASSIVA**

Documentos firmados por **GASPAR SILVEIRA MARTINS**  
[1872]

Meu caro Visconde

Novo telegrama acabo de receber. Em Sta. Anna ganhamos por 400 votos!  
e em Alegrete por 100!

Seu amigo obrigado.

Silveira Martins

**Nota:**

Mesmo sem data, este bilhete foi encontrado entre papéis de 1872 e deve referir-se à importante vitória obtida pelos liberais naquele ano.

\*\*\*

Meu caro General

Aqui cheguei bom, e fui recebido na Câmara com tanta amabilidade pelos ministros e dissidentes, que fiquei persuadido, que valho alguma coisa. Fiz-lhes logo saber que se depurassem um só dos deputados do Rio Grande, nos retirariam todos, como os deputados espanhóis, e faríamos à Província um manifesto pa. dizer que estávamos desesperados de obter reformas por meios legais, e que devíamos trabalhar para obtê-las pela resistência. Fazem-me diariamente milhares de protestos de *respeito* ao nosso brilhante triunfo, e creio que por esse lado não há dúvida. Falei ao ministro da guerra sobre as patentes dos nossos valentes G. Nacionais, prometeu-me pa. muito breve o decreto geral de confirmação dos postos; o da justiça prometeu cassar as patentes ilegalmente dadas para a G.N. de Bagé, que tinha seus oficiais no Paraguai; mas em todo caso fiz-lhe ver que reclamaria da tribuna, e ele concordou, dizendo-me de novo que era justo e o faria. O novo Presidente<sup>(1)</sup>, dizem-me os ministros, é homem sem partido (antes liberal que conservador) e foi nomeado em satisfação à nossa vitória pa. poder harmonizar-se com a situação da Província. Faça ver isto aí aos nossos amigos.

O Osório escreveu ao Fredo e será bom que V. Ex.<sup>a</sup> faça o mesmo, a respeito da extravagante pretensão daquela nossa amiga. Eu disse ao Osório que me

---

(1) Dr. João Pedro Carvalho de Moraes tomou posse em 1º/12/1872.

remettesse a carta para V. Ex.<sup>a</sup> vê-la e enviá-la ao seu destino, mas não sabendo se o fez é que digo-lhe isto.

Escrevo-lhe num upa [?] quase à partida do vapor e não tenho tempo pa. espraçar-me, mas digo-lhe sempre que o ministério está fraquíssimo, e o Flores<sup>(2)</sup>, não deixe de vir quanto antes.

Saudades aos amigos e dê suas ordens a quem é

De V. Ex.<sup>a</sup> patricio e amigo dedicado

G. Silveira Martins

5 de dezembro de 1872

(2) Dr. Luís da Silva Flores deputado pelo Partido Liberal.

\*\*\*

Meu caro General

O decreto de que lhe falei noutra carta saiu; as nossas eleições foram aprovadas com exceção da de Uruguaiana e São Borja, aquela foi anulada e esta ficou adiada.

Será bom não tocarmos nesta por causa do processo do Martins<sup>(1)</sup>, que figurou na mesa estando pronunciado pois em nada nos prejudica ficarem as coisas como se acham.

O Bitancourt<sup>(2)</sup> ficou logrado; o parecer sobre o 1.<sup>o</sup> distrito saiu hoje e será votado amanhã; só a minha energia na comissão salvou a eleição de Viamão, pois na 1.<sup>a</sup> votação foi unanimemente condenada, porém depois unanimemente reformaram o julgado, quando os increpei de proteger a vitória da fraude, que não podendo vencer queria anular a eleição. O ministério sofreu um xeque e dizem os amigos que o apoiam que há recomposição. Não preciso dizer-lhe que fui eu quem fiz [SIC] a proeza. Houve tolo na Câmara que dissesse: se eles, antes de reconhecidos estão assim, quanto mais depois!

Estão fazendo falta o Porto Alegre<sup>(3)</sup> e o Flores<sup>(4)</sup>; a oposição ascende a mais de 40, e os votos já influem.

Será bom não dizer-se nada na imprensa a respeito da comissão, senão que portou-se bem a respeito do 1.<sup>o</sup> distrito, e achou improcedentes as reclamações do Bitancourt. De fato até disse, o Theodoro<sup>(5)</sup>, que não compreendia a coragem do homem, que reclamava sem ao menos haver vislumbre de probabilidade para a sua reclamação.

Saudades aos amigos e dê suas ordens a quem é de V. Ex.<sup>a</sup> amigo

e patricio obrigado

G. Silveira Martins

20 de dezembro 1872

#### Notas:

(1) Provavelmente Francisco Antônio Martins, chefe liberal de São Borja.

(2) José Bernardino da Cunha Bitancourt, líder conservador.

(3) Conde de Porto Alegre.

(4) Dr. Luís da Silva Flores.

(5) Possivelmente o deputado Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, da província de Pernambuco.

[1873]

Meu caro General

Passou o aumento de soldo pa. os militares. Eu disse ao Junqueira(\*) que ele não faria maior patriotada do que nós, que o aumento d'um terço era miserável, que eu ia apresentar uma emenda pa. aumentar-se dois terços, o que importava apenas um acréscimo de 1.400 contos anuais pa. o exército. Ele pensou no caso e disse que ele aceitava a emenda e que proporia, eu concordei pelo simples fato de que proposta por mim caía e por ele (ministro) passava. Perdi a glória que daí provinha pa. o meu nome, mas conquistei o proveito pa. os militares, cuja maioria é rio-grandense.

A escola militar e a Relação conseguiremos para a nossa terra. O governo quer condescender conosco, e eu finjo-me mais descontente do que estou, para ir conseguindo algo.

Esta gente concede mais pelo medo do que pelos serviços a eles feitos.

Cumprimento por mim aos amigos e dê suas ordens ao de V. Ex.<sup>a</sup> patricio e am.<sup>o</sup> ob.<sup>o</sup>

Silveira Martins

Rio 20 de

Janeiro de 73

Sábado ia eu tratar da questão Vitorino-Lucas, mas não houve sessão, ficou para o seguinte sábado. O ministro que mandou dissolver as reuniões da G.N. prometeu-me providenciar, mas eu exigi que o dissesse na tribuna, depois das minhas reclamações.

Nota:

(\*) O ministro da guerra, na ocasião, era João José de Oliveira Junqueira.

\*\*\*\*

Meu caro General

Recebi e agradeço as suas congratulações e só sinto que tomasse a deliberação, que não pode ser mantida, de tornar-se [...] a direção do nosso partido justamente quando a província mais precisa da interferência de V. Ex.<sup>a</sup> nos negócios políticos. No entanto V. Ex.<sup>a</sup>, por sua excessiva modéstia, deu causa ao fato da não inclusão dos candidatos, que por nossa honra e lealdade deviam ser incluídos na chapa; sinto, porém, que qualquer de nossos amigos não tomasse a si falar com franqueza ao corpo eleitoral, onde V. Ex.<sup>a</sup> sabe que goza de prestígio e consideração de chefe, além do amor que todos os rio-grandenses votamos a um das mais brilhantes glórias da nossa terra. Se eu aí estivesse, estou convencido, não teria havido isto, porque tomava a mim suprir aquilo que a modéstia de V. Ex.<sup>a</sup> obrigou-o a calar; infelizmente é tarde para remediar o mal e só nos resta esperar pela outra.

Vou surpreendê-lo com coisa maior ainda: o Mauá<sup>(1)</sup> vendeu-se ao governo! e o que mais é, queria vender o partido, porque tratou de desmoralizar a nossa posição na Câmara, que isso equivale.

Fui-lhe ao encontro e propús-lhe que ambos comparecêsemos novamente perante os eleitores, o que não pode deixar de aceitar por haver dito antes (o que suprimiu no discurso publicado) que os eleitores não lhe davam a liberdade de apoiar ao governo — que renunciaria ao mandato.

No vapor de 20 do corrente mandarei um manifesto aos eleitores, mas será um golpe no governo (que não no Mauá) uma manifestação dos eleitores do 1.º distrito, das Câmaras Municipais e da Assembléia Provincial que abre-se a 1.º de Março. São todas liberais e sabem quanto nos foi difícil derrotar o governo, que o Sr. Mauá apoia e declara não haver tomado parte na luta, nem demitido o Portinho, nem violentado nossos amigos em Bagé, Sta. Ana, São Borja, Uruguaiana e São João Quaramim. Que ignomínia, meu caro amigo, seria para a nossa terra, não protestar contra tamanho escândalo! Semelhante homem não pode representar as vítimas da prepotência e da injustiça [...], rende graças ainda aos tiranos. Ontem levantei-me enfermo da cama e corri à Assembléia contra as terminantes ordem do médico, porque soube que ele ia fazer uma moção; — matei-o e fiquei bom, são como um pero, apesar de não ter comido por mais de 3 dias. Leia a Reforma e a República sobre o incidente e verá que o partido liberal e nossos patrícios, quase em massa, aplaudiram meu procedimento. Saúde aos amigos e dê suas ordens a quem é de

V. Ex.<sup>a</sup> patricio agradecido e am.<sup>o</sup> do C.,

Silveira Martins.

P.S.: O nosso amigo Lucas será vingado e irá para seu posto. Disso tratarei no orçamento da guerra, mas já falei ao ministro, que mostrou-se ignorante de tudo e prometeu-me reparar a injustiça e até (muito em reserva) tirar o Vitorino<sup>(2)</sup> daí, pois concordou comigo que era *mentecapto*. O Hipólito<sup>(3)</sup> foi nomeado brigadeiro por exigência minha; o Ministro nem sequer de nome o conhecia e ficou maravilhado quando, indagando soube ser um dos nossos mais distintos oficiais. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1873.

Notas:

(1) Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, deputado pelo partido Liberal do Rio Grande do Sul.

(2) Gen. Vitorino José Carneiro Monteiro, Comandante das Armas.

(3) Hipólito Antônio Ribeiro, nomeado brigadeiro honorário por decreto de 25/01/1873.

\*\*\*

Meu caro General

A sua carta encheu-me de satisfação por ver que V. Ex.<sup>a</sup> compreendeu a altura da questão agitada entre mim e Mauá; não é de uma preferência de indivíduos que se trata e sim da honra da terra do Rio Grande e dos seus créditos conquistados na última eleição com a admiração do país. O corpo eleitoral não ficará calado, não é possível, e se tivesse a franqueza de tomar essa resolução de inércia que desonra o nosso triunfo, eu dir-lhe-ia que me acho em dúvida se sou ou não verdadeiro representante do Rio Grande, e nesse caso renuncio o cargo, para que escolham o Mauá, São Gregório ou qualquer outro que faça profissão de

tratar dos seus interesses, que eu dos meus cuido melhor e muito honradamente no escritório de advocacia.

Cumprê mostrar ao país que estes cargos só valem, só são dignos quando neles se serve a pátria, se cuida do melhoramento e progresso da nação.

O Falcão da Frota<sup>(1)</sup> foi (há muito) nomeado diretor do Arsenal de P. Alegre, mas só agora foi publicada a nomeação, o ministro pediu-me o nome dum capitão reformado ou honrário para adjunto, prometi dar-lhe mas não tenho, se V. Ex.<sup>a</sup> sabe de algum patricio que esteja no caso, mande-me o nome pelo telégrafo, que eu já sei o que quer dizer, ou escreva-me.

Já foram expedidas ordens para o Presidente tomar conhecimento e informar sobre o negócio Lucas-Brilhante de que já tratei na Câmara, o ministro quer mudar o Vitorino, encontra porém seus embaraços, mas prometeu-me formalmente que o mudaria. O Caldwell<sup>(2)</sup> morreu e portanto dou-lh. de antemão os parabéns pela promoção a Tenente General, pois não pode ser outro o promovido. Pelos jornais verá o que praticou a Polícia com a Republic o Governo des-governa, e em pouco tempo, creio, os liberais estamos no po! Dê V. Ex.<sup>a</sup> suas ordens a quem é

De V. Ex.<sup>a</sup>. patricio e

am.<sup>o</sup> dedicado

G. Silveira Martins

Rio, 2 de Março de

1873

Notas:

(1) Júlio Anacleto Falcão da Frota

(2) Gen. João Frederico Caldwell

\*\*\*

Meu caro general

Recebi seu telegrama e agradeço-lhe de coração o que tem feito para que a nossa [...] possa mostrar-se diante de suas irmãs mais cívica e brilhante do que mostrou-se em Agosto do ano passado; pelo que não cessam de admirá-la.

Anteontem discutiu-se a lei de forças, que continua hoje na ordem do dia, proferi um discurso auxiliado pelas conversas que várias vezes temos tido sobre as coisas do Exército, que causou grande impressão aos próprios membros da Comissão de Guerra, que apesar de oficiais (Estado Maior) não passam de verdadeiros paisanos fardados. O resumo desse discurso deve sair hoje no Diário do Rio, que as toma [...], ainda que não venham as idéias com seu desenvolvimento. V. Ex.<sup>a</sup> se quiser ver um pouco mais ou menos o que disse eu, pode mandar buscar o Diário de hoje (20) à minha casa. A 21 de abril encerra-se o Parlamento que deve ser reaberto a 3 de Maio, e por isso é provável que a 5 de Abril eu embarque para aproveitar o intervalo e trazer a família no vapor que daqui saiu a 20 e que deve voltar no princípio do mês em que se abre de novo o Parlamento. Tenho demais disso necessidade de assistir ao enceramento dos nossos trabalhos provinciais, pois no fim ainda se pode talvez fazer algo. Moro fora

da cidade enquanto dura a febre, de modo que nem tenho tempo para rever os discursos, tenho nada menos do que 14 por publicar. Se não fossem os resumos do Diário não se saberia o que eu disse, mas o trabalho é constante para a oposição que é obrigada a estar a postos todos os dias e perder o tempo. Sem outro assunto, e com medo que esta fique em terra, asseguro-me

De V.Ex.<sup>a</sup> patricio  
am.<sup>o</sup> e adm.<sup>or</sup>  
G. Silveira Martins

P.S.: Apesar da nulidade de Uruguaiana, cumpre que os eleitores também respondam a Mauá, pois nele votaram, e ele fala nisso.

20 de março de 73

Lembranças ao Camargo.

\*\*\*

Meu caro General

Aqui cheguei e acho-me quase de todo restabelecido apesar das lutas da tribuna de que o dever de oposicionista impede-me de afastar.

Somos poucos e *mal montados* e nem todos *puxam parelho*, como dizem os nossos bons patricios; sou, portanto, obrigado a fazer muitas vezes o que meu estado de saúde não permite.

O ministro reuniu o conselho de Estado pleno, e consta haver decidido a questão religiosa contra os bispos; todavia parece-me que o negócio não ficará nisso porque os homens de mitra recalcitram sem ambicionar, no entanto, a *palma do martírio* que a época em que vivemos não comporta, como coisa bárbara e injusta que é, mas talvez não escapem de *suspensão*.

O Costa Pereira<sup>(1)</sup>, junto com a Comissão de Obras Públicas, entendeu-se com a deputação do Rio Grande sobre a estrada de ferro e como aceita o projeto que apresentei, e *mais* o que nós aí queríamos conceder ao Ewbank<sup>(2)</sup> acedi aos seus desejos depois de haver garantido os direitos do Ewbank, pois em vez de uma estrada teremos duas desde logo. O governo, para não copiar a oposição, veio ao encontro de nossas pretensões, e dá-nos o que pedimos hoje, e aquilo que nos reservávamos para pedir depois da concessão da Assembléia Provincial. Melhor!

Tenho para mim que esta notícia enche-lo-á de contentamento, porque parece-me fora de dúvida que teremos a garantia de juros sobre os 40 mil contos. O *norte* está aterrado, mas como seus deputados foram feitos para votar com o governo fá-lo-ão calados.

Aceite lembranças de minha Senhora e cumprimento por mim a Exma. Viscondessa, podendo como sempre dispor de quem é

De V. Ex.<sup>a</sup> patricio e dedicado am.<sup>o</sup>  
G. Silveira Martins  
Rio 5 de junho de 73

Notas:

- (1) José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Ministro da Agricultura e Obras Públicas.  
(2) Engenheiro José Ewbank da Câmara

\*\*\*

Exmo. amigo e Sr. Visconde

Cheguei, e dei uma batalha. Ataquei a promoção do Fontes, que produziu celeuma, mas mereceu o aplauso do Severiano e de **todos os oficiais com que tenho falado**. Ataquei Vitorino<sup>(1)</sup>, isto é as suas loucuras, e o Carvalho de Moraes<sup>(2)</sup>; prometeram-me tirá-los se eu não os atacasse, respondi que cada um fizesse o seu dever, que os atacaria e se os conservassem tanto pior para eles e melhor para nós. O Paranhos<sup>(3)</sup> defendeu-os mas depois dirigiu-se a mim e disse-me em particular, que, com efeito, o presidente era homem **apreensível** e que **não teríamos ocasião de desembainhar a espada contra ele**, pois ia remediar, entendi que o removia, pois isso me havia dito o Paranhos F.<sup>o</sup><sup>(4)</sup>. Apesar de tudo não me satisfação com palavras, e se não fizeram já, e já, dou a denúncia contra o homem. O governo vai indo, mas com tal desmoralização que pode-se dizer que depois dele só os liberais: os conservadores clamam contra o Imperador, que dizem sustentar o Paranhos para estragar tudo e entregar o governo aos adversários. Na Bahia, o partido governista chegou à última desmoralização, e os deputados são unânimes em confessar que não podem aparecer nas ruas daquela cidade, onde de todos os lados ouvem gritos de **patoteiros, fora patoteiros**.

Que diferença das práticas nossas aí, onde o governo é o único patoteiro.

O procedimento do Timóteo<sup>(5)</sup> na Assembléia não causou aqui menos admiração dos amigos do que aí: ele perde num dia tudo quanto ganhou em 15 anos, mas o que mais admira-me foi ouvir do Dr. Pio<sup>(6)</sup>, do Rio Grande, estas palavras: ele nunca enganou-me.

Eu porém prezo-me de conhecê-lo, e se é verdade que ele nunca mereceu (falo politicamente) o conceito de que gozava, pois foi sempre fraco **tirando a patoteiro**, também não merece hoje a execração que lhe votam, pois é (de idéias) sinceramente liberal. Finge modéstia que não tem e é no fundo pretensioso e até invejoso, mas apesar da hipocrisia tem distintas qualidades.

Cumprimente por mim aos amigos e recomendo-lhe a leitura dos artigos do **governo e dissidência** no Jornal do Comércio a respeito de meu discurso, artigo que lhe não remeto porque escrevo esta à última hora, da casa do Martinho, fora da cidade, onde [...].

Dê suas ordens a quem é

De V. Ex.<sup>a</sup> patricio e amigo do C.,

G. Silveira Martins

[Nota a lápis:] recebida a 14 de junho.

Notas:

- (1) Gen. Vitorino José Carneiro Monteiro, Barão de São Borja, Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul.  
(2) Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, Presidente da Província.  
(3) José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, então 1.<sup>o</sup> Ministro.  
(4) José Maria da Silva Paranhos Filho, mais adiante Barão do Rio Branco.  
(5) Dr. Timóteo Pereira da Rosa, deputado provincial e prócer liberal.  
(6) Dr. Pio Ângelo da Silva, líder liberal de Rio Grande.



Meu caro Visconde

Escrevo-lhe para dizer-lhe que estou bom e que o ministério está muito doente, mas vai durando porque não acha substituto.

Tenho afrouxado um pouco a oposição porque entendo que desde que o governo entra em via de concessões, não é prudente nem hábil mover-lhe guerra como se fosse uma *potência*.

Espero que o Portinho<sup>(1)</sup> seja reintegrado; que o Vitorino<sup>(2)</sup> seja mudado; e que nos concedam 40 mil contos para as 2 estradas ao mesmo tempo — a do Sul e do Norte<sup>(3)</sup> e não é quando a maioria da Câmara clama contra o governo por fazer concessões à oposição (por medo) que nos havemos de mostrar intratáveis e ingratos, com prejuízo da nossa Província e de nossos amigos. Parece-me que seria isso inépcia.

No entanto dir-me-á o que pensa a respeito.

Dê-me suas ordens e como sempre disponha de quem é

De V. Ex.<sup>a</sup> patricio e amigo muito obr.<sup>o</sup>,

G. Silveira Martins

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1873

**Notas:**

(1) Provável referência ao gen. José Gomes Portinho.

(2) Gen. Vitorino José Carneiro Monteiro.

(3) Discutia-se, na época, sobre o traçado mais conveniente para as estradas de ferro estratégicas do Rio Grande do Sul.

\*\*\*

[1874]

Exmo. am.<sup>o</sup>

Recebi a sua carta e agradeço. Meus cumprimentos. A recomendação que fez a Taunay<sup>(1)</sup> foi satisfeita, segundo deu-me parte. O Conde<sup>(2)</sup> chegou, e pouco falamos na Câmara onde só foi prestar juramento e retirou-se; ainda não o procurei porque acha-se hospedado em casa do Mauá, mas disse-me que ia ver casa. Sobre o ministério V. Ex.<sup>a</sup> diz a verdade, mas não haverá remédio senão retirar-se, visto como nada pode fazer de bom; só se não duvidar arriscar o Pedro 2.<sup>o</sup>, que perdeu todo o brio e ajuda o Paranhos às escâncaras. O Abaeté<sup>(3)</sup> que deixou a presidência do Senado falou e para ele voltaram-se todos os olhos, pois apresenta-se como um futuro organizador de gabinete.

Posso assegurar-lhe que o único embaraço à queda do ministério é a ascensão dos liberais: os conservadores julgam ser este o último gabinete da situação, e o imperador parece querer matá-los para o ano, só para não dissolver a Câmara, pois serão *três* dissoluções seguidas. Como quer que seja, dentro de dois meses estará tudo decidido, veremos então o que se há de fazer.

Pondo remate a esta peço-lhe que me dê sempre suas ordens como quem é

De V. Ex.<sup>a</sup> am.<sup>o</sup> dedicado e patricio  
agradecido

G. Silveira Martins.  
Rio 24 de junho de 74.

Notas:

- (1) Provável referência a Alfredo d'Escagnolle Tauny.
- (2) O Conde de Porto Alegre, Manoel Marques de Souza, também deputado geral.
- (3) Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté.

\*\*\*

Exmo. amigo

Aí vai a chapa. O Flores<sup>(1)</sup>, que queria entrar nela, para depois em vez de ir às sessões, viajar para o Caí, propôs que entrassem todos os deputados gerais, e fez questão até para que entrasse o Porto Alegre<sup>(2)</sup>, que recusou teimosamente aceitar o cargo, por ter de retirar-se para sua fazenda logo de chegada.

Entrou o Brusque<sup>(3)</sup>, depois de eu mostrar-lhes que não podia entrar no 2.º distrito, para o qual os homens estavam dispostos a fazer chapa, sem que o General Osório lhes tivesse dito nada!! Depois de convencê-los que nada tínhamos a fazer sobre o 2.º, cuja chapa deve estar feita pelo Marquês<sup>(4)</sup>, pelo princípio apresentado pelo Flores foi incluído o Brusque. O princípio é bom e verdadeiro quando os deputados querem os lugares para trabalhar e não para usufruir.

No dia seguinte à confecção da chapa, isto é, ontem, lembrei-me do filho do Leitão<sup>(5)</sup> do Rio Pardo, que aquele colégio parece-me, apresentava; o Flores propôs logo a eliminação do Werna<sup>(6)</sup>, mas não estávamos todos reunidos, e eu fiquei de escrever-lhe para que aí no teatro da ação decidam os negócios conforme as maiores conveniências do partido e da idéia, certo de que pode excluir com a maior franqueza o meu nome para a entrada ao de qualquer amigo, que convenha. Recebi a sua carta, e de tudo estou inteirado. Verá do Jornal do Comércio o que sobre os negócios da guerra disse; boas descomposturas me há de custar do Alemão<sup>(7)</sup>, porém serão injustas, porque tudo quanto disse é verdade e melhor que eu poderá V. Ex.<sup>a</sup> julgar.

Os telegramas sobre Maurer<sup>(8)</sup> foram um grande recurso e de efeito surpreendente. O governo arrasta-se fazendo todas as infâmias para conservar-se nas pastas, onde já não podem servir o país.

Amanhã tomarei o Carvalho de Moraes<sup>(9)</sup> à minha conta, no orçamento do Império. Não há hoje quem não diga, que inepto igual nunca foi mandado governar províncias. No 1.º vapor dar-lhe-ei conta circunstanciada de tudo que ocorrer, e por hoje tenho a honra de assinar-me

De V. Ex.<sup>a</sup> patricio e am.<sup>o</sup> do C.,  
Silveira Martins

[Carta não datada, mas que seguramente é de 1874, tendo sido recebida pelo Visconde de Pelotas em 3 de agosto, segundo anotação do seu punho].

Notas:

- (1) Dr. Luíz da Silva Flores.
- (2) Conde de Porto Alegre.
- (3) Francisco Carlos Araújo Brusque.

- (4) Referência ao Marquês do Herval, título do General Osório.
- (5) Provavelmente João de Freitas Leitão, amigo do Visconde de Pelotas.
- (6) Jornalista Miguel de Werna e Bilstein, ainda liberal a esse tempo; mais adiante passaria para o Partido Conservador.
- (7) Possível referência ao jornalista alemão Carlos Von Koseritz.
- (8) João Jorge Maurer, o "mucker" de São Leopoldo.
- (9) Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, então Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

\*\*\*

[1875]

Meu caro General

Há-de pelos jornais saber do que por cá tem havido.

Ainda cheguei a tempo de descobrir os negócios do Paranhos<sup>(1)</sup> com o Mauá<sup>(2)</sup>, e somente para servir amigos como o Martinho<sup>(3)</sup> e Otaviano<sup>(4)</sup> resignei-me a tratar disso depois da suspensão de pagamentos, pois asseguram-me que teria isso lugar em 5 ou 6 dias, e assim foi. O Ministério passou e continua a passar pelos maiores dissabores, mas parece-me que a vergonha fugiu da face da terra do Brasil; o Imperador continua a sustentá-lo apesar de haverem pedido demissão Rio Branco, João Alfredo, Junqueira, Duarte, e esses homens que se julgam impossibilitados obedecem e são ministros! Veja V. Ex.<sup>a</sup> que patriotismo dos homens e que sinceridade a do Imperador! S. Magestade defende-se que por ora não pode chamar os liberais por não haver passado a reforma e os orçamentos; e que outro ministério conservador será ainda mais fraco do que o atual.

O Martinho anteontem num enérgico discurso, disse que havíamos chegado aos termos do governo d'Isabel de Espanha; o Zacarias<sup>(5)</sup> de novo declarou não, que não queria ser ministro como a 1.<sup>a</sup> vez, mas que não seria mais ministro no país!

Soube ontem, às 11 horas da noite, que o Porto Alegre<sup>(6)</sup> achava-se bastante enfermo, com vômitos, etc., são ainda 6 horas da manhã, por isso não posso dizer-lhe como vai ele. O Jaguarão<sup>(7)</sup> chegou a final, e o Junqueira<sup>(8)</sup> promete-me mandá-lo render o Vitorino<sup>(9)</sup> no comando das armas. Deste marreco apanhei uma carta, convocando amigos para *remodelar* o partido conservador, e dizendo que se acham no mesmo empenho o Presidente<sup>(10)</sup> e Chefe de Polícia. Do 1.<sup>o</sup> não sei, mas do Chefe é verdade pois tenho documento mais ou menos igual. Dirijo-me ao Presidente para saber isso como é; aqui já mostrei ao Duarte<sup>(11)</sup> que manifestou descontentamento porque no estado precário em que se acha o governo precisa de muita benevolência.

Em todo o caso, são uns patifes, que querem por força poder, muito embora a nação não os queira.

A lista de Senador, parece-me que terá de ser sêxtupla, e nesse caso ficarão todos contentes, menos V. Ex.<sup>a</sup>, que ainda que seja tripla, terá de fazer o sacrifício de entrar nela, quer queira quer não. Quem dá os votos não pede licença. Quero dizer o povo é soberano, e um patriota como é o Visconde de Pelotas não pode fazer coisa que não seja muito digna do povo rio-grandense, de que é uma

glória. E a coisa mais agradável que se pode fazer a um soberano é obedecer-lhe.  
Dê V. Ex.<sup>a</sup> suas ordens a quem é

De V. Ex.<sup>a</sup> am.<sup>o</sup> obr.<sup>o</sup> e patricio dedicado de C.,  
G. Silveira Martins

Rio, 3 de junho de 1875

Hoje vou querer dia e hora para interpelar o Paranhos sobre a questão Tejedor. O negócio foi desgraçado. O argentino tratou o governo como este mercia, mas a nossa Pátria ficou envergonhada.

Notas:

- ( 1 ) José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, então chefe do gabinete, na iminência de retirar-se.
- ( 2 ) Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá.
- ( 3 ) Martinho de Campos, deputado por Minas Gerais.
- ( 4 ) Francisco Octaviano de Almeida Rosa, deputado pelo Rio de Janeiro.
- ( 5 ) Zacarias de Goes e Vasconcelos, deputado pela Bahia.
- ( 6 ) Conde do Porto Alegre, Manoel Marques de Souza, então deputado geral, e que viria a falecer em 18 de julho do mesmo ano.
- ( 7 ) Barão de Jaguarão, José Auto da Silva Guimarães.
- ( 8 ) João José de Oliveira Junqueira, então Ministro da Guerra.
- ( 9 ) General Vitorino José Carneiro Monteiro.
- (10) O presidente da Província era, então, o Dr. José Antônio de Azevedo Castro.
- (11) Provável referência a Manoel Antônio Duarte de Azevedo, Ministro da Justiça no gabinete do Visconde do Rio Branco.

\*\*\*

Meu caro General

Esta tem por fim cumprimentá-lo, pois de política nada há de novo, senão o que é velho — que tudo é precário e vacilante e nenhum dos ministros têm fé no dia de amanhã, apesar da quase unanimidade que tem por causa da eleição a que se vai proceder. Os próprios ministros se dizem — de transição. O Caxias muito amável e muito meu camarada mostra-se agradecido pelas atenções que com ele usei, e a que decerto ele tinha direito. Falou-me em V. Ex.<sup>a</sup> com muito elogio, mas publicamente nada disse do Vasco Alves, Bento Martins e J. Antônio Martins, a quem referi-me num discurso, e que em particular confessou-me os homens de préstimo e influência na fronteira para acudir em qualquer emergência à defesa do Estado.

Prometeu tomar providências sobre a interferência do Vitorino(\*) na política, mas afinal nada fará.

Dê suas ordens a quem muito deseja cumpri-las, e anda cheio de saudades de experimentar fortuna numa batalha de xadrez.

De V. Ex.<sup>a</sup> am.<sup>o</sup> muito e muito obr.<sup>o</sup>  
G. Silveira Martins  
Rio 4 de agosto de 1875

Notas:

- (\*) Gen. Vitorino José Carneiro Monteiro, então Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul.

[1876]

Exmo. amigo e Sr. Visconde

No Rio Grande soube de sua marcha para a Corte; não gostei: o tempo é mau e V. Ex.<sup>a</sup> não está aclimado. Recomendo-lhe, pois, como amigo, a residência fora da cidade. O respirar de noite bom ar no campo remedia os ares insalubres respirados durante o dia na cidade. Cheguei no dia 6 a esta nossa Porto Alegre e no dia 7 fui ver sua exma. família com o Camargo<sup>(1)</sup>; achamos, à tarde, tudo fechado, pelo que não tivemos o gosto de ver a Sra. Viscondessa, que sei estar boa, porque ontem encontrei com uma preta de casa, que deu-me notícias, dizendo que V. Ex.<sup>a</sup> já havia telegrafado do Rio.

Amanhã irei de novo vê-la e oferecer-lhe os meus serviços. Achei em toda a parte as coisas políticas no melhor pé. Em Piratini só não me parecem boas. Em fevereiro volto para chegar até Alegrete, Uruguaiana e São Borja. O Osório<sup>(2)</sup> bom e disposto.

Sem outro assunto, tenho a satisfação de assinar-me

De V. Ex.<sup>a</sup> patricio e am.<sup>o</sup> do C.,  
G. Silveira Martins.

Porto Alegre, 9 de janeiro de 76

**Notas:**

- (1) Provável referência a Antônio Eleutério de Camargo
- (2) Idem, idem ao General Osório.

\*\*\*

[1877]

Exmo. amigo e Sr. Visconde

Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> o nosso correligionário e distinto engenheiro, Miguel Bournier, que para aí segue.

É um cavalheiro digno da maior estima, e digno, portanto, que V. Ex.<sup>a</sup> o honre com a sua amizade. O que por ele fizer será por mim considerado feito à pessoa que tem a honra distinta de assinar-se

De V. Ex.<sup>a</sup> patricio e amigo obr.<sup>o</sup> e devotado,  
G. Silveira Martins

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1877

\*\*\*

Exmo. am.<sup>o</sup>

Estimo antes de tudo a sua boa saúde, e dou-lhe os parabéns por vermos realizados os nossos votos: o Cabo Velho<sup>(1)</sup> no Senado.

Na primeira eleição senatorial havemos ter [SIC] a honra de levar o nome de V. Ex.<sup>a</sup>, quer queira quer não queira, pois tais são as conveniências do nosso partido e do nosso país.

Ontem concluímos a discussão oral dos negócios eleitorais do Rio Grande em comissão; a Câmara tem uma feição tão partidária e reatora, que duvido da anulação de muitos dos que nos são favoráveis; felizmente não poderão depurar nenhum dos eleitos, nem influir sobre a Assembléia Provincial porque temos os diplomas e somos os verificadores dos nossos próprios poderes. A fúria partidária da Câmara, porém, longe de manifestar força no partido dominante, é indício de sua fraqueza, pois entre os mesmos membros da maioria é corrente a opinião de que esta Câmara não chegará ao fim e será dissolvida pelos liberais.

Não faz idéia, meu caro amigo, do desconceito em que tem caído tudo!

Não é governo, é negócio que fazem os ministros nas suas pastas. O nosso duque<sup>(2)</sup> é puramente pai de família, e José Bento<sup>(3)</sup> enriquece os filhos, que são os corretores dos empregos, o Diogo<sup>(4)</sup> e o Tomás<sup>(5)</sup> fazem o que lhes ordena o Paulino<sup>(6)</sup>, o Cotegipe<sup>(7)</sup> trata de pagar as dívidas, que subiam a 700 contos, com a Fazenda, em que está, e com a Marinha, em que se acha o seu patrício Franco<sup>(8)</sup>!

No fim de contas sairemos triunfantes, mas em que estado nos deixarão o país? E o que poderemos fazer depois de endividados dum modo insolúvel como Buenos Aires ou Montevidéo? O procedimento de J. de Direito de Uruguaiana não me surpreendeu, eu o esparava, porque sei, como procedeu com o Brigadeiro Astrogildo<sup>(9)</sup>; digo-lhe em reserva, que só espero que se abra a Câmara para embarcar para lá pelo Rio da Prata. Um tal amigo como o Barão de Ijuí<sup>(10)</sup> tem direito a todos os sacrifícios de seus correligionários. Eu aqui não farei falta, e tenho 8 meses para dizer tudo quanto quizer. O governo está com medo de mim, e mandou-me em segredo pelo Peçanha, secretário do Cotegipe, perguntar quem queria para Presidente do Rio Grande, uma vez que não fosse um liberal partidário, — eu respondi-lhe que ficava contente com o Jaguarão<sup>(11)</sup>, que já era general das armas, e podia como outros ser também Presidente.

O Peçanha não fez boa cara, e pediu-me outro nome, contestando as habilitações do General; eu mostrei-lhe que não apreciava devidamente a prudência e o tino do Barão, de quem aliás o governo tinha provas durante o tempo que comandou no Paraguai, mas fiquei de pensar noutro; para falar a verdade, esta gente não tem um homem capaz para tal cargo, e eu não encontro um só que seja leal e honrado. O que for participar-lhe-ei pelo telégrafo. Rogo-lhe que me dê suas ordens, pois tenho honra em assinar-me

De V. Ex.<sup>a</sup> patrício muito dedicado e

obrigadíssimo cr.<sup>o</sup>

G. Silveira Martins

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1877

P.S.: Lá para 25 teremos Câmara

Notas:

(1) Referência ao general Manoel Luís Osório, conduzido ao Senado do Império em 1877.

(2) Alusão ao Duque de Caxias, 1.<sup>o</sup> ministro na ocasião.

(3) José Bento da Cunha e Figueiredo, Ministro do Império.

- ( 4 ) Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Ministro da Justiça.
- ( 5 ) Tomás José Coelho de Almeida, Ministro da Agricultura e Obras Públicas.
- ( 6 ) Paulino José Soares de Souza, deputado e líder do Partido Conservador.
- ( 7 ) João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, Ministro da Fazenda.
- ( 8 ) Luís Antônio Pereira Franco, Ministro da Marinha.
- ( 9 ) Provavelmente o Brigadeiro Astrogildo Pereira da Costa.
- (10) General Bento Martins de Menezes.
- (11) General José Auto da Silva Guimarães, Barão de Jaguarão.

\*\*\*

Exmo. amigo e Sr. Visconde

Por ora nada lhe posso dizer sobre política senão que a que está, como está, não continua, mas teremos coisa parecida. O Caxias(\*) não aparece, só o Cotegipe algumas vezes. A desmoralização do governo não pode ser maior, mas os conservadores que tanto mal lhe querem, não se atrevem a matá-lo com medo do futuro.

Sobre Presidente no primeiro vapor dir-lhe-ei o que há, visto haver eu recusado todos os que foram convidados até hoje, a menos que esta noite não resolvessem para sair publicada a notícia amanhã, dia da partida do vapor. A Câmara tem-se mostrado *selvagem* na verificação de poderes, e quase que lhe posso anunciar que Santo Ângelo, Encruzilhada, Piratini, Rio dos Sinos serão anulados, e Taquari e São Borja dados aos conservadores. São Borja é um escândalo porque Poconé, no Mato Grosso, Tocantins, no Pará, Brotas, em São Paulo, estão no mesmo caso, e a Câmara aprovou por serem conservadores, e São Borja está condenada por ser liberal.

Eu, porém, ainda não me dou por vencido, e trabalho para obter resultado contrário. Pelas nossas batalhas de xadrez, sabe V. Ex.<sup>a</sup> que nunca perco a esperança, pois mais de uma vez levei contra a torre um pião da rainha. Infelizmente, estes animais da Câmara não jogam xadrez.

Meus cumprimentos à Exma. Sra. Viscondessa e V. Ex.<sup>a</sup>, como sempre, dê suas ordens a quem muita honra tem em assegurar-se

De V. Exa. patricio, amigo obrigado e admirador

G. Silveira Martins

Rio 23 de janeiro de 1877

Nota:

(\*) O Duque de Caxias era, então, o presidente do Conselho de Ministros; Cotegipe, o seu Ministro da Fazenda.

\*\*\*

Exmo. amigo e Sr. Visconde

Apesar da comissão de 9 membros que verifica os poderes dos deputados pronunciar-se unanimemente a favor da eleição de Santa Ana do Livramento e pela nulidade da de Encruzilhada e Rio dos Sinos, a Câmara anulou aquela e validou esta contra nós, dizendo-nos alguns deputados que assim procediam para dar força moral ao seu partido quase destruído no Rio Grande!!!

O que eles querem é tomar conta da Assembléia Provincial; o Betancourt(\*) foi até trabalhar para entrar nela o Alemão, entrada que ainda há pouco considerava vergonhosa! É portanto preciso cortar-lhes as vozes e por isso rogo a V. Exa. com maior empenho fazer reunir o diretório, e convidar a todos os deputados liberais que não faltem no dia 1º de março, pois eu aí estarei infalivelmente; para provar-lhes que a Assembléia Provincial é soberana, e não mera executora dos escândalos da Câmara dos Deputados em verificação de poderes.

Hoje presto juramento e verei a feição da Câmara para dar-lhe notícia circunstanciada no 1º correio.

Sempre à disposição de V. Exa., tenho a maior satisfação em assinar-me  
De V. Exa. amigo obrigado e dedicado patrício

G. Silveira Martins

Rio 3 de fevereiro de 1877

Nota:

(\*) Provável referência a José Bernardino da Cunha Bitencourt, um dos líderes rio-grandenses do Partido Conservador.

\*\*\*

Meu prezado amigo

Foi com uma torrente de lágrimas que li sua carta, tal foi a comoção que tomou-me ao saber que estava salvo.

Tenho vivido tão triste que até a política causava-me tédio e aborrecimento — principalmente quando me lembrava que o nosso triunfo está próximo me era insuportável a idéia de vê-lo desaparecer da pátria antes de poderem seus amigos honrá-lo e distingui-lo como V. Exa. merece e eles desejam.

Por isso não lhe escrevia. E de fato para quê? Que podia eu dizer-lhe? Em que estado o encontraria a minha carta? As notícias que daí me vinham eram todas desesperadas; eu não podia vê-lo, nem ajudar a cuidá-lo de noite; limitava-me a lamentar a sorte de nosso partido e da nossa pátria, e não lhe escrevia com receios de afligi-lo no estado melindroso em que se achava com as notícias das misérias do país, que, sem violar as conveniências, não podia deixar de transmitir a um cidadão que tanto se interessa pela causa pública. A Adelaide, coitada, vivia aflita, e pedindo-me para eu ir buscá-lo, sem atentar que lhe era impossível embarcar. Agora sim talvez seja possível, e o Sinimbu falando comigo para escrever-lhe sobre esse ponto, a Adelaide pediu que ele escrevesse o que me dizia, coisa que foi imediatamente feita, como verá pela carta, que esta acompanha. Ele só diz-me, ponha-me o Câmara aqui, e eu respondo por tudo o mais; ele tem tudo preparado com o Barão de Nova Friburgo, moço solteiro, meu antigo colega, homem riquíssimo que habita um Palácio na terra de que tem o título. Se puder embarcar, faça-me um telegrama, que eu irei para trazê-lo, só pelo gosto de acompanhá-lo, pois enfermo como se acha precisa de amigos dedicados a bordo. Logo que possa não deixe de fazer o que lhe recomendo; muito pior esteve o nosso amigo Dr. Tomás Rodrigues Pereira, 20 anos, e ficou bom e ainda vive hoje.



Só lhe peço que não se desmante na comida, mas tome em pequena quantidade alimentos fortificantes. O leite, segundo me recorda, faz-lhe mal, mas é porque o tomava cozido, não quente tirado da vaca, como se usa na Campanha.

Seus meninos vão bem, e passam por modelos na escola; é sempre uma consolação. A Adelaide junta o seu, ao meu convite, e muito se lhe recomenda, e à Sra. Viscondessa; e V. Ex.<sup>a</sup> dê suas ordens a quem é seu patrício e amigo do C., muito e muito agradecido

G. Silveira Martins

Rio, 24 de junho de 1877

\*\*\*

Meu caro Visconde

As suas melhoras causam em todos os nossos amigos, principalmente no nosso Cabo Velho<sup>(1)</sup>, extraordinária alegria. A Adelaide está satisfeitíssima, e eu radiante.

Estou ansioso por agosto para ter o prazer de vê-lo e abraçá-lo. Vi o que pensa a respeito da promoção. O Florêncio<sup>(2)</sup> foi aqui imensamente leviano mandando escrever tolices na Reforma sob pretexto de que V. Ex.<sup>a</sup> lhe dissera que **doente** como se achava não poderia resistir a uma **desfeita** como considerava a promoção do Vitorino. Lá fui advertir os companheiros, que nada mais dissessem porque eu ia tratar do negócio na lei de forças, e que lhe faziam uma injúria supondo capaz de morrer de despeito um que viveu esquecido tantos anos na mocidade, e que morreria quando muito coronel se a fortuna lhe não houvesse depurado uma ocasião para provar seus distintos talentos militares. A asneira do Florêncio teve uma vantagem, — foi a defesa do governo, que realmente é um compromisso para ele; dela resulta a injustiça da promoção.

Mas, meu caro amigo, não viu o Salustiano<sup>(3)</sup> preferido ao velho Mallet<sup>(4)</sup> o Severiano<sup>(5)</sup> (aliás bom) preferido ao Gama<sup>(6)</sup> que é melhor, mais inteligente e mais antigo? E o Carlos de Lima<sup>(7)</sup> que nunca foi à guerra, preferido ao José Tomé que fez toda a campanha do Paraguai com distinção! E a nomeação de T. Coronel para o Francisco de Lima, o **do soldado**? É realmente a lamentar-se que seja isto obra do Duque de Caxias, o homem mais graduado do exército!

Na lei de forças hei de deixar o velho tonto; está muito patoteiro — o Exército não tem partido e o Caxias é um partidário, que explora o espírito do partido a favor da família em prejuízo da causa pública. Meu caro amigo, fique bom depressa e venha. O ministério, ou antes a situação é um cadáver; na interpelação de antes de ontem o Cotegipe afundou. No 1.<sup>o</sup> vapor terá o meu discurso, que já mandei para o Jornal. Alguns tolos exagerados dizem que eu auxiliei o ministro só porque não fui instrumento de suas vinganças, e não dei-lhe descompostura. V. Ex.<sup>a</sup> verá que fui muito mais severo do que o Alvim, ainda que menos insultuoso. Os conservadores, se o contrário dizem, é porque nisso têm interesse. V. Ex.<sup>a</sup> sabe como mente aí o alemão? Pois aqui o programa é o mesmo. Saudades da Adelaide<sup>(8)</sup> a toda a sua exma. família, e V. Ex.<sup>a</sup> de suas ordens a quem todo seu

de C.,  
G. Silveira Martins.

Rio 17 de junho de 1877

NOTAS:

- (1) Apelido afetuoso dado ao General Osório.
- (2) Deputado Florêncio de Abreu e Silva, também liberal.
- (3) Salustiano Jerônimo dos Reis, promovido a Marechal de Campo em 27/06/1877.
- (4) Emílio Luiz Mallet, Barão de Itapevi.
- (5) Severiano Martins da Fonseca, promovido a brigadeiro em 27/06/1877.
- (6) Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça, Barão de Batovi.
- (7) Carlos Frederico de Lima, promovido a tenente-coronel em 05/07/1876.
- (8) Nome da esposa de Silveira Martins, Adelaide Coutinho.

\*\*\*

Meu prezadíssimo amigo

Recebi a sua carta escrita por seu próprio punho. Fiquei como pode imaginar satisfeitíssimo por ver o bom estado em que se acha, e *zangadíssimo* por ver que o amigo abusa, e faz esforços que podem prejudicá-lo.

É prudente não continuar. Estou ansioso por vê-lo aqui; tenho convicção que a mudança de clima será de efeito maravilhoso para o seu restabelecimento.

Em política, até a chegada do Imperador nada haverá, mas estou convencido que tão depressa chegue o *donos da casa* o ministério será mudado.

Não pode um governo estar mais desacreditado do que está o atual; e se dura é somente pelo compromisso escandaloso travado com o Imperador.

Que patriotismo de homens e de rei?

Logo que se der mudança hei de telegrafar-lhe; portanto, enquanto não suceder fique sabendo que não há nada. Muitos cumprimentos de Adelaide a V. Ex.<sup>a</sup> e exma. família, e dê suas ordens a quem é

De. V. Ex.<sup>a</sup> patrício e amigo do C.,  
G. Silveira Martins.

Rio 17 de agosto de 77

\*\*\*

Meu caro General

Ontem a chuva impediu-me de ir visitá-lo; hoje as atrapalhões do embarque não consentem que eu vá abraçá-lo e dizer-lhe adeus até março ou antes; é a razão por que escrevo-lhe esta, que é uma visita e uma despedida por alguns dias.

Vou até Bagé para onde pode mandar suas ordens a quem tem a honra de assinar-se

De V. Ex.<sup>a</sup> patrício e amigo do C.,  
G. Silveira Martins.

S/c [sua casa], 27 de novembro de 1877

[1878]

Querido General

Não lhe posso ainda escrever longamente, o que farei daqui a dias. Recomendei ao Marcondes(\*) que o ouvisse sobre todos os amigos. Esta é a única carta que tenho escrito depois que daí vim, e faço-a só para pedir-lhe notícias de sua saúde.

De V. Ex.<sup>a</sup> amigo dedicado,  
G. Silveira Martins

3 de abril de 1878

Nota:

(\*) Dr. Américo de Moura Marcondes de Andrade, nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul em 30 de janeiro de 1878; empossado em março do mesmo ano.

\*\*\*

Meu caro amigo

Já deve saber pelo telégrafo que a G.N.<sup>(1)</sup> da Fronteira foi reorganizada. Ainda não foram publicadas todas as nomeações, mas os serão no próximo domingo e no seguinte. Criamos o Comando Superior de Itaqui, sendo para o cargo nomeado o Coronel Lima (Francisco Rodrigues). Para a restante G. Nacional deve vir a proposta do presidente com quem pode entender-se V. Ex.<sup>a</sup>; eu, porém, para adiantar o expediente fui pondo logo para fora o Feliciano Dias, de Santa Maria e São Martinho. O sucessor não é o que pediu o Portinho<sup>(2)</sup>, foi o que exigiu o Valença (indicado pelo Portinho) fazendo questão da amizade que lhe eu votava.

Os candidatos, além dos 4 que foram deputados, devem ser Camargo<sup>(3)</sup> e Henrique D'Ávila, no caso que V. Ex.<sup>a</sup> continue com a sua teima de não querer sê-lo; se, porém concordar comigo, deve ficar excluído o Ávila, que nada exigiu, e entrar V. Ex.<sup>a</sup>, que deve suceder na pasta da Guerra ao General Osório, que só fala em safar-se e deixar-lhe a prebenda. O Philippe<sup>(4)</sup> está Alferes; o Polydoro<sup>(5)</sup> não o pôs na proposta, mas eu reclamei, e o General imediatamente atendeu, dizendo que o exército estava cheio de oficiais *canalhas*, e pela *raça* se devia também escolher a oficialidade, para regenerar o exército. O vapor vai partir, e eu escrevo-lhe estes garranchos.

De V. Ex.<sup>a</sup> amigo do C.,  
G. Silveira Martins

Rio, 17 de Maio de 1878

Notas:

(1) Guarda Nacional

(2) José Gomes Portinho.

(3) Antônio Eleutério de Camargo.

(4) Felipe Pinheiro Corrêa da Câmara, filho de Visconde do Pelotas; o missivista grafou o seu nome com *Ph* por engano.

(5) General Polydoro Quintanilha Jordão.

[1880]

Exmo. amigo

Segundo lhe deve ter dito o Camargo<sup>(1)</sup>, o Ávila<sup>(2)</sup> avisou-me que veio a G.N. de Cachoeira e Caçapava, com o competente mapa, neste vapor. Portanto, está V. Ex.<sup>a</sup> habilitado para reclamar do Dantas<sup>(3)</sup> prontidão.

A gente do Rio Grande está também alarmada com o negócio da estrada de ferro, e, como tenham vindo os papéis, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que reclame do respectivo ministro uma decisão qualquer que desengane aquela gente. O concessionário diz que não pede favor, que só quer justiça. Não há pedido mais razoável. Os interesses da nossa terra se correm por conta de todos que apóiam o governo, cabe [SIC] debaixo da mais imediata responsabilidade de V. Ex.<sup>a</sup> que é governo, muito embora não corra o caso pela sua pasta, como não corria pela minha quando foi concedida.

O médico proibiu-me ainda hoje vir ao Senado, e realmente passei mal o dia.

De V. Ex.<sup>a</sup> amigo e colega muito obrigado

G. Silveira Martins

S/c [sua casa], 5 de novembro de 1880

Notas:

- (1) Antônio Eleutério de Camargo, deputado geral em 3 legislaturas.
- (2) Henrique D'Ávila, então presidente da província do Rio Grande do Sul.
- (3) Manoel Pinto de Souza Dantas, Ministro do Império.

\*\*\*

[1882]

Telegrama — 23 de janeiro de 1882.

Visconde de Pelotas — Porto Alegre.

Cheguei ontem noite. Ministério achei organizado<sup>(1)</sup> Felisberto Marinha. Não consentirei aceite por sua causa. Proponho em seu lugar Diana<sup>(2)</sup>.

Silveira Martins

Notas:

- (1) Referência ao gabinete ministerial de 21/1/1882, presidido por Martinho de Campos.
- (2) José Francisco Diana não participou desse ministério, assim como nenhum outro político rio-grandense.

\*\*\*

Meu querido Visconde

Está muito zangado com seu amigo? Não tem razão. Sei quanto é melindroso e confesso-lhe que tinha vergonha de dizer-lhe o que por aqui dava-se com seu subsídio. Como escrever-lhe sem falar-lhe nisso?

Não era possível. Ainda antes de seu telegrama, quis sob minha responsabilidade pedir licença em seu nome desde que pelo Cruz Machado<sup>(1)</sup> me foi dito,

que não lhe mandavam pagar subsídio porque não pedia licença e só participava moléstia; deixei, porém, de o fazer, porque o Baependi, e outros da Comissão, declaravam que era contra os precedentes dar licença a quem ficou em casa, e portanto que não davam parecer a favor. Não quis por minha conta expô-lo a este aborrecimento. Fui estudar os nossos precedentes, e achei que para o Caxias fizeram exceção. Novamente entendi-me com a Comissão, mas seus membros — com uma lógica que é só deles, declararam-me que Caxias retirou-se para o Desengano, e o amigo ficou em casa. A vista disto recebendo seu telegrama pedi a licença e disse-lhes que dessem o parecer mesmo contrário, que eu proporia uma emenda. Foi o que eles fizeram, e o que eu fiz hoje, passando a emenda que lhe concede licença durante esta sessão por 22 votos contra 11. Propus para esta sessão, porque os precedentes têm sido não dar licença por mais de uma sessão, ora, a outra passada estava tendo o amigo apenas dado parte de não comparecer. O Silveira da Motta<sup>(2)</sup> muito mal lhe quer, porque numa questão à toa falou mais de uma hora contra. Enfim, passou hoje em 2.<sup>a</sup> discussão; C. Machado pediu dispensa de interstício para ser votada em 3.<sup>a</sup> na 2.<sup>a</sup>-feira, e entrar em folha no dia 16 do corrente. Por carta de um amigo soube que Salgado não recebeu um escrito que mandei para ser publicado na Reforma, desmentindo a declaração do Felisberto<sup>(3)</sup> que portou-se muito mal. O que lhe disse foi o que consta do meu telegrama a Salgado<sup>(4)</sup> e autorizei-o a telegrafar para o centro e *só para o centro* expressamente; que eu entendia que se Portinho<sup>(5)</sup> não entrasse que não devia entrar Campello<sup>(6)</sup> e sim ele. Isto como resposta a um telegrama de Salgado, a quem, aliás, mandei dizer que, quando metemos Portinho em chapa, sabíamos que ele não se apresentava, mas isso não queria dizer que nós não o apresentássemos. Martinho<sup>(7)</sup> está idiota, mas se não consegui esclarecê-lo, consegui acovardá-lo e torná-lo mais manso. Não parecia um potro, era uma mula brava. Tem feito o governo mais inepto do mundo..., e ainda.... vive! Que país e que partidos! Meus cumprimentos à Exm.<sup>a</sup> família, a que minha mulher que escapou da morte muito se recomenda, e dê ordens a quem é

De V. Ex.<sup>a</sup> colega e amigo muito obrigado  
G. Silveira Martins

Rio, 10 de junho de 1882

**Notas:**

- (1) Antônio Cândido da Cruz Machado, senador por Minas Gerais.
- (2) José Inácio Silveira da Mota, senador por Goiás.
- (3) Felisberto Pereira da Silva, presidente da província do Rio Grande do Sul, de janeiro a julho de 1879; deputado geral de 1882 a 1884.
- (4) Possivelmente Joaquim Pedro Salgado.
- (5) José Gomes Portinho.
- (6) João Chaves Campello, presidente interino da Província em 1878 e líder liberal do sul da Província.
- (7) Martinho Campos, presidente do Conselho de Ministros em 1882.

Rio, 4 de julho de 1882

Meu caro Visconde

Por carta de J.P.<sup>(1)</sup> ao Camargo<sup>(2)</sup> sei que está muito zangado comigo. Não tem razão. Já escrevi-lhe explicando a razão do meu silêncio, prevendo que estaria zangado. Doente, como estava meu amigo, queria que lhe contasse as misérias da Comissão do Senado, que afinal votou por ir eu desencavar além do Caxias, licenças dadas ao Baependi na Europa, e outras? Se a mim incomodou tanto o fato, quanto mais a quem é tão nervoso como o amigo? Nunca desconfie de mim sem ouvir-me primeiro — fique sabendo que nenhum amigo tenho a quem dedique mais estima, respeito e admiração. Não se lembra como sacrifiquei à sua amizade o F.<sup>(3)</sup>? E, no entanto, tinha eu certeza, como anunciei a todos, que o Ávila<sup>(4)</sup> procedia mal. Não sinto pela pessoa dele, mas pelo brio e honra de nossa província que vê e tem na pessoa do meu prezado amigo — o seu brasão. O F. por outro lado portou-se também mal mentindo como fez nos telegramas que para aí enviou a fim de conseguir votos.

Ministério, afinal, sucumbiu<sup>(5)</sup>. Não fiz questão senão de idéias, como o sucessor — que é fraco, senão tanto como o caído, pelo menos quanto o L. Veloso<sup>(6)</sup> na Bahia. Neste caso é prudente ficar o R. Grande de fora — mostra mais desprendimento, tem mais força e fica mais desembaraçado para operar. Estou ansioso por vê-lo e abraçá-lo, o que breve espero fazer.

Seu velho e dedicado amigo muito obrigado

Martins

NOTAS:

- (1) As iniciais J.P. possivelmente se refiram ao político liberal Joaquim Pedro Salgado; ou a Joaquim Pedro Soares.
- (2) Antônio Eleutério de Camargo.
- (3) Possivelmente Felisberto Pereira da Silva, já referido em telegrama de 23/Jan./82.
- (4) Henrique D'Ávila.
- (5) Referência ao ministério liberal de Martinho de Campos, substituído em 03/07/1882 pelo do Marquês de Paranaguá, também liberal.
- (6) Possível referência a Pedro Leão Velloso, Ministro do Império no gabinete Paranaguá.

**ARQUIVO BORGES DE MEDEIROS**  
**— FUNDO 2 — CORRESPONDÊNCIA ATIVA**

**Nº 30111**

[Minuta de telegrama]

Senador Pinheiro Machado  
Rio

Malograda fusão adversários apesar grande insistência Domingos Santos<sup>(1)</sup> e Moacyr<sup>(2)</sup>, que falam em nome do Prudente<sup>(3)</sup> e Amaro<sup>(4)</sup>. Sabemos que Gaspar<sup>(5)</sup> concordava mediante nomeação do Telles<sup>(6)</sup> comando distrito, conforme indicou ao Domingos, a quem telegrafou afirmando tudo será assim facilitado. Bem compreendeis significação, efeito tal declaração. Parece indubitável o Prudente planeja golpe contra nós. Estamos sempre atentos. Empregarei cifra Pinto. Preciso saber conservais cifra usada Júlio<sup>(7)</sup> 1897. Caso negativo, enviarei outra. Convém astúcia redação cifrados, visto sigilo aqui não merece mínima confiança. Mentira notícia dissidência Fernando<sup>(8)</sup>, que continua, como sempre, prestar seu valioso, leal apoio situação. Saudações cordiais.

Borges de Medeiros

11-8-98

**NOTAS:**

- (1) Domingos Francisco dos Santos, federalista, oriundo do antigo Partido Conservador.
- (2) Pedro Moacyr, ex-republicano, que abriu dissidência para pregar a reforma constitucional e o parlamentarismo.
- (3) Prudente de Moraes, presidente da República.
- (4) Amaro Bezerra Cavalcanti, Ministro da Justiça.
- (5) Gaspar Silveira Martins, líder federalista.
- (6) General Carlos Telles, então inimizado com os castilhistas.
- (7) Júlio de Castilhos.
- (8) Fernando Abbott.

— O presente telegrama, cuja minuta original pode ser lida com letra de Júlio de Castilhos, foi finalmente redigido e em parte cifrado pelo secretário do Governo, Aurélio Veríssimo de Bitencourt. Seu texto revela as preocupações de Castilhos e Borges de Medeiros em relação a articulações da oposição, que contaria com o apoio do presidente Prudente de Moraes.

**Nº 30122**

[Minuta de telegrama]

Senador Pinheiro Machado  
Rio

Como já deveis saber por notícias telegráficas, Carlos Telles, pretextando responder tópico Mensagem, publicou artigo contendo graves ameaças ordem política Estado. Espero conhecer na íntegra essa publicação para dirigir formal protesto Presidente República contra aquele militar, que descomunadamente ataca autoridade e instituições fundamentais. Oportunamente vos darei conhecimento do dito protesto para que da tribuna Congresso tenha a imprescindível divulgação. *Federação* oporá também categórica resposta. Saudações.

Borges de Medeiros

18-10-98

**Nº 30125**

[Minuta de telegrama]

Senador Pinheiro Machado  
Rio

Vosso telegrama, comunicando brilhante discurso Alencastro<sup>(1)</sup>, causou viva satisfação, calorosos aplausos. Peço transmitir àquele amigo felicitações sinceras. À exceção guarnição Livramento e de algumas manifestações individuais, sem nenhum alcance, pronunciamento Telles está condenado eloquentemente pelas forças federais Estado. Nem era lícito esperar outra atitude da parte glorioso exército nacional. Está, pois, isolado o general faccioso. Opinião confia Governo conservará inalterável paz pública. Já deveis estar de posse meu telegrama protesto dirigido Presidente República. Convém divulgá-lo logo, tendo sido ontem publicado *Federação*. Saudações.

Borges de Medeiros.

22-10-98

NOTA:

(\*) Francisco de Paula Alencastro (1853-1906), militar que chegou ao posto de coronel, deputado pelo Rio Grande do Sul em 3 legislaturas.

**Nº 30128**

[Minuta de telegrama]

Senador Pinheiro Machado  
Rio

Opinião republicana aplaudiu devidamente vossa ativa, brilhante oração defesa sagrada autonomia Rio Grande, insolitamente ameaçada por um general fac-



cioso<sup>(1)</sup>. Aceite minhas sinceras felicitações pessoais. Contamos vosso máximo esforço favor emenda referente restabelecimento Alfândega<sup>(2)</sup>. Pedimos também não olvideis outras medidas indicadas cartas, tais como isenção direitos material importado por conta Estado, livre franquia correspondência oficial. Estado terá instituir serviço postal próprio, se perdurar vexatória exigência pagamento taxa. Saudações.

30-10-98

**NOTAS:**

- (1) Referência a recente manifestação do General Carlos Telles, mencionada em correspondências atrás transcritas.
- (2) A Alfândega de Porto Alegre fora extinta pelo governo de Prudente de Moraes, ensejando uma forte campanha pelo seu restabelecimento.

**Nº 30135**

[Minuta de telegrama]

Senador Pinheiro Machado

Rio

Eu, Júlio, telegrafamos sobriamente Presidente. *Federação* publicou artigo favorável. Urge retirar Carlos Telles como pedra de toque da lealdade Campos Salles. Bem compreendeis natureza, urgência assunto. Que dizeis? Também urge avisares [SIC] se podemos contar breve certos atos reparadores da reação do Prudente, tais como reintegração Alencastro administrador Correios, colocação amigos nossos no serviço telégrafos, inclusive novo chefe respectivo distrito, para o qual Prudente deixou nomeado valetudinário Diogo Ferraz, general reformado, monarquista confesso, bem como serviço repartições fazenda e do exército. Nossos amigos militares tudo confiam tua ação decisiva. Cumpre-nos promover regresso oficiais deportados pelo Telles. Faremos todas indicações necessárias.

Aguardo resposta brevidade possível. Saudações.

Borges de Medeiros

19.11.98

**NOTA:**

Este telegrama, minutado quatro dias após a posse do presidente Campos Salles, que recebera o apoio do Partido Republicano Rio-Grandense, corresponde às imediatas cobranças desse apoio político, depois do prolongado estreamecimento com o governo da República, ao tempo da presidência de Prudente de Moraes. A minuta é entrelinhada com a respectiva cifra criptográfica. Baseia-se em minuta feita por Júlio de Castilhos, arquivada sob nº 30140.

**Nº 30141**

[Minuta de telegrama]

Senador Pinheiro Machado  
Rio

Ciente recado ontem. Já estranhava demora resposta meu último cifrado dia 26. Tuas palavras deixam claro Salles<sup>(1)</sup> procura pretextos frívolos protelar remoção Telles<sup>(2)</sup>, sofismando compromissos tomou contigo. Eu e Júlio nutrimos apreensões haver plano mistificação tua boa fé no Catete. Principal preocupação pública aqui continua ser caso Telles, cuja retirada desperta evidente ansiedade. Não te iludas sobre urgência tal assunto, que aliás te oferece boa ocasião apurar bem lealdade do Salles. Se houver condescendência da tua parte, poderá ser ludibriado última hora. Aqui estamos muito alerta. Respondei algo sobre meu telegrama 26 relativo Alfândega e contrabando fronteira. Precisamos solução urgente.

Saudações. Borges de Medeiros.

1º.12.98

**NOTAS:**

(1) Presidente Campos Salles.

(2) General Carlos Telles.

**Nº 30145**

[Minuta de telegrama]

Senador Pinheiro Machado  
Rio

Jornais noticiam Telles<sup>(1)</sup> telegrafou ministro guerra pedindo licença responder imprensa vosso discurso. Consta atirou epítetos injuriosos vossa pessoa, ainda não publicados aqui. Apesar sabermos não nos atingem, *Federação* oferecerá réplica enérgica, quando surgirem publicidade, fazendo justa apologia vossa benemerência indiscutível. Caluniador será confundido, para honra Rio Grande, que tanto e tanto vos deve. Bem sabeis, eu, Júlio, todos republicanos somos solidários convosco, sem nenhuma restrição. Ciente últimos recados. Confiamos conseguireis restabelecer verba repressão contrabando e vencer questão emenda sobre porto, apesar retirada injustificável alguns deputados. Aplaudimos vossa abnegada tenacidade. Júlio recebeu carta Aureliano<sup>(2)</sup> comunicando resolução renunciar mandato tribuna Câmara. Telegrafamos agora esse amigo pedindo sustar tal propósito para ser assunto resolvido qui, após regresso. Urge secundeis nosso apelo Aureliano. Vou telegrafar Presidente protestando manutenção atitude delituosa Telles, que continua onipotente em Bagé, onde usurpa funções todas autoridades, estaduais, municipais, conforme recentes documentos autênticos meu poder. Recebereis pelo telégrafo íntegra protesto. Saudades. Borges de Medeiros.

6.12.98.

[Com letra de Júlio de Castilhos]

NOTAS:

- (1) General Carlos Telles.
- (2) Deputado Aureliano Barbosa, da bancada do Rio Grande do Sul.

Nº 30146

[Minuta de telegrama]

Senador Pinheiro Machado  
Rio

Enviarei nomes suplentes Juiz Federal como indicais. Telles<sup>(1)</sup> foi chamado Rio a fim “entender-se ministro guerra”. Consta seguirá primeiro vapor. Presidente<sup>(2)</sup> respondeu meu telegrama declarando governo tomaria providências necessárias. Ainda bem! Urge impedir todo transe aquele louco tenha qualquer comissão aqui, sob pena novas ameaças de conflito. Eu e o Júlio lembramos-te deves tomar todas precauções com presença aí do Telles, que desvairado pode tentar algum desacato tua pessoa. Impunidade completa tem estimulado reprodução excessos atentatórios. Bem compreendeis natureza assunto. Jornais dizem Cunha Mattos<sup>(3)</sup> embarcará antes dia 15 a fim assumir comando 25º batalhão. Repito informação anterior: Dantas não pediu, nem aceitou permuta, que foi planejada ainda tempo Cantuária<sup>(4)</sup>. Urge eviteis execução tramóia pelos meios vosso alcance. Dantas continua Livramento, funcionando conselho guerra.

Sua remoção será iniquidade. Abraços.

Borges de Medeiros.

9.12.98.

[Com letra de Júlio de Castilhos]

NOTAS:

- (1) General Carlos Telles.
- (2) Presidente Campos Salles.
- (3) Possivelmente o Major Rafael Augusto da Cunha Mattos, da Arma de Infantaria.
- (4) General João Tomaz de Cantuária, que fora comandante do 6º Distrito Militar, com sede em Porto Alegre, e se atraitara com o governo rio-grandense.

Nº 30343

[Minuta de telegrama]

Deputado Barbosa Lima  
Rio  
Particular

Tributando justa homenagem vossos altos dotes mentais e morais, aprecia-  
da orientação e nobre solidariedade políticas, tomamos iniciativa inclusão vosso

nome lista candidatos deputação federal pelo Rio Grande do Sul eleição 31 de dezembro. Essa lista é submetida agora sanção prévia partido republicano, na observância praxe aqui tradicional. Mas podemos desde já assegurar não haverá mínima discrepância no seio republicanism rio-grandense, em cujo conceito estão solidamente firmados vossa intuição e intransigência cívicas. Pedimos, esperamos vosso expresso assentimento. Saudações cordiais.

Borges de Medeiros

Júlio de Castilhos

25.11.99

[Com a letra de Júlio de Castilhos]

## Nº 30344

[Minuta de telegrama]

Dr. Barbosa Lima

Rio

Consta pretendeis excursionar aqui. A ser exato, prevenimos tal viagem, longa, dispendiosa, tona-se totalmente desnecessária, antes ou depois eleição. Vossa candidatura foi jubilosamente aceita eleitorado 1º distrito, como seria por qualquer outra circunscrição, atentas simpatias gerais em torno vosso nome laureado, que receberá unânimes sufrágios republicanos. Ponderamos ser preferível consagreis vosso tempo, durante interregno Congresso, aos vossos escrupulosos estudos e orientadas meditações gabinete, a fim abrilhantardes, como sempre, tribuna Câmara na sessão vindoura. Nossa intuição política é idêntica e vos será confirmada sobre circunstâncias ulteriores por intermédio colegas, quando seguirem Rio, mês abril. Relevai esta prevenção. Saudações afetuosas.

20.12.99

[Com letra de Júlio de Castilhos]

### NOTA:

Os dois telegramas acima transcritos, constantes, como minutas, do arquivo ativo do Dr. Borges de Medeiros, são muito expressivos dos costumes políticos da Primeira República. O Dr. Alexandre Barbosa Lima, pernambucano, foi convidado a integrar a nominata de candidatos do Partido Republicano Rio-Grandense à deputação federal. Tendo aceito a indicação e pretendendo, por isso, vir ao Rio Grande do Sul para se fazer conhecido, foi dispensado desse encargo porque sua eleição estaria garantida.